

EDSON MARTINS

***IMPLANTAÇÃO, MARGINALIDADE E RECONHECIMENTO FORMAL:
UM OLHAR PROTESTANTE ACERCA DA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO TEOLÓGICA SUPERIOR NO BRASIL
(1969-1999)***

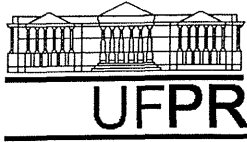
Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Educação
no Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

CURITIBA

2001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **EDSON MARTINS** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA; DR. ANTONIO CARLOS DE MELO MAGALHÃES E DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“IMPLANTAÇÃO, MARGINALIDADE E RECONHECIMENTO FORMAL: UM OLHAR PROTESTANTE ACERCA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TEOLÓGICA SUPERIOR NO BRASIL (1969-1999)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação

DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA (Presidente) *Aprovado - Marcus Levy*

DR. ANTONIO CARLOS DE MELO MAGALHÃES (Membro Titular) *Aprovado - Antonio Carlos de Melo Magalhães*

DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI (Membro Titular) *Aprovado - Serlei*



Curitiba, 14 de dezembro de 2001

Edson
Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

- Ao meu orientador, prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, que além de me sinalizar o caminho, acompanhou-me durante o seu percurso com dedicação, segurança e profissionalismo.
- Aos professores Carlos Eduardo Vieira, Serlei Maria Fischer Ranzi e Antonio Carlos de Melo Magalhães que, com suas sugestões e observações precisas e competentes, tornaram possível a realização deste trabalho.
- Aos professores José Alberto Pedra, Sônia Maria Guariza de Assumpção Miranda e Carmen Sá Brito Sigwalt pelo incentivo à continuação dos estudos e pela ajuda que me foi dada na delimitação do objeto da pesquisa.
- À professora Dulce Consuelo Silveira Lopes Purin pela revisão da redação deste trabalho.
- À minha esposa, Erlene, pelo incentivo, compreensão e ajuda na digitação de grande parte da dissertação e aos meus filhos, Elder e Eline, que se privaram de muitos momentos para que eu pudesse concluir este curso.
- À Faculdade Teológica Batista do Paraná e a sua equipe de trabalho, que me apoiou no expediente diário, enquanto assistia às aulas, pesquisava e escrevia.
- E, acima de tudo, agradeço a Deus, pela saúde e pelas condições de trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 <i>VIERAM PARA FICAR:</i> OS PROTESTANTES BRASILEIROS E SUAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES TEOLÓGICAS	12
3 <i>CASA DE PROFETAS:</i> UMA VISÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE UMA INSTITUIÇÃO TEOLÓGICA PROTESTANTE	36
3.1 Os objetivos	37
3.2 Os currículos	40
3.3 O corpo discente	47
3.4 Os dirigentes e as entidades mantenedoras	51
3.5 O corpo docente	56
4 <i>ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...:</i> OS ESFORÇOS PROTESTANTES PARA O RECONHECIMENTO FORMAL DA GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA	60
4.1 As dificuldades internas e externas para o reconhecimento da graduação em Teologia	61
4.2 O papel das agências de reconhecimento interno: ASTE, AETAL e ABIBET	65
4.3 As tentativas de aproveitamento dos cursos teológicos para a formação secular: O Decreto-Lei nº. 1.051/69	72
4.4 Análise histórica dos esforços institucionais que culminaram na Lei que reconheceu o Bacharelado em Teologia no Brasil: Parecer CES/CNE 241/99	77
4.5 Novas perspectivas com o reconhecimento formal: euforia e temor	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
FONTES	91
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	104

LISTA DE SIGLAS

ABIBET	- Associação Brasileira de Instituições Batistas de Ensino Teológico
AETAL	- Associação Evangélica de Educação Teológica na América Latina
AETTE	- Associação Evangélica de Treinamento Teológico por Extensão
ASTE	- Associação de Seminários Teológicos Evangélicos
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	- Câmara de Ensino Superior
CFE	- Conselho Federal de Educação
CMI	- Conselho Mundial de Igrejas
CNE	- Conselho Nacional de Educação
EST	- Escola Superior de Teologia
FET	- Fundo de Educação Teológica
IECLB	- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB	- Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IMC	- Conselho Missionário Internacional
IMES	- Instituto Metodista de Ensino Superior
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MED	- Ministério da Educação e do Desporto
PCUSA	- United Presbyterian Church of North América
PCUS	- Presbyterian Church in the United States (Sulista)
ULBRA	- Universidade Luterana do Brasil
UMESP	- Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

Nesta pesquisa o autor se propõe a elaborar uma explicação histórica da implantação dos cursos de graduação em Teologia no Brasil por parte dos presbiterianos, batistas, luteranos e metodistas e os esforços individuais e institucionais para o reconhecimento formal do curso pelo Ministério da Educação, começando em 1969 com a promulgação do Decreto-Lei nº. 1.051/69, sancionado pelo Regime Militar, até a aprovação do Parecer CES/CNE nº. 241/99 que reconheceu o bacharelado em Teologia como curso superior. Além de oferecer uma visão da inserção das já citadas confissões no Brasil, de modo a permitir a compreensão do momento histórico em que elas aqui chegam, serão focalizadas as suas primeiras instituições de ensino teológico, e as suas principais peculiaridades, como os objetivos iniciais quando da fundação da instituição, o currículo teológico adotado e as modificações sofridas ao longo do tempo, o perfil e as dificuldades do corpo discente, as características dos dirigentes e o relacionamento da instituição com a entidade mantenedora, havendo ainda uma análise da formação inicial do corpo docente e as dificuldades enfrentadas para que existisse um corpo docente brasileiro e devidamente qualificado. Por fim, haverá a análise dos esforços, tanto individuais quanto coletivos, de tornar a Teologia uma área aceita pela comunidade acadêmica. Para tanto, serão mostrados os esforços de associações de credenciamento, como a ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos), a ABIBET (Associação Brasileira de Instituições Batistas de Ensino Teológico) e a AETAL (Associação Evangélica de Educação Teológica na América Latina) em prol de uma educação teológica protestante de qualidade. A pesquisa será finalizada mostrando tanto a euforia como o temor que o novo momento, causado pelo reconhecimento do bacharelado em Teologia trouxe à realidade das confissões protestantes. Consta-se que desde o fim do século XIX a teologia protestante está presente no Brasil, inserida pelas confissões que aqui se estabeleceram, e que embora tenha começado de modo improvisado, foi ganhando corpo, se elaborando e se esforçando para obter o reconhecimento formal do Ministério da Educação, o que acaba acontecendo em 1999.

Palavras-chave: Educação Teológica; Protestantes; Teologia; História da Educação; Reconhecimento Formal.

ABSTRACT

In this research the author proposes to make a historical explanation of the establishment of theological courses in Brazil among the Presbyterians, Baptists, Lutherans and Methodists. Also, he tries to show the individual and institutional efforts for the formal recognition of the theological course by Brazilian Educational authorities, starting in 1969 when the government promulgated the 1.051/69 Law, authorized by the Military Government, up to the approval of the CES/CNE 241/99 which officially recognized the Bachelor of Theology as a university degree course in Brazil. Besides giving a vision of the insertion of those religious confessions in Brazil in order to permit a good comprehension of the historical period in which those groups arrive here, will be focused their first theological institutions, their own peculiarities, the initial aims when they were founded, the theological program and the changes during the times, the profile and the difficulties of the de professors, the characteristics of the directors, and the relationship between the institution and the group who maintained it. Also, there is an analysis of the initial graduation of the teachers and the difficulties they had in order to prepare they teaching staff. In the end there will be an analysis of the individual and collective efforts to make Theology an acceptable area by the academic community. To do so, will be shown the efforts of some associations such as ASTE (Evangelical Theological Seminaries Association), ABIBET (Brazilian Association of Theological Teaching Baptist Institutions) and AETAL (Evangelical Association of Latin America Theological Education) on behalf of a protestant theological education of good quality. The research will be ended showing both the euphoria and the fear, which can be brought with that new moment in the protestant history. It is verified that since the end of the XIX century the protestant theology is present in Brazil, inserted by the confessions which were established here, and that although it had been started improvised, it was being elaborated step by step to obtain a formal authorization by the Educational Ministry in 1999.

Key words: Theological Education; Protestants; Theology; History of Education; Formal Recognition.

1 INTRODUÇÃO

A educação teológica superior protestante está presente no Brasil há mais de cem anos e certamente possui uma história. Como se deu sua presença no cenário histórico da educação brasileira? Qual era o seu status perante os meios acadêmicos oficiais? Merece ser pesquisada, analisada e explicada? Por que agora? Estas são questões pertinentes, com as quais a presente pesquisa irá se preocupar.

Para uma melhor compreensão do contexto protestante brasileiro, é imprescindível a definição de alguns termos centrais da presente pesquisa. Quando se fala em *protestante* entende-se que esteja falando de comunidades religiosas originadas das idéias e trabalho de Martinho Lutero (1483-1546) na Alemanha; de Ulrico Zuínglio (1484-1531) na Suíça e de João Calvino (1509-1564) na França. Estes são considerados os pais do protestantismo histórico, embora antes deles já existissem vozes isoladas que *protestavam* contra as doutrinas da Igreja Católica Romana (DUNSTAN, 1964, p. 11).¹

O protestantismo é uma das três principais divisões do Cristianismo, sendo as outras duas a Católica Romana e as Igrejas Ortodoxas. Porém, diferentemente das outras duas, o protestantismo caracteriza-se pela divisão em várias confissões, com doutrinas e práticas distintas, o que, ao observador menos atento, torna difícil considerar o protestantismo como um todo (IBID., p. 7).

Os próprios protestantes reconhecem que à primeira vista é difícil entender as inúmeras confissões que se abrigam sob o termo *protestantismo*. Uma das principais causas da multiplicidade de movimentos dentro do protestantismo é, segundo um de

¹ Segundo BOISSET (1971, p. 15), foi no século XVI que apareceu a expressão *protestante*. Foi na segunda reunião da dieta de Spira (1529), quando seis príncipes e os representantes de catorze cidades alemãs escreveram: "Nós *protestamos*, por meio das presentes, diante de Deus, nosso único Criador, Conservador, Redentor e Salvador, e que será, um dia nosso juiz, assim como diante de todos os homens e de todas as criaturas, que não consentimos nem aderimos de nenhuma maneira, nem quanto a nós nem quanto aos nossos, ao decreto proposto em todas as coisas que são contrárias a Deus, a sua Santa Palavra, a nossa boa consciência, à salvação de nossas almas e ao último decreto de Spira".

seus maiores teólogos contemporâneos, a liberdade de interpretação bíblica de cada um, pois que,

O princípio protestante, expressão derivada do protesto dos protestantes contra as decisões de uma maioria católica, contém o protesto divino e humano contra qualquer pretensão absoluta por parte de uma realidade relativa, mesmo que esta pretensão esteja ligada a uma igreja protestante. O princípio protestante é o juiz de toda realidade cultural e religiosa, inclusive a religião e a cultura que se chamam protestantes. Ele é o guardião contra as tentativas daquilo que é finito e condicionado, de usurpar o lugar do incondicional no pensar e no agir. Trata-se do julgamento profético contra o orgulho religioso, a arrogância eclesiástica, a auto suficiência secular e suas conseqüências destrutivas (TILLICH , 1983, p. 163)

Mas, apesar das inúmeras diferenças entre as diversas confissões protestantes, nota-se que existe um núcleo aglutinador no protestantismo, que se compõe das seguintes doutrinas: a salvação é obtida através da fé, não das obras; a Bíblia é o único livro doutrinário do fiel; e cada ser humano é capaz de entrar em contato com Deus, sem a necessidade de intermediários. Assim, concluem DILLENBERGER e WELCH (1958, p. 15): "Os protestantes sustentam que a vitalidade de sua fé se evidencia sobretudo na ênfase sobre a experiência individual de cada um, da fé bíblica, que produz tantas expressões de fé autenticamente similares. Olhando desta perspectiva, as diferenças que existem não são tão importantes como em geral se supõe"

Como campo de pesquisa sobre a educação teológica superior protestante no Brasil, serão consideradas as seguintes confissões: Presbiteriana, Metodista, Batista e Luterana². A delimitação se justifica pela presença destas há mais de um século no Brasil, e por possuírem uma grande preocupação com o ensino teológico, verificado pela fundação de seus seminários e faculdades teológicas no Brasil, instituições que serão objeto de posterior estudo.

Outro termo a ser clarificado é *Teologia*. Segundo ZEUCH e SEIFERT (1985, p. 61), "etimologicamente, o termo, derivado do grego, quer dizer 'discurso sobre Deus', ciência de coisas divinas".³

Segundo LACY (1972, p. 19),

² Vide no capítulo 1 os dados históricos sobre cada uma destas confissões.

³ Quanto à teologia ser ou não uma ciência, será discutido posteriormente.

A teologia como uma ciência compreende o que se conhece de Deus e de suas relações com o universo cientificamente organizado. [...] Os gregos aplicavam o termo aos escritos que possuíam referências aos deuses. Encontramos o primeiro uso do termo um pouco antes de Pitágoras. Aristóteles foi o primeiro que fez uso do termo com um sentido científico. Pedro Abelardo, no século XII, empregava o termo com referência à discussão científica das verdades da religião. Alcançava todos os estudos religiosos que foram necessários para dar ao homem uma boa disciplina dos conhecimentos divinos.

O que se pode perceber é que o termo *Teologia* é um tanto amplo, alcançando todas as elaborações religiosas. Porém, há que ficar claro que nesta pesquisa o que está em foco quando se refere ao termo teologia, é a teologia cristã. Teologia que tem na Bíblia, o livro sagrado do Cristianismo, a sua principal fonte e norma (RAHNER, 1972, p. 11).

A articulação do tema que visa explicar um olhar protestante acerca da história da educação teológica superior no Brasil, sua implantação, desenvolvimento, conseqüências e resultados ainda inconclusos condiz com a área temática **História e Historiografia da Educação** por estudar a história do ensino teológico ministrado por instituições protestantes, pertencentes às confissões chamadas *históricas* já delimitadas anteriormente. Não se constitui objetivo desta pesquisa a história minuciosa de uma ou mais instituições, mas sim a história da implantação do ensino teológico, seu desenvolvimento e o conjunto das implicações deste ensino.

A educação teológica superior no Brasil manteve-se, desde o seu início até há pouco tempo atrás, restrito às instituições religiosas, tendo um caráter confessional, separado das outras áreas do saber, diferentemente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, em que várias universidades surgiram em torno da escola de teologia (ULMANN; BOHNEN, 1994, p. 109).⁴

No universo protestante brasileiro, a primeira instituição a oferecer o curso de bacharelado em Teologia foi o Seminário Teológico Presbiteriano do Sul, criado em 1894 na cidade de São Paulo, mudando-se para Campinas em 1907. O Seminário Batista do Norte do Brasil foi o segundo, criado em 1902, na cidade de Recife. Pouco tempo depois outras confissões protestantes começaram a abrir suas instituições,

⁴ Exemplo disto são as Universidades de Paris, fundada em 1150, Sorbonne em 1250 (CARNEIRO, 1984, p. 23); Oxford e Cambridge em 1229 (BOISSET, 1971, p. 61); Harvard em 1636 (KAUFFMAN, 1966, p. 68), Halle, na Alemanha em 1694, Yale em 1701, Colúmbia 1754 e Princeton em 1812 (WALKER, 1981, p. 194, 278).

ministrando um ensino teológico que só nos últimos trinta anos vem sendo pesquisado (MATEUS, 1985, p. 9).

Até 1999 os cursos teológicos no nível de graduação eram denominados cursos *livres*, sem qualquer reconhecimento formal por parte do Ministério da Educação do Brasil. No dia 15 de março de 1999 a Câmara de Educação Superior aprovou o Parecer CES 241/99 autorizando oficialmente a criação do bacharelado em Teologia, resgatando da marginalidade acadêmica de quase um século uma área do conhecimento humano. No dia 1º de julho do mesmo ano o referido parecer foi homologado pelo Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza e publicado no Diário Oficial da União.

Tendo a aprovação desta citada lei como um *marco divisor* entre o passado e o futuro, o principal objetivo desta investigação é o estudo da história da educação teológica superior protestante no Brasil, em seu esforço para sair da marginalidade acadêmica, desde a assinatura do Decreto-Lei n. 1.051/69 até a promulgação do Parecer CES 241/99. O Decreto-Lei 1.051/69 foi o início de uma abertura que culminaria com o reconhecimento oficial. Por isso, 1969 a 1999 será o período com o qual a pesquisa irá trabalhar.

Muito embora se proponha a apresentar uma análise sucinta da história das escolas mais importantes para cada uma das denominações selecionadas (Presbiteriana, Metodista, Batista e Luterana), não é o objetivo desta pesquisa construir uma explicação histórica aprofundada de cada uma delas. Haverá uma breve narrativa histórica da implantação das instituições, permitindo ao leitor ter uma visão geral do início da educação teológica protestante superior brasileira.

Quanto à relevância do tema da pesquisa a ser estudado, é importante recordar as palavras do antigo historiador:

Aqueles que determinam escrever história, a isso nem sempre são levados pela mesma razão: muitas vezes as têm bem diversas. Uns, o fazem pelo desejo de mostrar a própria eloquência e conquistar fama. Outros, fazem-no para homenagear àqueles cujos feitos narram e não há esforços que não façam para lhes ser agradáveis. Outros, ainda, o fazem porque, tendo tomado parte nos acontecimentos que descrevem, querem que todos disso saibam. E outros, por fim, o fazem porque não podem tolerar que coisas dignas de serem conhecidas fiquem sepultadas no silêncio (JOSEFO, 1958, p. 17).

Assim, esta pesquisa justifica-se por entender ser a educação teológica superior protestante no Brasil possuidora de uma presença histórica importante, e talvez por isso mesmo, mereça ser contada, pois como diz HOBSBAWM (1998, p. 22),

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeita-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Portanto, para atingir o objetivo proposto, algumas questões importantes certamente surgem, quais sejam:

- a) Como e quando as principais confissões protestantes se instalaram no Brasil e quais eram suas características particulares?
- b) Quais são as principais instituições teológicas destas confissões e em que contexto foram abertas?
- c) Como foi trabalhado dentro destas instituições o problema do não reconhecimento formal e a busca por um ensino de qualidade?
- d) Quais eram as peculiaridades de uma instituição teológica protestante?
- e) Quais eram as dificuldades para o reconhecimento dos cursos superiores em teologia?
- f) Como foi feita a articulação político-educacional por parte das instituições teológicas que culminaram com a aprovação do Parecer CES/CNE 241/99?
- g) Quais as perspectivas de mudança na educação teológica protestante brasileira por parte das instituições a partir da aprovação do Parecer CES/CNE 241/99 reconhecendo o bacharelado em teologia?

Para atingir os objetivos propostos, o pesquisador utilizará a pesquisa histórico-bibliográfica, tendo como referência uma bibliografia considerável, dentro da perspectiva da *História-problema*, em que "pôr um problema é precisamente o começo

e o fim de toda história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações" (FEBVRE, 1989, p 31).

Dentro desta perspectiva, compete ao pesquisador escolher seus objetos de estudo no passado e os interrogar a partir do presente, buscando comprovar ou refutar as teses levantadas no início (REIS, 1998, p. 39).

Para fazer uma pesquisa de qualidade, e dar conta do que se propôs a investigar, o pesquisador deve cercar-se de alguns cuidados, ou no dizer de BOUTIER e JULIA (1998, p. 36), deve-se observar as *regras da profissão*, pois não há história sem a sua aplicação. Sobre o uso das *regras*, os dois historiadores esclarecem que

Se a paternidade da expressão pertence ao Marc Bloch, numa obra importante, ainda que inacabada, ela pertence daí em diante ao domínio público, para englobar a um tempo um método – um conjunto de operações técnicas, com seus instrumentos, seus procedimentos e sua necessária aprendizagem, e critérios de cientificidade – e uma deontologia, não se deve esquecer a dimensão ética do trabalho histórico, como de todo trabalho científico (IBID. , p. 33).

Uma regra importante é a sábia utilização das fontes disponíveis para a pesquisa histórica, não se esquecendo que o conceito de fonte ou *documento* foi ampliado, não significando apenas o documento escrito, mas também o ilustrado, o transmitido pelo som, pela imagem ou qualquer outra forma (LE GOFF, 1990, p. 540).

Assim, para esta pesquisa usar-se-á como fontes e referências o seguinte material:

- Os livros sobre a história das confissões delimitadas e suas instituições teológicas, seus momentos decisivos, avanços e retrocessos;
- os livros teológicos que discutem a problemática da educação teológica no Brasil;
- os livros e demais escritos (padrões de reconhecimento e discussões) produzidos pelas agências de credenciamento teológico protestante (ASTE, ABIBET e AETAL);

- os prospectos e material promocional das instituições, bem como documentos que retratem o cotidiano escolar, como currículos, horários, regulamentos, exigências, estatutos e regimentos;
- documentos oficiais das instituições reivindicando o reconhecimento de seus cursos;
- documentos pessoais com solicitações ao Ministério da Educação solicitando o aproveitamento de estudos feitos em Seminários ou Faculdades teológicas;
- atas, portarias, pareceres, decretos e demais documentos oficiais do Ministério da Educação do Brasil, que tratam da problemática do ensino teológico superior e sua legislação.

Outro dado importante é o de que as informações colhidas pelas pesquisas deverão ser analisadas dentro de contextos pertinentes, intimamente ligados às ações que os produziram, pois como diz THOMPSON, citado por BOUTIER e JULIA (1998, p. 39) "a disciplina da história é, acima de tudo a disciplina do contexto".

Além disto,

Vale ressaltar que, no trabalho com as fontes, não há uma verdade dada, pronta. Daí a importância de se ter presente que o historiador, "[...] não é um arqueólogo da documentação, mediador neutro entre a verdade da fonte e a verdade da história, mas aquele que é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro entre duas historicidades: a sua própria e a da documentação que utiliza" (FÁVERO, 2000, p. 102).

Por outro lado, é preciso que o pesquisador trabalhe sempre tendo em mente o problema da objetividade, buscando uma necessária neutralidade metodológica, muito embora se saiba que a neutralidade absoluta não existe, como bem atesta HOBBSAWM (1998, p. 291): "os historiadores não ficam e nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos e analistas *sub specie aeternitatis*. Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar, mesmo quando praticamos algo tão apartado das paixões públicas atuais quanto a edição de textos antigos". Ele salienta que todo historiador é tentado a fazer escolhas que privilegiam suas preferências, idéias e causas. Tudo isto é até compreensível. O que

não pode, diz ele, "é abandonar os critérios de nossa profissão. Não podemos dizer aquilo que podemos demonstrar como inverídico" (IBID., p. 291).

Embora o pesquisador tenha afinidade com o assunto pesquisado, estará consciente das ressalvas feitas por FILORAMO e PRANDI (1999, p. 21): "Vale para a religião, como para qualquer outro aspecto da experiência humana transformada em objeto de pesquisa, o dito terenciano: *nihil humani a me alienum puto*; o que se exige do estudioso é que se aproxime com simpatia humana do seu objeto de estudo: nem mais nem menos".

Na análise dos documentos, há que se ter em mente as palavras de LE GOFF (1990, p. 545), de que não existe um documento neutro, inócuo, sendo necessário fazer uma análise crítica, seja qual for sua origem.

Também é preciso haver consciência de que a história possui limitações, não sendo detentora de verdades absolutas. Segundo LE GOFF (1990, p. 21) "a história é na verdade o reino do inexato. [...] Quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica".

Leopoldo Van RANKE, citado por GAY (1990, p.91) fala sobre as três qualidades de um pesquisador, que são: "o bom senso, a coragem, a honestidade -; o primeiro, para captar as coisas; a segunda para não se assustar com o que vê; a terceira, para não cair no auto engano".

Quanto às referências teóricas, o suporte virá das obras de Jacques Le Goff, como *História e memória*; de Jean Boutier e Dominique Julia, *Passados recompostos e Em que pensam os historiadores*; Eric Hobsbawm, *O sentido do passado*; Max Weber, *Metodologia nas ciências sociais* e outros textos que examinem a Escola dos Annales, como o de José Carlos Reis, *Os Annales: a renovação teórico-metodológica e "utópica" da história pela reconstrução do tempo histórico*. Estas obras serão úteis na apropriação dos conceitos que embasam as teorias historiográficas atuais, que privilegiam não somente o rigor metodológico, mas a relevância de se aproximar do passado buscando não só conhecê-lo, mas acima de tudo, interpretá-lo, procurando

entendê-lo. É com esta visão que o pesquisador utilizará o material pesquisado, principalmente as fontes históricas pertencentes a cada uma das confissões estudadas.

Outro autor que será de grande valia na elaboração da pesquisa é Mikhail Bakhtin, principalmente na análise dos discursos das instituições e nos textos em geral, onde termos-chave, importantes para o protestantismo, pelos quais as tendências são identificadas e as pessoas catalogadas, para o bem e para o mal, devem ser analisados não só pelo que estão dizendo e como estão dizendo, mas também como estão deixando de fazê-lo, visto que os enunciados nunca são totalmente neutros, pois "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial" (BAKHTIN,1986, p. 95).

A proposta é que os documentos oficiais do Ministério da Educação sejam analisados dentro dos contextos político-histórico e educacional que envolveram o processo de reconhecimento dos cursos de Teologia. Assim, os diversos pareceres do Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Ensino Superior, referentes ao ensino da Teologia superior protestante no Brasil ao longo dos anos, terão um lugar especial na pesquisa por refletirem as implicações dos contextos supra citados.

Por fim, balizando a questão do estilo na hora de escrever, a referência será a obra de Peter Gay, *O estilo na história*. Tal referência é pertinente porque o importante não é escrever, mas o que escrever e o como escrever. Uma obra histórica não tem de necessariamente ser enfadonha, nem possuir uma linguagem inacessível à maioria dos leitores e muito menos ter a pretensão de esgotar o assunto. Este é o desafio de todo pesquisador ao transcrever suas descobertas e conclusões. Não há como fugir, e este pesquisador está consciente disto.

Ao optar por tal metodologia, fontes e referências teóricas, o pesquisador não está alheio aos problemas e limitações que poderá (e certamente vai) encontrar, mas estará consciente de que tal opção há que compensar no final, visto que

A disciplina histórica não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda a sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e as mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e os governados [...], sem apagar nenhuma das suas asperezas. Ao mesmo tempo, a história guarda em nossas sociedades democráticas uma função única insubstituível. Nada pode evitar, a cada

geração, o ato que lhe faz a um tempo receber um passado herdado e altera-lo em função das exigências do presente (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 53).

A pesquisa estará estruturada em três capítulos. No primeiro haverá um breve histórico da inserção das principais confissões protestantes no Brasil (limitada aos Presbiterianos, Metodistas, Batistas e Luteranos) e as suas mais expressivas instituições superiores de ensino teológico, começando com o Seminário Teológico Presbiteriano do Sul, em Campinas, fundado em 1894 e finalizando com a Escola Superior de Teologia, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, fundada em 1946, em São Leopoldo-RS. As principais obras de referência deste capítulo que tratam do protestantismo como um todo serão os livros: *O protestantismo brasileiro*, de Émile-Guillaume Leonard; *O celeste porvir – A inserção do protestantismo no Brasil*, de Antonio Gouvêa Mendonça e *História documental do protestantismo no Brasil* de Duncan Alexander Reily. Quanto à história das confissões e suas instituições, as obras serão: *Breve história dos Baptistas*, de Henry C. Vedder; *Perfil histórico da educação teológica Batista no Brasil*, de Zaqueu Moreira de Oliveira; *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*, de Júlio Andrade Ferreira; *Formação teológica em terra brasileira*, de Lothar Hoch; *História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul*, de Zeno Hastenteufel; *Wesley e o povo chamado metodista*, de Richard P. Heitzenrater e *As origens da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo*, de Benedito P. Bittencourt

No segundo, o pesquisador analisará quais eram os objetivos quando da fundação da instituição, seu cumprimento, mudanças (se aconteceram) e desdobramentos durante os anos. Também procurar-se-á estudar os currículos dos cursos, compará-los e analisar se estes atendiam os objetivos propostos para as instituições. A pesquisa pretende ainda dar uma visão de como era o cotidiano escolar de uma instituição teológica superior protestante, com as suas peculiaridades, como as exigências para a matrícula e o estágio em igrejas nos finais de semana, dentre outras.

Além disto, analisar-se-á o processo de escolha dos dirigentes das instituições estudadas, a escolha dos professores e sua manutenção, o perfil geral dos alunos; e por fim, o relacionamento institucional entre as escolas teológicas e as entidades

mantenedoras. As principais obras a embasar este capítulo são: *A educação teológica Batista no Brasil*, de Lourenço Stélio Rega; *Tendências na educação teológica – Brasil, 1968*, de Aharon Sapsezian e *A educação teológica evangélica no Brasil*, de Richard Julius Sturz.

O terceiro capítulo tratará dos esforços institucionais em busca do reconhecimento formal do bacharelado em Teologia, desde as primeiras tentativas, suas dificuldades, suas soluções *paliativas* como o Decreto-Lei 1.051/69, culminando com a aprovação do Parecer CES 241/99 e as principais mudanças que esta lei acarretou para as instituições que trabalham com a educação teológica. Como fonte bibliográfica para a confecção deste capítulo serão usados documentos oficiais como cartas, pareceres, portarias e decretos.

Com tal roteiro, se crê ser possível atender os objetivos propostos inicialmente e apresentar uma, e não única explicação histórica da ótica protestante da educação teológica superior no Brasil e seu esforço pelo reconhecimento formal.

2 *VIERAM PARA FICAR:* OS PROTESTANTES BRASILEIROS E SUAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES TEOLÓGICAS

*O mundo vasto, imenso: o povo do Brasil,
nações além dos mares, famílias, tribos mil,
povos da Europa, da China, do Japão.
A todos proclamaremos de Cristo a salvação!*

(Autor anônimo. Hino 427 do Cantor Cristão, 1ª estrofe)

A história do protestantismo no Brasil começa com grandes fracassos. Inicialmente, várias foram as tentativas malogradas por parte dos protestantes de se estabelecerem no Brasil, tendo como objetivo um projeto de ocupação político-militar. A primeira se deu em 1557, através do francês Nicolas Durand de Villegaignon, que a partir do Forte de Coligny,⁵ na Baía de Guanabara, pretendia implantar uma colonização protestante no Brasil, ocupando os imensos espaços do novo país. Tal intento fracassou com a expulsão de Villegaignon e seus soldados pelos portugueses em 1560 (MENDONÇA, 1984, p. 18).

Outra experiência mais duradoura foi a ocupação holandesa em Pernambuco, iniciada em 1630, que tem em Mauricio de Nassau sua principal figura, mas que também acabou frustrando os planos da implantação do protestantismo com a expulsão dos holandeses pelos portugueses em 1654 (IBID., p. 19).

Anos mais tarde, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo dos exércitos de Napoleão e com a assinatura de três tratados⁶ entre Portugal e Inglaterra, em 1810, houve um estreitamento de relações entre esses dois países, com a

⁵ O forte recebeu este nome em homenagem ao principal líder protestante da França, almirante Gaspar de Coligny, que planejou e organizou a expedição de Villegaignon.

⁶ Tratado de Comércio e Navegação, Tratado de Amizade e Defesa e a Convenção sobre o correio (REILY, 1993, p. 148).

vinda de muitos ingleses anglicanos, que tinham no artigo XII do Tratado de Comércio e Navegação, a garantia de liberdade de culto.⁷

Segundo REILY (1993, p. 39), os anglicanos seguiam à risca os termos do tratado e somente davam assistência espiritual aos seus patrícios, no idioma inglês, principalmente nos portos brasileiros, em sistema de capelania. Apesar da permissão para construírem templos ter sido dada em 1810, somente em 1822 os anglicanos inauguraram sua capela, considerada o primeiro edifício construído especificamente para o culto protestante, com a autorização das autoridades.

Na história da inserção do protestantismo no Brasil não pode ficar de fora a contribuição dada pela Sociedade Bíblica Britânica, fundada em 1804 e a Sociedade Bíblica Americana, de 1816. Estas sociedades foram responsáveis pela distribuição em larga escala de Bíblias em português, traduzidas por João Ferreira de Almeida. Pela Sociedade Britânica destaca-se o nome do escocês James Thomson, que foi o responsável pela entrada de Bíblias protestantes em quase todos os países da América Latina (CÉSAR, 2000, p. 69).

⁷ Eis a íntegra do Artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação: "Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, declara, e se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassallos de Sua Majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas e capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro de seus domínios. Contanto, porém, que as sobreditas igrejas e capelas sejam construídas de tal modo que externamente se assemelhem a casas de habitação; e também que o uso dos sinos não lhes seja permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino. Ademais, estipulou-se que nem os vassallos da Grã-Bretanha, nem quaisquer outros estrangeiros de comunhão diferente da religião dominante nos domínios de Portugal serão perseguidos, ou inquietados por matérias de consciência, tanto no que concerne a suas pessoas como suas propriedades, enquanto se conduzirem com ordem, decência e moralidade e de modo adequado aos usos do país, e ao seu estabelecimento religioso e político. Porém, se se provar que eles pregam ou declamam publicamente contra a religião católica, ou que eles procuram fazer prosélitos (sic), ou conversões, as pessoas que assim delinqüirem poderão, manifestando-se o seu delito, ser mandadas sair do país, em que a ofensa tiver sido cometida. E aqueles que em público se portarem sem respeito, ou com impropriedade para com os ritos e cerimônias da religião católica dominante serão chamados perante a polícia civil e poderão ser castigados com multas, ou com prisão em suas próprias casas. E se a ofensa for tão grave e tão enorme que perturbe a tranqüilidade pública e ponha em perigo a segurança das instituições da Igreja e do Estado estabelecidas pelas leis, as pessoas que tal ofensa fizerem, havendo a devida prova do fato, poderão ser mandadas sair dos domínios de Portugal. Permitir-se-á também enterrar em lugares para isso designados os vassallos de Sua Majestade Britânica que morrerem nos territórios de Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal; nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo, os funerais, ou as sepulturas, dos mortos. Do mesmo modo, os vassallos de Portugal gozarão nos domínios de Sua Majestade Britânica de uma perfeita e ilimitada liberdade de consciência em todas as matérias de religião, conforme o sistema de tolerância que se acha neles estabelecido. Eles poderão livremente praticar os exercícios da sua religião pública, ou particularmente nas suas casas de habitação, ou nas capelas, e lugares de culto designados para este objeto, sem que se lhes ponha o menor obstáculo, embaraço, ou dificuldade alguma, tanto agora como no futuro". (REILY, 1993, p. 40-41)

Já pela Sociedade Bíblica Americana o pioneiro foi o missionário Daniel Parish Kidder, que vendo a dificuldade de se evangelizar os brasileiros pelo método tradicional protestante, resolve investir na distribuição de Bíblias. Encontra-se com políticos, como o Regente Feijó, tentando iniciar uma grande campanha para colocar a Bíblia nas mãos dos brasileiros. Apesar de bem recebido pelas autoridades, a idéia do missionário não vingou, devido ao receio, fomentado pelos padres, do conteúdo das Bíblias *protestantes*. Porém, ele não desistiu e conseguiu encontrar interessados em suas Bíblias: os educadores, que viam na oferta do missionário uma forma de obter de forma gratuita material de leitura para seus alunos. (LÉONARD, 1981, p. 44).

A importância destas duas Sociedades Bíblicas é que, ao colocarem as Bíblias em português nas mãos dos brasileiros (privilegio de poucos, principalmente do clero católico), elas estavam pavimentando o caminho para a chegada dos missionários, alguns anos depois (CÉSAR, 2000, p. 70).

Somente em meados do século XIX é que começam a chegar ao Brasil os imigrantes: alemães luteranos no sul, norte-americanos batistas, presbiterianos e metodistas no sudeste, caracterizando um protestantismo conhecido como de migração. Embora houvesse entre eles alguns pastores, não havia uma preocupação de transmitir a nova fé aos católicos brasileiros, sendo que os cultos eram realizados na língua de origem.

Depois de muitos apelos dos colonos à liderança de suas igrejas em seus países de origem, começam a chegar os casais missionários com o objetivo específico de evangelizar os brasileiros e difundir a doutrina protestante. Quase todas as confissões históricas (Congregacionais, presbiterianos, metodistas e batistas) enviam missionários ao Brasil.

O pioneiro foi o médico e missionário escocês Robert Kalley e sua esposa Sarah, que chegaram em 1855 ao Rio de Janeiro e em 1858 fundaram a Igreja Congregacional, sendo esta considerada a primeira igreja protestante com o objetivo de evangelizar os brasileiros (LÉONARD, 1981, p. 49).

Como foi informado anteriormente, várias tentativas de estabelecimento do protestantismo no Brasil colônia fracassaram por vários motivos, destacando-se entre

eles a firme defesa que a Igreja católica fazia da reserva de mercado religioso do vasto território, consagrada nas leis vigentes, que previa apenas o catolicismo como religião oficial.

A situação começa a mudar com a promulgação da Independência do Brasil, em setembro de 1822. A nova constituição de 25 de março de 1824 oferece uma pequena abertura para os adeptos de outras religiões, porém com restrições, ao dizer em seu artigo 5 que “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.” (CÉSAR, 2000, p.74)

Ou seja, as outras religiões seriam toleradas mas não podiam competir nem afrontar com a Igreja oficial, por isso, “nada de torre, nada de sino e nada de cruz, peças que faziam parte da arquitetura das igrejas protestantes da Europa”(IBID., p. 74).

Apesar da oposição das lideranças católicas, o imperador D. Pedro I tinha interesse na vinda para o Brasil de imigrantes europeus, principalmente os teutônicos, já que sua esposa, Maria Leopoldina Josefa Carolina era filha do Imperador da Áustria, Francisco I (REILY, 1993, p.50). Daí a flexibilização quanto a liberdade de culto. A primeira leva de imigrantes alemães, em número de 334 foi para Friburgo, acompanhados de seu pastor, Friedrich Osvald Sauerbronn. Eram Luteranos. Chegaram no dia 3 de maio de 1824, e no próprio dia realizaram uma cerimônia religiosa (culto), ficando este dia como a data da organização de uma nova Igreja. A verdade é que não houve organização de uma nova igreja, mas a mudança da igreja e do seu pastor para um novo país.

Porém, a maior parte da imigração alemã foi para o sul do Brasil, principalmente para o Rio Grande do Sul. Lá organizaram precariamente suas igrejas (havia falta de líderes preparados), mantendo a língua materna, os hinos, costumes e tradições. Eram igrejas de imigrantes, sem muito contato com os brasileiros.

Quantos às razões, por parte do Imperador, para a vinda dos imigrantes para o Brasil, CÉSAR (2000, p.73) diz que

Os alemães vieram para o Brasil, entre outros motivos, para branquear a população brasileira, por demais negra, para dificultar uma possível revolta de escravos, para garantir a posse da parte mais meridional do país contra os espanhóis, para criar uma classe intermediária entre o latifundiário e o escravo, e para fazer a terra produzir. [...] Além disso, o governo pretendia engajar alguns alemães no exército para proteger a independência havia pouco proclamada e a monarquia.

Ainda segundo CÉSAR, "da parte dos diversos e pequenos estados alemães havia interesse na imigração. Por meio dela, eles enriqueceriam a população, livrando-a dos contingentes humanos excedentes, alguns deles desempregados e de precária condição financeira" (IBID., p. 73).

Outro momento que merece menção é a fundação, em 25 de junho de 1827, da Igreja Evangélica Alemã Francesa, na cidade do Rio de Janeiro. Começou com treze pessoas, entre alemães e franceses, sob a liderança do cônsul real prussiano, Wilhelm von Thiermin. Os cultos eram realizados nas duas línguas. Logo outros estrangeiros, como os suíços reformados vieram juntar-se ao grupo. Esta foi a segunda comunidade, depois de Nova Friburgo (1824), a ser organizada no Brasil. Também não há registro de nenhum impacto desta comunidade para a implantação do protestantismo no Brasil, pois que suas atividades eram dirigidas aos europeus em serviço ou passagem pelo Brasil (REILY, 1993, p. 55).

A preocupação com a evangelização dos brasileiros, que já existia antes, mas que não pode ser levada a efeito por falta de recursos de toda ordem, ganha um impulso com a chegada dos imigrantes norte-americanos, instalados em vários lugares. Porém, o grupo que mais se destaca é o que foi instalado na região de Santa Bárbara, perto de Campinas, na Província de São Paulo⁸.

A vinda para o Brasil destes colonos norte-americanos (todos sulistas), deveu-se principalmente às seqüelas da guerra civil americana (1861-1865). Derrotados, os sulistas *escravagistas* viram sua visão de mundo ruir e dispuseram-se a emigrar para outro lugar onde pudessem reconstruir suas vidas.

⁸ O núcleo de imigrantes norte-americanos radicado nos arredores de Campinas se destaca não só pela adaptação ao Brasil e razoável prosperidade, mas também pelo fato de ser a sede do início das igrejas Metodista, Presbiteriana e Batista.

Figura importante na vinda dos colonos norte-americanos foi o general sulista A T. Hawthorne, que veio ao Brasil, encontrou-se com o Imperador D. Pedro II com a proposta de trazer centenas de patrícios seus para o Brasil, fundando uma nova colônia. O Imperador não só gostou da idéia, como deu-lhe carta branca para percorrer o país e escolher o lugar onde se estabelecer. Inicialmente o lugar escolhido para a implantação da nova colônia foi o sul da Bahia, mas fatores pessoais impediram seus planos e eles acabam vindo para Santa Bárbara (PEREIRA, 1982, p. 12).

A primeira leva de fazendeiros sulistas chega a Santa Bárbara em 1866, não para trabalharem como empregados, mas para si próprios. O melhor resultado alcançado por este núcleo deveu-se à facilidade de transportar e comercializar seus produtos (BENCOSTTA, 1996, p. 42).

A vila onde se instalaram recebeu o nome de Americana. Destes colonos, muitos eram presbiterianos, metodistas e batistas, e havia entre eles vários pastores que trataram de fundar suas respectivas igrejas, realizando os cultos em inglês, sem maior preocupação com a evangelização da pátria que os acolheu, o que somente vai acontecer com a chegada dos missionários enviados pelas agências missionárias das denominações aqui presentes (LEONARD, 1981, p.74).

Com a chegada destes missionários é que efetivamente acontecerá a expansão do protestantismo e a consolidação das confissões delimitadas neste estudo: Presbiteriana, Metodista, Batista e Luterana e suas principais instituições de ensino teológico.

Pode-se perguntar a razão por que cada confissão procurava abrir sua própria instituição de formação teológica e não se uniam em torno de uma só. Em primeiro lugar, tal decisão se deve às diferenças teológicas existentes entre as confissões Presbiteriana, Metodista, Batista e Luterana. Apesar do núcleo comum a todas elas, já referidas anteriormente, as diferenças impediam uma união tendo em vista o objetivo primário com que estas instituições eram fundadas: preparar obreiros⁹ para as igrejas que iam sendo abertas. Em segundo lugar, havia o problema da distância. Um luterano

⁹ Na terminologia protestante (principalmente no início das confissões), as palavras *obreiros*, *ministros* e *pastores* são sinônimas

do Rio Grande do Sul teria muita dificuldade de estudar no Seminário Presbiteriano de Campinas, por exemplo. Além do custo financeiro, a cultura, as doutrinas e as igrejas são muito diferentes. Além disto, não há como negar que havia, pelo menos no início, uma certa rivalidade entre as confissões (fruto talvez dos conflitos históricos da Europa e Estados Unidos), além de uma tendência ao isolacionismo confessional.

Levando em conta as semelhanças mas também as diferenças entre as instituições das delimitadas confissões é que esta pesquisa optou por trabalhar com seis instituições teológicas, as principais de cada confissão, entendendo que o ensino por elas ministrado permitirá uma análise da educação teológica superior protestante no Brasil.

Das quatro confissões escolhidas pelo pesquisador, a primeira foi a Igreja Presbiteriana do Brasil. Para se entender a implantação do presbiterianismo no Brasil, é preciso entender sua implantação nos Estados Unidos, berço e mãe do presbiterianismo brasileiro. Fugindo da crise alimentar que assolava a Europa, à falta de perspectivas e as perseguições religiosas movidas pela religião oficial da Inglaterra, Irlanda e Escócia, milhares de colonos presbiterianos resolveram imigrar para as colônias do novo mundo, buscando um lugar para recomeçar a vida. Era importante para eles a liberdade religiosa que as colônias ofereciam. Logo, várias igrejas são fundadas em diversas colônias e em 1706 é organizado o primeiro presbitério na nova terra. (BENCOSTTA, 1996, p.51) Assim, o presbiterianismo americano cresceu muito nos anos que se seguiriam.

Preocupados em cumprir o mandamento de Jesus, *Ide por todo o mundo*, a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América (PCUSA), envia ao Brasil em 1850, o jovem missionário solteiro de 26 anos, Asbhel Green Simonton. Este missionário, apesar do pouco tempo que durou seu ministério no Brasil, mais precisamente sete anos, organizou a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil, em 16 de julho de 1862, no Rio de Janeiro; o primeiro jornal evangélico no Brasil, chamado de Imprensa Evangélica, em 5 de novembro de 1864, que foi editado até 1892; a organização do primeiro presbitério, também no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de

1865 e, por fim, fundou o primeiro seminário teológico, também no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1867. Sem sombra de dúvidas, Simonton é uma das figuras de destaque da história do presbiterianismo e do protestantismo brasileiro (REILY, 1993, p. 117).

Em 1869, na esteira dos colonos presbiterianos que vieram para Santa Bárbara, chegam os missionários George Nash Morton e Edward Lane, enviados pela Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (PCUS, sulista), que fixam residência na cidade de Campinas. Como parte de sua estratégia missionária, eles investem na área educacional: iniciam uma escola noturna (que funciona apenas por um ano), lecionam em um colégio recém fundado (provavelmente o Culto à Ciência), e alfabetizaram alguns meninos. Porém, somente em 1873, após a viagem de Lane aos Estados Unidos para angariar fundos, é que foi fundado o Colégio Internacional de Campinas, que iria atender a elite emergente do chamado Oeste Paulista (RIBEIRO,1981, p.199-202; BENCOSTTA, 1996, p.111).

Em 1888 as duas organizações missionárias que introduziram missionários no Brasil (PCSA e PCSU) resolvem unir-se numa só igreja presbiteriana brasileira. Assim, diz REILY (1993, p. 117): “com a criação do Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil, o presbiterianismo se tornou formalmente uma igreja nacional autônoma, situação estratégica tanto frente à nação brasileira, às vésperas de se tornar um república, quanto em relação às igrejas irmãs .”

No início do século XX a Igreja Presbiteriana do Brasil sofreu um grande impacto com a divisão de suas igrejas e a criação da Igreja Presbiteriana Independente, também conhecida como IPI. O cisma aconteceu em 1903, liderado por um de seus principais pastores, Eduardo Carlos Pereira, que liderava a Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo. A divisão aconteceu devido a três grandes problemas apontados por Eduardo Carlos Pereira e seu grupo:

- a) predomínio da liderança estrangeira (missionários norte- americanos) nas decisões da Igreja;
- b) discordância quanto à preparação dos pastores, que até então eram preparados quase que exclusivamente pelos missionários norte americanos, e;

c) a questão maçônica, pois segundo eles, a maçonaria dominava a política interna da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Depois de muitas controvérsias, sem chegarem a um acordo, Eduardo Carlos Pereira e mais seis pastores, acompanhados de quatorze presbíteros, se desligaram do Sínodo Presbiteriano do Brasil e constituíram o Presbitério Independente em 31 de julho de 1903. (FERREIRA, 1951, p.26).

Segundo MENDONÇA e VELASQUES FILHO (1990, p.38) a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil “em nada se diferencia da Igreja mãe, exceto em que adota como princípio distintivo a não aceitação, como membros, dos que pertencem a sociedades secretas”.

Há outros grupos presbiterianos no Brasil, porém quase todos eles são originários dos esforços dos primeiros missionários que aqui chegaram no século passado (IBID., p. 39).

A principal instituição de educação teológica dos presbiterianos é o Seminário Teológico Presbiteriano do Sul¹⁰, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, fruto da visão do missionário Simonton.

Desde a sua chegada ao Brasil, Ashbel Green Simonton¹¹ tinha a preocupação de formar pastores brasileiros que cuidassem do *rebanho* (CESAR, 2000, p.89). Assim, em 1867, no Rio de Janeiro, os missionários Simonton, Blackford, Schneider e o pastor Luterano Carlos Wagner começam a lecionar teologia para três jovens: Miguel Torres, Antonio Trajano e Modesto Carvalhosa, visando prepará-los para o ministério. Aos três, agregou-se no ano seguinte Antonio Pedro de Cerqueira Leite. Estes quatro tornaram-se líderes da Igreja Presbiteriana (RIBEIRO, 1981, p.258) Esta escola, conhecida como *seminário primitivo* encerrou suas atividades em 1870. A partir daí a Igreja Presbiteriana do Brasil passa pelo período de *seminaristas sem seminário*, em

¹⁰ A referência ao *Sul* diz respeito às duas divisões que as Missões Estrangeiras faziam do Brasil: norte e sul.

¹¹ A menção aos fundadores das instituições teológicas é devido ao fato de que, na maioria das vezes, as instituições só foram organizadas como resultado dos esforços pessoais destes homens. Como possuísem credibilidade, eles motivavam as igrejas e procuravam captar recursos no exterior para o sustento das instituições. Depois de consolidadas, a figura do diretor não possui tanto peso na vida da instituição, mas ainda é muito relevante, por se tratar, via de regra, de pessoa bem preparada academicamente.

que os missionários tratavam de preparar seus discípulos para o exercício do ministério (FERREIRA, 1952, p.18).

Mas o sonho de ter um seminário nos moldes dos existentes nos Estados Unidos incomodava a liderança presbiteriana. Assim, em 1888 o Sínodo Presbiteriano decidiu fundar um seminário, porém, devido a muitas divergências, principalmente quanto à sua localização, a escola teológica não saiu do papel. Somente em 1894 é que o Seminário começa a funcionar nas dependências da Primeira Igreja Presbiteriana, à Rua 24 de Maio, e depois em prédio próprio. Em 1907 o Seminário é transferido para a cidade de Campinas, para os prédios do antigo *Colégio Internacional* (IBID., p.24).

Embora a Igreja Presbiteriana do Brasil comemore o ano de 1888 como sendo o de fundação do Seminário, Júlio Andrade Ferreira, um de seus historiadores discorda dizendo que “lembrando-nos que em 1888 o Seminário foi criado só no papel. Seu funcionamento em Nova Friburgo, em 1892, foi precário, a instalação do Instituto¹² Teológico em São Paulo foi um movimento officioso. O Seminário da Igreja Presbiteriana do Brasil começou mesmo seu funcionamento ininterrupto e, pois sua história, em 1894” (IBID., p.66).

Em Campinas o Seminário se estruturou, sendo referência para os presbiterianos de excelência em educação teológica. Além disso, vários outros seminários presbiterianos, como o de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Goiânia surgiram inicialmente como extensões de Campinas (SOUZA, 1998, p.3).

Ainda que a Igreja Presbiteriana do Brasil tenha outros seminários, como os já citados e o de Recife, FERREIRA (1952, p.66) diz que: “tradição é o Seminário de Campinas, que a tem e que a deve preservar com carinho”.

A segunda confissão, objeto da presente pesquisa é a Igreja Metodista. A implantação do metodismo no Brasil, após tentativa frustrada em 1836, no Rio de Janeiro, aconteceu com a vinda de imigrantes norte-americanos, todos sulistas, frustrados com a derrota na guerra da secessão. Entre eles estava o reverendo Junius E.

¹² Os termos Instituto e Seminário inicialmente eram usados como sinônimos. Porém, logo depois começa a se cristalizar a idéia de que os institutos se ocupam com o ensino teológico no nível médio (2º. Grau) e os seminários ministram o ensino teológico superior.

Newman, que além de ter esperança de reaver a fortuna perdida na guerra, via no Brasil uma grande porta para a implantação da Igreja Metodista. Depois de residir por quase dois anos no Rio de Janeiro, decide ir para a localidade de Saltinho, entre Limeira e Americana, na Província de São Paulo. Lá, no terceiro domingo de agosto de 1871 foi organizada a primeira Igreja Metodista no Brasil. (KENNEDY, 1928, p.16)

Sentindo a necessidade de começar a evangelizar os brasileiros, Newman solicita à Igreja Metodista do Sul dos Estados Unidos o envio de missionários. É atendido com a nomeação de John James Ranson, que chegou ao Brasil em 2 de fevereiro de 1876. Aprendeu o português em Campinas e um ano depois vai para o Rio de Janeiro onde funda uma igreja metodista. Ranson volta aos Estados Unidos em 1886, depois de dez anos de trabalho (IBID, p.20).

Apesar do crescimento dos metodistas do Brasil ser creditado, num primeiro momento à abertura de escolas, seu crescimento foi bem menor que o alcançado pelos batistas e presbiterianos. MENDONÇA e VELASQUES FILHO (1990, p.40) escrevem que

A Igreja Metodista, apesar dessa coerência teológica, cresceu menos que os presbiterianos em geral e os batistas. A razão pode residir em sua preocupação prioritária com a educação da elite brasileira, compartilhada com presbiterianos e batistas. Estes últimos, porém, logo superaram essa preocupação através de ação evangelizadora mais agressiva – dirigida às classes inferiores pouco atendidas pela Igreja Católica – e menos comprometida socialmente sob o ponto de vista religioso. Os próprios metodistas dizem que sua igreja, preocupada com a educação, esqueceu-se de evangelizar e por isso não cresceu.

Os autores citados vão além, dizendo que apesar do pequeno crescimento, como a Igreja Metodista tem uma grande inserção na área educacional, principalmente superior, com as suas duas universidades e pela abertura ecumênica, é notícia constante nos meios de comunicação.

A preocupação metodista com a educação teológica de seus vocacionados já está presente no início da implantação desta confissão religiosa no Brasil. Em 1888 o bispo John C. Granbery assim se pronunciou: “Vemos a grande necessidade de uma escola bem graduada em que, especialmente os moços que se sentem chamados por Deus para pregar, possam obter suficiente educação literária” (RODRIGUES, 1995, p.3). Assim,

em setembro de 1890 foi criado o Seminário do Granbery em Juiz de Fora, que com o tempo foi ampliando sua atuação para o ensino secular, de modo que o seminário acabou tornando-se numa pequena escola teológica, conhecida como Escola Bíblica, que somente em 1929 foi transformada em Faculdade Teológica (REGA, 2001, p.70)

Havia uma outra Faculdade de Teologia, organizada em 1923 na cidade de Porto Alegre, pelo Colégio Metodista, conhecida como Porto Alegre College. Por ocasião do 3º Concílio Geral da Igreja Metodista, em 1938, o bispo César Dacorso Filho, então presidente do concílio, sentindo a necessidade de unificar as duas instituições, faz a seguinte declaração e proposta:

Minha opinião é que haja uma só Faculdade Teológica, independente de qualquer colégio, sob a direção de um conselho superior, nomeado pelo Concílio Geral, com estatutos próprios, mantido pelas 3 regiões eclesiais, por um plano que garanta os direitos e interesses, e no lugar que mais convier à igreja no geral. Creio que tal modo de preparação ministerial será mais variada, mais profunda, enquanto mais econômica, mais fortalecedora da coesão da igreja, desfazendo regionalismos inconvenientes por desagregantes, mais uniformizadora de nossas atividades e mais entrelaçadora dos próprios ministros(IGREJA METODISTA, 1938).

Em novembro do ano seguinte a faculdade de teologia unificada muda-se para São Paulo, à Rua Cubatão, 948, na Vila Mariana. Ali funciona por quase dois anos, até que se compra um grande terreno no bairro que é hoje conhecido como Rudge Ramos, na cidade de São Bernardo do Campo, e são construídos os prédios para seu funcionamento (SILVA,1998, p.13)

A mudança não agradou a todos, naturalmente. Em seu livro, Granbery, sua mística, sua história, SANTOS (1990., p. 81) assim se expressa:

As escolas superiores do Granbery foram como as pombas do poeta *Raymundo Correa*¹³: Foi-se a primeira, outra e mais outra. [...] A diferença é que as pombas do poeta regressaram, mas as escolas superiores do Granbery não. A Faculdade de Teologia foi a última que partiu, para instalar-se em São Paulo. Seu corpo docente era muito bom e o discente não lhe ficava a dever nada. Os alunos candidatos à Faculdade que se destinava a preparar os pastores da Igreja Metodista tinham de, obrigatoriamente, manter média mensal mínima de sete e comportamento bom, embora na totalidade a média fosse bem acima de sete e comportamento ótimo. [...], todos trabalhavam para suprir suas bolsas de estudo, e aos sábados e domingos iam às igrejas a que estavam arrolados trabalhar, ajudando os pastores.

¹³ Grifo do autor.

Tendo a Faculdade de Teologia como embrião e sentindo a demanda por outros cursos superiores, aliados à vocação metodista para o ensino, foi criado em 1970 o Instituto Metodista de Ensino Superior - IMS – culminando com a criação da Universidade Metodista de São Paulo em 1997 (BITTENCOURT, 1999, p.26). Em 1976 foi criado um programa de pós graduação em Ciência da Religião oferecendo o mestrado e posteriormente o doutorado (REGA, 2000, p.72).

Outra confissão importante e objeto desta pesquisa é a Batista,¹⁴ cuja inserção no Brasil começou a ser planejada em 1850 pela Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Dez anos depois chega ao Rio de Janeiro o pastor Thomas Jefferson Bowen. Ele havia sido missionário na África entre o povo Ioruba, mas sofreu um colapso nervoso e os médicos o aconselharam a não regressar, o que o leva a decidir-se a vir para o Brasil. Aqui chegando e tendo dificuldade com a língua portuguesa, resolve pregar aos escravos que falavam ioruba, o que acarretou a desconfiança dos senhores brancos. Com as dificuldades enfrentadas e com o desejo de voltar para a África, ele abandona a missão um ano depois, sem resultados visíveis. Com o fiasco desta tentativa, a Convenção suspende o projeto de iniciar o trabalho batista no Brasil (CRABTREE, 1937, p. 38).

¹⁴ A origem dos batistas é um tanto controversa, com pelo menos três explicações para o seu surgimento. A primeira é conhecida como JJJ, ou seja, Jerusalém, Jordão, João. A segunda defende serem os batistas continuadores do movimento anabatista do século XVI e a terceira é a que advoga serem os batistas herdeiros dos separatistas ingleses do século XVII. (PEREIRA, 1979, p. 9). A última explicação é a que encontra um maior respaldo nos meios acadêmicos por apresentar provas documentais da existência desta confissão no início do século XVII (VEDDER, 1934, p. 225). A confissão se organizou através de dois ingleses: John Smyth (1568-1612), clérigo anglicano e de Thomas Helwys (?-1616) proeminente advogado, que discordando dos rumos da igreja oficial da Inglaterra, separaram-se dela, fundando uma comunidade nos arredores de Londres onde defendiam a liberdade religiosa, a separação entre a igreja e o Estado e o batismo por imersão somente após uma profissão de fé. Por isso são perseguidos, tendo que fugir para a Holanda com cerca de 40 pessoas e lá fundam a primeira igreja batista registrada na história, na cidade de Amsterdam, em 1609. De volta à Inglaterra, Helwys funda a primeira igreja batista em solo inglês, em 1612. Ela cresceu e se multiplicou, tanto que em 1644 havia 47 igrejas batistas organizadas na Inglaterra (TORBERT, 1959, p. 36). Mas o maior crescimento se verificou nos Estados Unidos, onde os batistas chegaram junto com os puritanos pioneiros do navio May-Flower em 1620. Com a independência dos Estados Unidos, a nova Constituição estabeleceu a completa separação entre igreja e estado, permitindo a mais ampla liberdade religiosa. Isto ajudou grandemente o crescimento de igrejas livres, autônomas e congregacionais, como são as batistas (PEREIRA, 1979, p. 69). Como havia um desejo de expandir a fé batista por outros países, os batistas norte-americanos criam uma Junta de Missões Estrangeiras e começam a enviar missionários para vários países do mundo, que em lá chegando fundam igrejas, colégios, hospitais e seminários teológicos. No 17º. Congresso da Aliança Batista Mundial, que congrega os batistas de todo o mundo, realizado em agosto de 1995 em Buenos Aires foram computados 153.957 igrejas e 38.775.293 membros em todo o mundo (ALIANÇA, 1995, p. 71).

Depois da Guerra Civil Americana (1861-1865), muitos sulistas vieram para o Brasil reconstruir suas vidas. Fundaram várias colônias. Entre eles, como já foi dito anteriormente, havia metodistas, batistas e presbiterianos. Uma das colônias mais prósperas foi a de Santa Bárbara, perto de Campinas. Lá foi fundada a primeira igreja batista em solo brasileiro, em 10 de setembro de 1871. Seu primeiro pastor foi Richard Ratcliff, um dos que vieram com o grupo de imigrantes. Era uma igreja de colonos, tendo todos os seus cultos na língua inglesa. Logo organizaram a Igreja Batista da Estação, perto de Santa Bárbara, em 1879. Em 1880 foi batizado na Igreja Batista da Estação pelo pastor Ratcliff o ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque, o primeiro batista brasileiro (PEREIRA, 1982, p. 10).

Sentindo a necessidade de expandir a fé batista para os brasileiros, escrevem várias cartas à Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos pedindo missionários para pregar aos brasileiros, mas os pedidos não foram aceitos (OLIVEIRA, 1985, p. 87). Chega então ao Brasil o general americano A. T. Hawthorne para fundar uma nova colônia de imigrantes. Encanta-se com a colônia de Santa Bárbara, percorre o Brasil e decide que o local ideal para fixar sua nova colônia é a Bahia. Ao voltar aos Estados Unidos sua esposa adoece e sua filha única morre. Com tais infortúnios, ele tem uma experiência religiosa, se converte à fé batista e começa a percorrer as igrejas fazendo uma campanha para o envio de missionários para pregar o evangelho aos brasileiros (PEREIRA, 1982, p. 11).

Os apelos surtem efeito, tanto que em 1881 chegam ao Brasil os pastores William Buck Bagby e Zacarias Taylor e suas esposas Ana Luther Bagby e Kate Crawford Taylor. Indo para Santa Bárbara, são auxiliados no aprendizado da língua portuguesa por Antonio Teixeira de Albuquerque. Depois de alguma análise, os dois casais de missionários e o ex-padre decidem que o melhor lugar para iniciar a obra batista para os brasileiros é na cidade de Salvador, Bahia. Lá, em 15 de outubro de 1882 foi organizada com cinco membros¹⁵ em um salão alugado, a primeira Igreja

¹⁵ Os dois casais de missionários já citados e Antonio Teixeira de Albuquerque.

Batista¹⁶ no Brasil destinada aos brasileiros. Dali foram expandindo a obra. Em agosto de 1884 foi organizada a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro por William Bagby. Em maio de 1885 Antonio Teixeira de Albuquerque funda a Primeira Igreja Batista de Maceió e em abril de 1886 o missionário Charles D. Daniel funda a Primeira Igreja Batista de Recife. (IBID., p. 15).

O trabalho estava implantado. Em 1907 foi criada a Convenção Batista Brasileira, com 4.200 membros e 83 igrejas. São criados três seminários nacionais: o Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, em Recife (1902); o Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro (1908) e o Seminário Teológico Batista Equatorial, em Belém do Pará (1966), todos eles visando preparar os pastores para as igrejas que iam sendo organizadas (IBID., p. 83).

Os batistas da Convenção Batista Brasileira não possuem dogmas, mas princípios doutrinários. Segundo REGA (2001, p. 49), os principais são:

- aceitação da Bíblia como única regra de fé e conduta;
- conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada por pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas¹⁷;
- separação entre a igreja e o Estado;
- responsabilidade individual diante de Deus;
- cooperação voluntária entre as igrejas

São vários os grupos de batistas no Brasil. Existem os de origem alemã, filiados à Convenção Batista Pioneira; os Batistas Regulares, de origem sueca e os Batistas Independentes, além de outros, de menor porte. Porém, o maior grupo, com presença em todos os Estados da Federação e o referencial para o nome *batista* no Brasil é o da Convenção Batista Brasileira, cuja história foi sucintamente acima contada. Segundo dados da Aliança Batista Mundial, a Convenção Batista Brasileira possui 4.810 igrejas com 902.000 membros em todo o Brasil (ALIANÇA, 2000, p. 175).

¹⁶ O nome "batista" é uma corruptela de "anabatista", que quer dizer "batizado de novo". Este era o apelido dado aos que, vindo da Igreja Católica Romana ou de outra confissão que ministrasse o batismo infantil, fosse batizado outra vez, por imersão (TORBERT, 1959, p. 25)

¹⁷ Os batistas consideram batizados apenas aqueles que o foram depois de convertidos, mediante uma pública profissão de fé perante a igreja, sendo a forma correta a imersão total em água corrente, tanque, piscina ou batistério, sendo que quase todo templo batista possui um batistério (LANDERS, 1986, p. 105).

Os batistas possuem muitos seminários espalhados pelo Brasil todo. Três são nacionais e os demais são estaduais ou regionais. Aqui, vamos destacar apenas dois: o Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil e a Faculdade Teológica Batista de São Paulo. A escolha se deve ao fato do Seminário ser a primeira instituição de educação teológica dos batistas brasileiros e a Faculdade apresentar uma proposta inovadora em matéria de educação teológica.

O Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil foi organizado no dia primeiro de abril de 1902, com nove alunos, na cidade de Recife, pelo esforço de alguns pioneiros, como Salomão Ginsburg, judeu convertido e um entusiasta pela educação teológica e secular. São dele as seguintes palavras: "Se o Brasil vier a se converter, será pelo esforço dos brasileiros. Portanto, preparemos os nacionais, para que no futuro próximo possam estar capacitados a tomar os nossos lugares" (MEIN, 1977, p. 3).

O nome escolhido para a nova instituição foi Seminário Batista de Pernambuco e inicialmente funcionou por algum tempo na residência do missionário Ginsburg. Depois ocupou as dependências da Primeira Igreja Batista do Recife, até que em 1915 foi adquirida uma ampla propriedade onde foram sendo construídos os edifícios para receber os alunos. Seu primeiro diretor foi o missionário Jefté Erastus Hamilton, que ficou pouco tempo no cargo, sendo substituído por outro missionário: William Henry Canadá (IBID., p. 5).

Apesar das dificuldades, como a oposição de outras confissões, que zombeteiramente se referiam ao Seminário Batista como o *Seminário do mergulho*, numa clara alusão ao nome batista e a uma das doutrinas que caracteriza o grupo, e ainda à carência de professores capacitados, a instituição prosseguia o seu caminho, e em 1907 já contava com 32 alunos matriculados (MESQUITA, 1940, p. 29).

Com a idéia de centralizar-se a educação teológica batista no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, com a criação do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (que deveria ser um centro de excelência), o agora chamado Seminário Teológico Batista

do Norte¹⁸ do Brasil viveu momentos de apreensão, temendo o fechamento, sem o apoio financeiro da Convenção Batista Brasileira. O que evitou o fechamento foi o fato de o Colégio Americano partilhar do mesmo espaço físico, formando uma só unidade, com um mesmo diretor: H. H. Muirhead, que precisou tirar dinheiro seu para manter o seminário funcionando. Somente em 1918 o Seminário do Norte foi aceito novamente como uma instituição da Convenção Batista Brasileira. (OLIVEIRA, 2000, p. 12).

Depois de muitas dificuldades, mas sempre crescendo, a partir de 1952 o Seminário começa a entrar em sua fase áurea que foi de 1953 a 1984, sob a direção do pastor David Mein. Neste período construíram-se nove novos edifícios, em 1960 foram criados os cursos de Bacharel em Música Sacra e Bacharel em Educação Religiosa, permitindo o ingresso do sexo feminino no corpo discente da instituição, o que até então era vedado. Além disto, reativou-se o curso de mestrado em 1970, que estava parado por quase trinta anos, o curso de Bacharel em Teologia foi credenciado pela Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) em 1968, o mesmo acontecendo com o curso de Mestrado em Teologia, em 1974 (IBID., p. 24).

O Seminário do Norte, como é conhecido, tem atendido principalmente os vocacionados das igrejas batistas do Nordeste do Brasil, embora tenha alunos de outras regiões do país e até do exterior e de outras confissões evangélicas. Em 1999 havia 769 matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação¹⁹.

Muito embora a Convenção Batista Brasileira já possuísse dois grandes seminários, o do Norte, em Recife e o do Sul, no Rio de Janeiro, os batistas do Estado de São Paulo se ressentiam de que ao enviarem seus vocacionados ao ministério para o Seminário do Sul, no Rio de Janeiro, dificilmente estes voltavam ao seu Estado de origem. Além disso, a cidade de São Paulo, que se industrializava cada vez mais e

¹⁸ As palavras "Norte" e "Sul", com relação aos batistas no Brasil naquela época, precisam ser entendidas dentro do contexto missionário. Os missionários da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos dividiram o Brasil em duas grandes missões: a Missão do Norte abrangia do Amazonas até a Bahia, enquanto que a Missão do Sul, do Espírito Santo até ao Rio Grande do Sul. Hoje, a realidade mudou. Não há mais Missão do Sul e do Norte, há poucos missionários americanos batistas no Brasil e a influência é mínima, mas os nomes dos seminários continuam os mesmos (REGA, 2001, p. 52)

¹⁹ Dados fornecido pelos Anais da 81ª. Assembléia da Convenção Batista Brasileira, realizada em Manaus-AM, em julho de 2000. p. 356.

crescia numa proporção talvez maior tornará-se um grande desafio missionário para os batistas paulistanos (REGA, 2001, p. 65).

Assim motivados, os líderes da Convenção Batista do Estado de São Paulo fundam, em primeiro de março de 1957 a Faculdade²⁰ Teológica Batista de São Paulo, que inicialmente funcionava nas dependências do Colégio Batista Brasileiro, no bairro de Perdizes. Seu primeiro diretor foi o pastor Lauro Bretones, que era vice-diretor do Colégio. Em 1959 a Faculdade sai do Colégio e ocupa uma grande residência, no mesmo bairro. A sede definitiva só ficou pronta em 1970 (KEY, 1976, p. 53).

Esta instituição se diferenciou dos seminários existentes por ser a primeira a oferecer o Bacharel em Teologia no turno da noite²¹, atendendo especialmente ao trabalhador-aluno, que não podia abandonar seu trabalho para ir estudar no Rio de Janeiro ou em Recife. No final de semana o aluno se ocupava com o trabalho eclesialístico em sua igreja, estagiando e preparando-se para o ministério pastoral. Essa alternativa preocupou muitos líderes batistas, temendo que a qualidade do ensino fosse cair, pois até então só conheciam um modelo de educação teológica (REGA, 2001, p. 65).

Outra novidade foi introduzida pelo segundo diretor da instituição, Dr. Thurmon Earl Bryant, que dirigiu a Faculdade de 1961 a julho de 1972. Apesar de ser missionário da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, ele convidou missionários de outras missões batistas, que em seu país de origem trabalhavam separados. A Faculdade começa a ganhar projeção nacional (IBID., p. 66).

Um novo impulso é dado com a chegada do Dr. Werner Kaschel, que implanta um novo sistema de ensino que se diferenciava dos demais, que privilegiavam a formação exclusivamente pastoral. O novo sistema previa um núcleo comum, mas dava abertura para as tendências vocacionais do aluno, consciente de que nem todos possuíam vocação pastoral. Essa nova metodologia tinha como pressuposto teológico a

²⁰ Os termos "Seminários" e "Faculdades" referem-se a um mesmo tipo de instituição que ministra o ensino teológico no nível de graduação ou pós-graduação.

²¹ Até então os cursos nos dois citados seminários batistas eram ministrados durante o dia, em tempo integral, o que demandava um custo muito elevado, tanto para o aluno, que não podia trabalhar, quanto para a instituição, que precisava providenciar e manter refeitório, alojamentos para os solteiros e apartamentos e casas para os casados.

diversidade de funções na igreja, supridas com suas escolhas de concentração de estudos. Desta forma, diversos núcleos de concentração foram criados.

O modelo da Faculdade Teológica de São Paulo foi seguido em várias cidades do Brasil, havendo hoje faculdades teológicas batistas em Brasília, Manaus, Campo Grande e Campinas, dentre outras. Sua estrutura é menor, com custos também menores. Em 1998, a Faculdade Teológica Batista de São Paulo contava com 359 alunos em seus diversos cursos de graduação e no mestrado em teologia.²²

A última confissão a ser apresentada é a Luterana.²³ No Brasil existem duas igrejas luteranas, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, conhecida pela sigla IECLB e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, a IELB.

²² Dados dos anais da 80ª. Assembléia da Convenção Batista Brasileira, realizada em Serra Negra-SP em janeiro de 1999, p. 501.

²³ O fundador do luteranismo foi Martinho Lutero, nascido em Eisleben a 10 de novembro de 1483, sendo o mais velho de sete irmãos. Desde cedo foi criado em um ambiente católico piedoso. Depois de concluir os estudos secundários, ingressa na Universidade de Erfurt, saindo-se muito bem, sendo um estudante aplicado. Prestes a se tornar advogado, passa por uma crise religiosa e resolve abandonar a carreira do direito e ingressar no dia 17 de julho de 1505 no mosteiro dos eremitas agostinianos (LATOURETTE, 1967, p. 48). Foi ordenado sacerdote em 1507 e no ano seguinte foi para a Universidade de Wittenberg, onde se graduou em teologia em 1509, doutorando-se em 1512. Lutero tornou-se um pregador admirado e logo começou a sobressair-se em sua ordem religiosa, recebendo cargos de direção, como o de vigário distrital, encarregado de onze mosteiros. Apesar de toda essa atividade eclesiástica, ele vivia cruciantes dúvidas acerca da salvação de sua alma, dúvidas que só vão desaparecer com o que ele chamava de verdadeira conversão, que aconteceu em 1516 quando ele terminava de preparar uma de suas preleções sobre o livro de Romanos, na Bíblia (WALKER, 1981, p. 10). Como Lutero não concordasse com a venda das indulgências (da maneira com que estava sendo feita) instituída pelo Papa Leão X para financiar a construção da Basílica de São Pedro, em Roma, resolve escrever suas 95 teses contra tal decisão e as fixa na porta da igreja do castelo de Wittenberg, local onde se colocava os boletins da Universidade. Era 31 de outubro de 1517 (Ibidem., p. 12). As teses foram lá colocadas para serem discutidas por quem quisesse, mas ninguém apareceu. Porém, cópias começaram a circular por toda a Alemanha, causando espanto, furor, concordâncias e adesões. Por causa delas, Lutero foi declarado herege, instado a retratar-se perante a Igreja Católica sob a pena de excomunhão caso não o fizesse. Como teimasse em sustentar suas opiniões, foi, juntamente com os seus seguidores, proscrito do Império pelo Edito de Worms, em abril de 1521. O que seria o fim de Lutero não acontece porque ele passa a contar com a proteção dos príncipes alemães, principalmente de Frederico da Saxônia, que o esconde no castelo de Wartburg. Ali ele aproveita o tempo para traduzir o Novo Testamento para a língua alemã e escrever outros livros doutrinários. Enquanto Lutero permanecia recluso no castelo, os protestos contra a Igreja Católica Romana cresciam, atingindo proporções inimaginadas. Quando finalmente Lutero pode sair em segurança do castelo, encontrou seus seguidores fazendo mudanças radicais. Era a Reforma em ação. Ao invés da missa em latim, criaram um culto alemão, em que a Bíblia era lida e explicada no alemão simples do povo. A ênfase luterana era: sola scriptura, sola fide e sola gratia²³ (LAU, 1982, p. 47). Lutero morreu em 18 de fevereiro de 1546, deixando uma grande obra escrita, uma influência que ajudou a mudar o panorama religioso do mundo e uma igreja que, sendo a igreja oficial da Alemanha até os dias atuais, espalhou-se por vários países do mundo, dentre eles, o Brasil. Muito se falou e se escreveu sobre ele. Um dos maiores historiadores franceses dá o seu testemunho acerca de Lutero dizendo: "Lutero era mais um homem piedoso que um lógico ou um sábio; um homem piedoso que tratasse de realizar grandes e belas obras, de levar uma vida devota, virtuosa e santa. Era um instinto que seguia seu impulso sem se preocupar com as dificuldades, com as oposições ou com as contradições que não percebia com a inteligência, mas que conciliava na unidade profunda de um sentimento vivo e dominador. Lutero não é nem um doutor, nem um teólogo: é um profeta." (FEBVRE, 1978, p. 95).

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) inicia-se em 1824 com a chegada da Alemanha a Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, de 334 imigrantes, todos luteranos, liderados pelo pastor Friedrich Sauerbronn. No mesmo ano chegava ao Rio Grande do Sul um outro grupo de alemães, que fundou uma comunidade com o nome de São Leopoldo, em homenagem à Imperatriz Leopoldina. Outros imigrantes alemães foram se espalhando por vários Estados brasileiros, embora a maioria acabasse se fixando no Rio Grande do Sul.

As comunidades luteranas foram organizando suas igrejas, e estas, unindo-se formaram vários sínodos regionais²⁴. Em 1938 estes sínodos se uniram criando o Sínodo Rio-Grandense. Em 1949 organizaram uma federação de sínodos e com esta união foi criada oficialmente a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, também conhecida como IECLB. Até 1955 as igrejas luteranas eram dependentes da Alemanha em quase todos os sentidos e somente naquele ano é que puderam se emancipar da Igreja Evangélica Alemã (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 27).

A IECLB é considerada uma igreja étnica, destinada aos alemães e seus descendentes. Como os alemães gaúchos têm se mudado para outros estados do Brasil, há igrejas luteranas em quase toda parte. De acordo com dados da própria IECLB, em 1974 a confissão possuía 750 mil membros comungantes em 1960 comunidades, atendidas por 304 pastores. É uma das igrejas protestantes mais abertas ao ecumenismo com o catolicismo e uma das mais preocupadas com os temas sociais, como o cuidado com os excluídos (IBID., p. 29).

Desde o início de sua chegada ao Brasil, o luteranismo alemão se preocupou em fornecer uma educação teológica de qualidade aos seus pastores. Várias tentativas foram feitas para abrir uma escola teológica que atendesse as necessidades das igrejas luteranas alemãs. O problema maior era o financeiro, pois era mais fácil enviar os vocacionados para a Alemanha do que manter uma instituição teológica. O impulso que faltava para a criação da almejada escola veio por intermédio de acontecimentos políticos. É que durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo brasileiro

²⁴ Sínodo é a união de várias igrejas de um Estado, região ou país.

proibiu a ida de estudantes teuto-brasileiros para a Alemanha e a vinda de pastores. Sentindo que não poderiam deixar as igrejas que estavam sendo organizadas sem uma liderança preparada teologicamente, o Sínodo Rio-Grandense resolve fundar a Escola²⁵ de Teologia em 26 de março de 1946 em São Leopoldo (FISCHER, 1986, p. 18).

Durante algum tempo a Escola de Teologia funcionou em espaços cedidos por outras instituições, até que em 1956 foram inaugurados os prédios definitivos, no Morro do Espelho, em São Leopoldo. A instituição seguia o modelo das escolas superiores de teologia da Alemanha. Os professores eram em sua maioria alemães e na língua alemã as aulas eram ministradas. Com a entrada de muitos alunos que não dominavam bem o alemão e com o crescimento do número de professores brasileiros no corpo docente, o português passou a ser a língua de ensino em 1968 (Ibidem, p. 26)

Em 1993 a instituição contava em seu curso de Bacharel em Teologia com 255 alunos. Destes, 87 eram mulheres, pois a IECLB prevê a consagração de pastoras. Em 1983 foi criado o curso de mestrado e em 1990 o doutorado em Ciências da Religião, ambos bem avaliados pela CAPES. Dentre os seus professores existem inúmeros teólogos-escritores, como Walter Altmann, Martin N. Dreher e Danilo R. Streck.

A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) tem origem no grupo de cerca de 600 imigrantes alemães que foram da Alemanha para os Estados Unidos, mais precisamente para o Estado de Missouri em 1847, fugindo da crise agrícola que assolou o país e também das instabilidades políticas alemãs. Este grupo fundou a Igreja Luterana do Sínodo de Missouri, que era uma igreja confessional, isto é, ela aceitava todas as confissões, credos e catecismos que Lutero escreveu como expressão da verdade bíblica. Diziam que *sem unidade doutrinária não pode haver identidade sinodal*. O grupo cresceu bastante e em 1989 contava com cerca de três milhões de membros nos Estados Unidos (STEYER, 1999, p. 19).

No final do século XIX o Brasil havia recebido em torno de 500 a 600 mil imigrantes alemães. Como muitos deles escreveram aos parentes que ficaram nos Estados Unidos dizendo não possuírem qualquer tipo de assistência religiosa, as

²⁵ Apesar do nome "escola", a instituição a usa como sinônimo de "seminário", em nada diferindo, em sua essência, dos seminários de outras confissões protestantes.

notícias desta situação chegaram ao Sínodo de Missouri, que em 1890, através de seu órgão oficial, o jornal *O Luterano*, inicia uma campanha de ajuda pastoral aos alemães no Brasil, quase todos eles luteranos. Embora desde 1824 já existisse a presença do Sínodo Rio-Grandense atendendo os imigrantes luteranos, este não aceitava todos os credos que os de Missouri tanto prezavam, o que para estes significava a falta de uma *base confessional clara*, que os identificasse como luteranos. Sendo assim, o Sínodo de Missouri sentiu-se à vontade para enviar missionários e pastores para implantar o luteranismo confessional no Rio Grande do Sul (DREHER, 1984, p. 96).

Por isto, em 30 de março de 1900 chega à Novo Hamburgo o pastor J. C. Broders, que inicia o trabalho de arregimentar os luteranos dispersos. A realidade mostra que as informações iniciais não eram totalmente fiéis. Depois de algumas decepções ao ver que muitos alemães não queriam saber de igreja e que grande parte das famílias já estava sendo atendida pelas igrejas do Sínodo Rio-Grandense (o que o fez pensar em regressar aos Estados Unidos), consegue fundar em Pelotas a primeira congregação evangélica luterana do Sínodo Evangélico Alemão de Missouri, Ohio e outros estados. Seu primeiro pastor foi Wilhelm Mahler. A partir daí a confissão luterana do Sínodo de Missouri começa a crescer, com várias igrejas sendo organizadas, mais pastores vindo dos Estados Unidos e outros sendo formados pelo Seminário Concórdia em São Leopoldo, a partir de 1907. Uma estratégia para a organização das igrejas era a abertura de escolas anexas aos templos para as crianças alemãs (STEYER, 1999, p 22).

Segundo MENDONÇA e VELASQUES FILHO (1990, p. 30), em 1967 a Igreja Evangélica Luterana do Brasil possuía 136.203 membros comungantes, 1.062 paróquias e pontos de pregação, 162 pastores, 100 escolas e 6.400 alunos. É uma igreja dirigida à classe média, principalmente de alemães e descendentes e a todos os que buscam uma celebração litúrgica moderada.

Vendo a necessidade de preparar os pastores para atender as demandas da IELB, o pastor John Hartmeister fundou um Instituto Teológico em Pelotas no dia 27 de outubro de 1903, em um velho galpão ao lado do templo. Matricularam-se cinco alunos. Com a morte de sua esposa, Hartmeister fecha o Instituto e retorna aos Estados

Unidos. Para não perder os cinco alunos, que progrediam nos estudos, durante a Segunda Convenção do Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri, decidiu-se criar um seminário em Porto Alegre, para onde eles seriam transferidos. Enquanto não ocorria a transferência (que durou um ano e meio), os cinco alunos foram empregados como *professores auxiliares* para ajudarem os pastores a lecionar nas diversas escolas paroquiais da IELB (PERSCH, 1995, p. 80).

Finalmente, em primeiro de maio de 1907 abre-se o Instituto Teológico em Porto Alegre com sete alunos, que mais tarde se tornariam líderes da IELB. O primeiro diretor deste novo instituto foi o pastor Wilhelm Mahler. No ano seguinte (1908) o Instituto passou a chamar-se Seminário Concórdia, mudando-se em 1921 para o bairro de Montserrat, ainda em Porto Alegre, ali permanecendo até 1984, quando se muda definitivamente para São Leopoldo e recebe o nome de Faculdade de Teologia do Seminário Concórdia, tendo como objetivo principal formar professores e pastores para os cidadãos teuto-brasileiros, os filhos dos imigrantes alemães, procurando preservar entre eles e para eles o luteranismo confessional (STEYER, 1999, p. 123)

A conclusão positiva a que chega STEYER (IBID., p. 153) acerca das duas igrejas luteranas existentes no Brasil, apesar do início nada amistoso, é que: "Passados os decênios, convivem hoje no Brasil duas grandes igrejas luteranas. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil [...] conhecida pela sigla IECLB e o ex-Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri, que a partir de 1954 passou a denominar-se Igreja Evangélica Luterana do Brasil, também conhecida pela sigla IELB. As duas igrejas somam hoje cerca de um milhão de membros"

A conclusão a que se chega ao final deste capítulo é que o protestantismo entra no Brasil na esteira da abertura econômica promovida pela Monarquia, solidificando-se com a República, pois os ideais republicanos de liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado era um grande anseio do protestantismo.

Com exceção do luteranismo, composto quase que exclusivamente de imigrantes alemães, as demais confissões procuraram se expandir através do proselitismo religioso, se esforçando para converter católicos em protestantes.

Nota-se também que as confissões protestantes desde o início de sua entrada no Brasil demonstraram uma grande preocupação com a educação, tanto secular quanto teológica. Tal preocupação se traduziu na organização de vários colégios, seminários e faculdades teológicas. As instituições de ensino teológico surgiram pela necessidade de suprir a falta de pastores para as igrejas que eram organizadas pelo país afora. Começaram de forma muitas vezes precária, com corpo docente composto quase que essencialmente de missionários estrangeiros e dependentes financeiramente da Missão de origem, seja norte-americana, seja alemã. Com o tempo elas foram se solidificando, os brasileiros começaram a liderá-las e cada uma foi achando o seu próprio caminho.

Com exceção da Faculdade Teológica Metodista, que logo após a sua organização procurou imprimir um caráter ecumênico ao seu bacharelado em Teologia, inserindo-o no universo acadêmico universitário, os demais possuíam e possuem uma grande ênfase confessional, não se afastando do objetivo original que era preparar quadros para a estrutura eclesiástica.

Tal preocupação estrutural e funcionalista acabou confinando a maioria das instituições teológicas protestantes a um ambiente muito reduzido, distante da academia e das discussões universitárias. Além desta visão estreita, colaborou, e muito, para a teologia viver segregada ao âmbito das confissões, o fato de que desde o início, a universidade brasileira alijou a Teologia de sua atenção.²⁶

²⁶ As razões para tal alijamento serão discutidas no terceiro capítulo.

3 CASA DE PROFETAS:

UMA VISÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE UMA INSTITUIÇÃO TEOLÓGICA PROTESTANTE

*Teologia: jogo de palavras, jogo com palavras.
Palavras, nada mais que palavras.
E com elas se constroem mundos.*

(Rubem A. Alves, *Variações sobre a vida e a morte*, p. 73.)

Este capítulo procurará apresentar uma visão geral de aspectos peculiares de uma instituição teológica protestante. Embora ciente de que existem diferenças entre uma e outra, é possível apontar concordâncias e um núcleo comum a todas. Alertamos ainda que o universo de instituições com que este pesquisador irá trabalhar neste capítulo é composto por aquelas já delimitadas no capítulo anterior.

Assim, ver-se-á quais eram os objetivos das instituições em seu nascimento, as alterações no correr dos anos e as propostas de objetivos mais condizentes com as necessidades atuais das igrejas e da sociedade em que elas estão inseridas. Serão focalizados os currículos, sua proposta original, suas modificações e um exemplo de currículo comum a todas as instituições. Será apresentado ainda, o perfil dos dirigentes das instituições, sua formação, critérios de escolha e a importância dentro da confissão que tais cargos possuem. Far-se-á a apresentação dos corpos docente e discente, suas peculiaridades e características e, por fim, ter-se-á uma visão da composição e *modus operandi* das entidades mantenedoras das instituições.

Para não se tornar tão repetitivo, procurar-se-á apresentar exemplos gerais, não se preocupando tanto em comparações, que serão feitas, sempre que possível for.

3.1 Os objetivos

Já foi dito que inicialmente quase todas as instituições teológicas já citadas visavam preparar mão-de-obra para a manutenção da estrutura eclesiástica de cada confissão. Um exemplo disto é que na argumentação para a abertura do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, em Recife, Salomão GINSBURG, citado por OLIVEIRA (2000, p. 8), em correspondência enviada em 1900 aos seus superiores norte-americanos, dizia o seguinte: "nós não devemos subestimar o seminário, pois precisamos dele e precisamos urgentemente. Cada dia percebemos mais e mais a necessidade de jovens bem preparados para assumir os novos campos que o Senhor está abrindo".

Um ano depois, ele escreve novamente: "Irmãos, se o Brasil deve ser convertido, será somente através de brasileiros. Portanto, permita-nos preparar homens, assim que em um futuro próximo eles possam ser capazes de tomar os nossos lugares. Eu incito isto de todo o meu coração e alma. [...] Nós não somos imortais e a Junta²⁷ não poderá para sempre enviar missionários estrangeiros" (IBID., p. 8).

Tal visão funcionalista continuou presente no correr dos anos, com pequenas mudanças. Em uma pesquisa realizada em 1985 pela Fraternidade Teológica Latino-Americana, em Quito, Equador, os participantes chegaram a um consenso de que "o objetivo da educação teológica é a capacitação do povo de Deus para o serviço do Reino" (PADILLA, 1986, p. 119).

Embora o conceito de *povo de Deus* seja mais abrangente que *vocacionados* para o ministério, ainda assim vê-se que esta visão condiciona o estudo da teologia ao uso que dela se faz na vida religiosa. Na prática, para a maioria das confissões protestantes a educação teológica feita em suas instituições é para consumo interno.

Isto fica bem claro quando se analisa parte do texto da Filosofia da Convenção Batista Brasileira para a Educação Teológica e Ministerial, apresentada em sua 77ª. Assembléia, realizada no ano de 1996 na cidade de Natal, RN, que assim se expressa:

²⁷ Ginsburg aqui está se referindo à Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, do qual ele era missionário.

"A educação teológica e ministerial visa à formação especializada de pessoas vocacionadas, para dedicarem suas vidas à obra do Senhor, na igreja, na denominação e no mundo. Deve ser cristocêntrica e bibliocêntrica e oferecer aos vocacionados a oportunidade de aperfeiçoamento de suas atitudes, habilidades e ações, inspiradas no exemplo de Cristo" (FERREIRA, 1998, p. 40).

Para os batistas, o problema reside na questão vocacional. Para a grande maioria dos líderes, seminário é para quem quer ser pastor e ponto final. A visão se alargou um pouco com a Faculdade Teológica Batista de São Paulo, que entende que todos os fiéis são vocacionados, não para o ministério pastoral, mas para realizarem a obra de Deus, usando os dons dados por ele a cada um como lhe aprouve. Assim, a Faculdade Teológica Batista de São Paulo admite como alunos pessoas que queiram estudar teologia e se preparar para o serviço cristão, independentemente se elas possuem vocação pastoral ou não (REGA, 2000, p. 156).

Quanto aos presbiterianos, os objetivos eram os mesmos preconizados pelos batistas. Quando em 1888 o Sínodo Presbiteriano decidiu fundar um seminário, alçou como objetivo o "preparar o ministério das igrejas evangélicas" (RIBEIRO, 1981, p. 264). Quase um século depois, vê-se que, com alguma abertura acadêmica, o objetivo inicial continua presente na visão do Seminário Presbiteriano do Sul, que em um dos seus documentos afirma que "a missão do Seminário Presbiteriano do Sul é preparar líderes, homens e mulheres, capacitando-os acadêmica, ética e espiritualmente para o desempenho da vocação nos diversos ministérios, visando a promoção do Reino de Deus e o cumprimento da missão integral da igreja" (SOUZA, 1998, p. 3).

A trajetória dos objetivos da educação teológica luterana difere um pouco das duas confissões até aqui abordadas. Quando a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) funda seu seminário em 1903 (Seminário Concórdia) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil organiza o seu em 1946 (Escola Superior de Teologia), ambas possuíam objetivos comuns, que eram o de preparar pastores para as suas igrejas, adotando um ensino confessional e de caráter eminentemente prático (PERSCH, 1995, p. 81).

O objetivo do Seminário Concórdia não tem mudado desde o início, e a prova disto é que em 1993 o objetivo continua sendo "formar homens de Deus para o exercício do Ministério Público da Palavra na Igreja" (IBID., p. 83).

Quanto à Escola Superior de Teologia (EST), os objetivos iniciais foram mantidos durante longo tempo, tanto é que somente em 1968 é que o português foi adotado como a língua de ensino. Até então todas as aulas eram ministradas em alemão, preparando obreiros para as igrejas luteranas (FISCHER, 1986, p. 26).

A partir da década de setenta, os objetivos foram ampliados, com a adoção de uma postura mais ecumênica e acadêmica de seu curso, verificado em documento da instituição que traça o perfil do egresso do curso, que após formado deverá estar apto a "atuar de forma eficiente no ministério pastoral da igreja; promover o estudo e a pesquisa teológica; atualizar-se na área teológica, promovendo, assim, seu crescimento científico e espiritual, e refletir o Evangelho e a práxis da igreja em seu contexto histórico" (ISAEC, 1996, p.7)

Nas palavras de MALSCHITZKY (1986, p. 103) está a visão mais abrangente da IECLB para a educação teológica:

O fazer teológico é de uma dinâmica muito grande, não em último lugar por ser uma atividade da comunidade e para a comunidade e por não ser possível fazer dele uma atividade egoísta, pois o critério é o Senhor da Igreja, Jesus Cristo, testemunhado no Antigo e Novo Testamentos. Por esta mesma razão o fazer teológico rompe continuamente os limites da comunidade eclesial em direção de todos os homens, pois o Cristo se encarnou por amor de todos os homens da terra. Justamente porque o fazer teológico da e para a comunidade tem como critério o Cristo, ele também não pode ser reduzido por quem quer que seja, quer por autoridades, quer por tradições, quer por caprichos próprios do teólogo ou interesses outros. O objetivo último do fazer teológico não é o teólogo e também não é a comunidade eclesial, mas é, isso sim, vida nova e abundante para todos os homens e para o universo criado por Deus.

Ao fundirem as suas duas instituições de ensino teológico existentes em Juiz de Fora e Porto Alegre, e criarem a Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo, os metodistas objetivavam preparar os pastores e pastoras para as suas igrejas, de modo idêntico às instituições das outras confissões.

Porém, devido principalmente à dificuldade de manter a Faculdade Teológica funcionando com os poucos recursos financeiros disponíveis, em 1971 outras faculdades foram abertas no mesmo campus. A idéia central era que os cursos

seculares sustentassem a Faculdade de Teologia. Assim foi formado primeiramente o Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES) que em 1997 se transformaria na Universidade Metodista de São Paulo (BITTENCOURT, 1999, p. 26).

Desde o seu início os metodistas foram mais abertos ao diálogo ecumênico que as confissões até aqui estudadas. Por isso e pelo fato do curso de teologia funcionar no campus universitário, havia um intercâmbio de idéias entre a teologia e os outros cursos. Some-se a isto também o fato de que ali aconteceu algo inédito até então na história da teologia protestante no Brasil: alunos de teologia cursando com alunos de outros cursos chamados seculares, disciplinas comuns a todos eles (SILVA, 1998, p. 46).

Atualmente, tanto a Faculdade de Teologia Metodista quanto a EST não fazem restrição e nenhuma exigência quanto a vocação para o ingresso nos seus cursos de teologia. Os demais continuam a exigir carta de recomendação do órgão eclesiástico a que pertence o postulante a uma vaga.

Porém, a questão de exigências eclesiásticas para o estudo da teologia é uma questão em discussão na maioria das instituições teológicas. O maior temor encontrado em alguns líderes é que as instituições percam de vista o seu objetivo inicial: formar pastores para as igrejas da confissão mantenedora da instituição. Sobre os temores se falará mais no próximo capítulo.

3.2 Os currículos

Como as instituições até aqui estudadas foram fundadas pelas confissões, através de missionários estrangeiros, com a visão inicial de formar seus pastores, o currículo²⁸ adotado era mera cópia dos existentes nos países que implantaram a confissão no Brasil.

Este foi o caso dos luteranos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). KIRST (1986, p. 52), falando da formação da Escola Superior de

²⁸ Currículo aqui é entendido não apenas como o conjunto de disciplinas que compõem o curso teológico, mas como uma filosofia de ensino que tem por objetivo formar a liderança das igrejas protestantes. As disciplinas procuram cumprir este objetivo. O mais importante é "a lógica do currículo total", segundo KELLY (1981, p. 3).

Teologia diz que ela "era uma cópia bastante fiel da formação teológica desenvolvida na época nas faculdades de teologia da República Federal da Alemanha".

Com os batistas não foi diferente. Tanto é que analisando a situação teológica no âmbito de um grande congresso sobre o tema, um de seus líderes questionou:

Como vimos fazendo Educação Teológica e Ministerial, no Brasil, institucionalmente, desde o início de nosso século? Preocupados com a formação de pastores para nossas igrejas, mas transplantando currículos e programas de outras nações e realidades diversas. Nossa Educação Teológica e Ministerial tem pouco de autóctone e originalmente brasileiro, e a maior parte é constituída de modelos e conteúdos adotados nos EUA ou na Europa. Por esse fato não há culpa dos missionários e de suas missões. Afinal, procuraram trazer-nos o melhor que sabiam e podiam (AZEVEDO, 1998, p. 22).

Os metodistas não fugiram à regra do transplante curricular. Tanto é que na crise de 1968²⁹ que abalou a Faculdade de Teologia, uma das reivindicações feitas pelos alunos era a da mudança curricular, pois eles achavam que "o currículo era inadequado para a formação de um ministério que corresponda à realidade brasileira" (SILVA, 1998, p. 40).

Se é verdade que houve avanços na questão curricular³⁰ em algumas instituições, ainda há muito que fazer, pois o que se detecta é que a maioria dos currículos, na visão de STURZ (1991, p. 50), são irrelevantes e anacrônicos, desconsiderando a reflexão teológica a respeito do mundo em que vivem os alunos. Para ele, um currículo teológico não pode desprezar nem a universalidade do Evangelho e da igreja e nem as situações concretas do contexto onde a instituição está inserida.

O alerta é para que as instituições reavaliem seu currículo, procurando verificar se não estão preparando graduados para o passado e não para o futuro. Para REGA (2000, p. 159), o currículo puramente confessional, que visa apenas a formação de pastores é chamado de *entrópico*. Já o currículo que permite a formação diversificada do aluno, respeitando sua vocação e aptidão é chamado de *sinérgico*. Eis as

²⁹ Esta crise foi causada pela reação de alguns líderes mais conservadores da confissão Metodista à liberalidade teológica que se instalou na Faculdade de Teologia, com o incentivo da maioria do corpo docente. Os alunos decidiram boicotar as aulas e expor através de uma carta as suas reivindicações.

³⁰ Os luteranos da IECLB fizeram uma reforma curricular na Escola Superior de Teologia em 1975, dentro de uma grande reestruturação denominada Reforma do Estudo, que vem sofrendo alterações ao longo dos anos (KIRST, 1986, p. 55).

características de cada um:

a) Currículos entrópicos

- Enfatizam apenas uma dimensão da formação do aluno. Ex.: prática, ou teórica, etc.
- São confrontados com uma realidade mais ampla, mais complexa e diversificada.
- O contexto não pode influenciar o sistema educacional.
- Trabalham com recursos humanos.
- Possuem estrutura curricular fechada, isolada do contexto maior.
- Têm menor comunicação e troca de informações com o ambiente.
- "Aquilo que não se compreende não existe" – mito do avestruz.
- Geram "produto final" fechado.
- Possuem ciclo vicioso: currículos e escolas entrópicas conduzem o processo a níveis mais altos de entropia e desagregação.
- Conseguem sobreviver apenas em regime de monopólio ou cartelização.

b) Currículos sinérgicos

- Enfatizam a formação diversificada do aluno conforme suas demandas vocacionais.
- Entendem que a realidade mais ampla é ingrediente normalmente esperado no sistema.
- Preparados para as alterações (demandas e ameaças) do contexto.
- Consideram os humanos com recursos.
- Possuem arquitetura sistêmica aberta, sempre atenta às demandas do mundo exterior.
- São capazes de se comunicar tanto com o seu público interno (professores, denominação), quanto com o externo (igrejas, sociedade).
- Aquilo que não se compreende é objeto de pesquisa e reflexão.
- São flexíveis, dinâmicos e equilibrados.
- Formação adequada, equilibrada e sinérgica.

- Desenvolvem um ambiente participativo

Em uma consulta sobre a educação teológica promovida pela Missão Batista Conservadora, transcrita por STURZ (IBID., p. 57), realizada em outubro de 1988 e que contou com a participação de 23 dirigentes de instituições teológicas, foi elaborado um documento com sugestões para a confecção de um currículo teológico que atenda às necessidades dos alunos. São elas:

- a) Que o currículo seja montado a partir da realidade brasileira.
- b) Que se dê uma ênfase maior ao compartilhar a fé, com relevância para a homilética.³¹
- c) Que o currículo seja diversificado, visando atender às várias áreas da denominação. Por exemplo: ministério pastoral, educação cristã, missões transculturais, música...
- d) Que se estruture um núcleo básico de disciplinas e uma outra parte de disciplinas optativas.
- e) Que na questão da adoração se ensinem os vários tipos de liturgia.
- f) Que o currículo atente para a necessidade de obreiros que saibam administrar crises e fortaleça a capacidade de desenvolver relações humanas positivas.
- g) Que a congregação de cada instituição elabore um projeto de estágios diferenciados, estabelecendo critérios e objetivos.
- h) A instituição deve buscar as bases de uma filosofia de currículo junto aos alunos, igrejas, denominação e corpo docente.
- i) Que o currículo harmonize adequadamente matérias relacionadas, como por exemplo: português-homilética, hermenêutica-homilética-português.

Escrevendo sobre os currículos teológicos, MENDONÇA (1996, p. 144) assevera que

No estágio atual da teologia no Brasil já não podemos pensar estritamente na reprodução do saber teológico e na formação pastoral. A produção do saber teológico é essencial para o avanço da teologia na direção não somente da academia mas do debate dos grandes problemas que envolvem a Igreja e a sociedade. Para isso, tem de ser um saber reconhecido. Esta é uma questão que está sendo discutida e precisa ir adiante por intermédio dos que estão envolvidos na educação teológica séria. Como a educação teológica ainda é confessional, há muitas barreiras a serem superadas, tanto eclesiais como acadêmicas. Mas, como a pós-graduação em teologia, para atingir os objetivos já discutidos neste trabalho, não pode prescindir de elevada prática ecumênica ou, ao menos, de produtivo diálogo inter-religioso, será necessário o início de uma jornada de acordos que abranjam também a graduação em teologia, de tal maneira que ela caminhe na direção de uma reflexão cristã abrangente.

³¹ É a disciplina que ensina aos alunos a arte de preparar e comunicar os sermões de forma apropriada.

Atualmente, a renovação curricular está na pauta da maioria das instituições teológicas protestantes. A conclusão a que têm chegado os líderes das instituições e confissões é que o currículo não pode ser uma mera cópia estrangeira, nem inflexível ou imutável. Ele deve mudar à medida que muda a realidade em que a instituição vive.

Sobre isto PADILLA (1986, p. 69) alerta: "devemos ser realistas quanto ao fato de que o currículo nunca pode ser perfeito ou definitivo. Todo currículo é um ponto de chegada e um ponto de partida, um documento de experimentação pedagógica; e bem-aventurado é o que não acha seu currículo como uma obra final".

Se o currículo teológico não pode ser uma cópia pronta e acabada de uma realidade importada, ele não pode fechar os olhos para os desafios de preparar os alunos em um mundo globalizado, pós-moderno. Assim, um bom currículo deve "mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua, outras perspectivas de vida, outras idéias. [...] A escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional, intercultural, como ponto de chegada" (GADOTTI, 1998, p. 310-312).

É sadia esta discussão acerca do currículo teológico por parte dos que trabalham na área. O consenso é que este é o melhor caminho. Por isto, é bastante válida a conclusão a que chega PILA (2000, p. 82) a respeito do currículo, ao afirmar que "é mais fácil e seguro realizar a tarefa da educação teológica segundo os caminhos já percorridos, o que sempre se tem feito e como sempre se tem feito. Mas os novos desafios nos fazem pensar em encontrar novas maneiras de cumprir a missão e de educar em meio a situações inéditas. Um bom currículo, atual, interdisciplinar e polidimensional pode ajudar a cumprir a tarefa encomendada à Educação Teológica."

Para se ter um exemplo da evolução curricular (mesmo sob a influência estrangeira), o currículo de estudos para os candidatos ao ministério evangélico presbiteriano elaborado pelo Presbitério do Rio de Janeiro em 1878 previa seis anos de estudos, com as seguintes disciplinas: gramática portuguesa, o Breve Catecismo Presbiteriano, geografia, história do Brasil, aritmética superior, noções de música, português (análise dos clássicos), recordação do Breve Catecismo, música (canto), inglês (história, leitura e tradução), álgebra, geografia e história universal, ciências

naturais, latim (tradução dos clássicos), gramática grega, francês, geometria, filosofia, composição em português, latim (clássico), grego, teologia, história eclesiástica, filosofia moral, filosofia do plano de salvação, exegese, homilética, hebraico, eloquência sagrada, confissão de fé, governo e disciplina da igreja e polêmica religiosa (RIBEIRO, 1981, p. 355).

O que se nota neste currículo é que ele propõe uma formação geral ao estudante de Teologia, com pouca ênfase no estudo da Bíblia e na Teologia propriamente dita.

Dando um salto na história, hoje, analisando o currículo de algumas instituições teológicas protestantes é possível detectar o seguinte núcleo comum a todas elas:³²

1) *Disciplinas bíblicas*

- Introdução ao Antigo Testamento
- Introdução ao Novo Testamento
- Hebraico
- Grego
- Exegese do Antigo Testamento
- Exegese do Novo Testamento
- Hermenêutica

2) *Disciplinas histórico-teológicas*

- História de Israel
- História do Cristianismo
- História da teologia
- História da confissão a que a instituição pertence
- Teologia sistemática ou dogmática
- Teologia do Antigo Testamento
- Teologia do Novo Testamento
- Teologia contemporânea
- Teologia da confissão

³² Foram analisados os currículos da Faculdade de Teologia Metodista, do Seminário Concórdia (IELB), da Escola Superior de Teologia (IECLB), do Seminário Presbiteriano do Sul e do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil.

- Ética cristã
- Ecumenismo
- Eclesiologia

3) *Disciplinas práticas*

- Aconselhamento
- Homilética
- Evangelismo
- Didática do ensino religioso
- Estágio supervisionado
- Culto, louvor e adoração
- Monografia final de curso

4) *Disciplinas filosóficas*

- Introdução à Filosofia
- Filosofia I e II
- História da Filosofia
- Filosofia da religião

5) *Disciplinas auxiliares*

- Metodologia da pesquisa
- Psicologia geral
- Sociologia geral
- Noções de música
- Antropologia
- Inglês
- Português
- Missiologia

Além destas, que compõem o núcleo dos currículos estudados, há ainda disciplinas optativas, como Teologia Feminista, Religiões e Seitas, Ministérios Sociais e outras, que visam ampliar a formação do estudante.

Constata-se que a maioria dos currículos obedece a um padrão de disciplinas básicas, o que, em caso de transferência de um aluno para uma outra instituição, permite o aproveitamento da maioria das disciplinas cursadas, com exceção daquelas estritamente confessionais ou com cargas horárias muito discrepantes.

MENDONÇA (1996, p. 145) apresenta as linhas gerais que um bom currículo de graduação teológica deveria contemplar:

Um currículo básico teria de atender a três áreas distintas, mas complementares, como dogmática e pastoral, tradição cristã geral e ciências de apoio. A primeira atenderia às necessidades e objetivos institucionais ou eclesiásticos; a segunda teria a função muito importante de oferecer aos estudantes os elementos básicos do *depositum fidei* comum ao cristianismo; e a última consistiria nas disciplinas de cultura científica geral, cujo fim principal seria o de proporcionar aos estudantes o contato com a metodologia científica.

Seguindo as sugestões acima apresentadas, é provável que num curto espaço de tempo, em virtude do reconhecimento do curso pelo MEC, os currículos tenderão a se uniformizarem mais, vencendo o dilema de se preocupar mais com a realidade concreta que o aluno irá encontrar do que com a visão da confissão mantenedora da instituição, o que na maioria das vezes provoca divergências. As disciplinas das Ciências Sociais deverão ser uma forte aliada da formação teológica que se vislumbra estar por vir.

Atualmente, na maioria das instituições o bacharelado dura, no mínimo, oito semestres. A exceção fica com o Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil e o curso noturno do Seminário Presbiteriano do Sul que prevê dez semestres. Na Escola Superior de Teologia (EST), a duração mínima é de nove semestres.³³

3.3 O corpo discente

Quem são os alunos das instituições teológicas protestantes? De onde vêm? O que eles esperam e o que se espera deles? Estas são questões pertinentes a este estudo e tentar-se-á respondê-las.

Como já foi dito, sendo as instituições em sua maioria confessionais e com

³³ Conforme catálogo e informações obtidas em sites das instituições na Internet.

objetivo utilitarista, os alunos de Teologia são enviados a elas pelas igrejas onde são membros e congregam regularmente. A maioria é de homens³⁴, solteiros e carentes financeiramente (REGA, 2000, p. 106).

A maioria das instituições recebe algum tipo de subsídio da confissão mantenedora e por isso pode manter (a preços subsidiados) internatos para os solteiros e residência para os casados. A manutenção não é muito alta. É comum a igreja que recomenda o aluno custear, se não toda, uma boa parte das despesas. Isto sempre facilitou a vida dos estudantes, cujo número tem aumentado significativamente nos últimos anos (STURZ, 1991, p. 47).

Convém assinalar que para um jovem ser enviado para um seminário, é preciso que a igreja onde ele congrega veja nele um vocacionado para o ministério. Ele só é aceito pelo seminário mediante um documento da igreja que o recomende. É por isso que os obreiros mais antigos se referem aos seminários como *casa de profetas* (FERREIRA, 1992, p. 382).

A vocação, entendida como uma chamada divina que precisa ser atendida tanto pelo candidato ao ministério quanto pela igreja que o recomenda, é o aspecto central da ida do jovem ao seminário. Quanto a isto,

Pode-se afirmar, em primeiro lugar, que a vocação não procede do valor conferido pelo diploma, que não é reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura e por isso mesmo não é trampolim para nenhum outro curso ou emprego. Quando chamado para pastorear uma igreja, dificilmente alguém exige a apresentação do diploma. Em segundo lugar, os alunos que chegam ao seminário raramente são frutos de alguma campanha organizada para despertar pessoas chamadas para o ministério e muito menos são resultados de pressões da igreja ou da denominação. Em terceiro lugar, o desejo de estabilidade econômica (promessas de uma vida fácil) não conta (STURZ, 1991, p. 47).

As estatísticas mostram, principalmente entre os batistas, que o número de alunos nos seminários têm crescido muito nos últimos anos (STURZ, 1991, p. 47). Acontece de haver também os cétricos com o grande crescimento das vocações e conseqüentemente do número de alunos nos seminários. CAVALCANTI (1988, p. 14), levanta a hipótese de que muitos estão optando pelo seminário por eliminação. Ou seja:

³⁴ Apenas os metodistas e luteranos possuem pastoras. Entre os batistas da Convenção Batista Brasileira só recentemente é que houve a consagração de 4 pastoras, com alguma celeuma.

prestaram vários vestibulares e como não passaram em nenhum, acabaram optando pela vida religiosa.

Esta possibilidade realmente existe, mas não é a causa principal do crescimento das matrículas nos seminários. É preciso vê-la com cautela, pois reflete uma visão utilitarista da formação teológica. A resposta provavelmente está no crescimento e expansão das igrejas e outros fatores, apontados por STURZ (1991, p. 48):

Em primeiro lugar, não devemos jamais minimizar a atividade do Espírito Santo em levantar líderes para as igrejas. Ele trabalha nos corações e chama pessoas de formas que nos são estranhas. A enchente de estudantes começou em meados da década de 70, antes que se tornasse clara a rapidez com que as igrejas estariam se expandindo e, deste modo, necessitando um grande número de pessoal extra para o ministério. Em segundo lugar, existe o idealismo inerente à experiência pessoal dos alunos com a ação de Deus nas suas vidas. É natural que estes jovens queiram ser usados por Deus para modificar a vida de outros. Onde melhor que no pastorado? Em terceiro lugar, o envolvimento no ministério durante a adolescência e juventude cria a oportunidade de Deus falar com eles. Num nível puramente humano, deve-se considerar, em quarto lugar, o papel do pastor como líder. Este papel tem causado grande impacto na formação do ideal de muitos candidatos.

Outro dado a ser mencionado é que alguns alunos, aproveitando o fato de residirem nos campus dos seminários, geralmente situados em grandes cidades como São Paulo, Recife, Campinas e outras, aproveitavam para cursarem uma outra faculdade secular, e depois de formados, muitos deles resolviam não ingressar no ministério de suas confissões, preferindo exercer a profissão a que o seu segundo curso os habilitava. Vendo que tal atitude desvirtuava em parte o princípio original, que era manter a instituição apenas para vocacionados, alguns seminários não permitiam que seus alunos cursassem outra faculdade enquanto ali estivessem (SEMINÁRIO PRESBITERIANO DO SUL, 199-, p. 12).

Pelo fato de serem recomendados pelas igrejas em que são membros, os seminaristas (assim são chamados os alunos) são bastante cobrados, principalmente pelos líderes da confissão que mantém a instituição. O produto final, ou seja, o aluno formado, é preocupação de muitos, como se evidencia nas palavras deste líder:

O sistema atual deve ser melhorado. Por melhor que venha sendo feito e por melhor que seja a instituição, temos alunos que não justificam a sua permanência num seminário. E, infelizmente, temos entregue à denominação pastores formados em nossos seminários, a cujos pastorados não nos submeteríamos. [...] Nossas instituições recebem material para trabalhar,

material que elas não buscam, mas que lhes são enviados. Boa parte deste material é sofrível. Temos alunos que não evidenciam capacidade espiritual, capacidade de liderança, de caráter cristão e de aprendizado. Há gente que está em um seminário e não nos inspira confiança. [...] Nossa tarefa não é apenas a de formar obreiros, mas formar obreiros de qualidade. De boa tempera espiritual, moral e administrativa. Nosso produto final deve mostrar competência. Se não mostrar, é porque falhamos (COELHO FILHO, 1998, p. 86).

O que se observa é que os alunos, em sua maioria, vivem a tensão do saber acadêmico ministrado durante a semana e a realidade que o aguarda na igreja onde irá trabalhar depois de formado. É que, diferentemente de outros cursos, o aluno de Teologia é um estagiário desde os primeiros meses depois de matriculado. O estágio em quase todas as instituições é obrigatório, como é obrigatório o envolvimento no trabalho eclesiástico nos finais de semana. É parte do curso.

E enquanto estagia, ele vai percebendo a distância entre a teoria e a prática. Embora dura, é pertinente a observação que ALVES (1982, p. 163) faz a esse respeito:

Existe, portanto, um enorme abismo entre a situação de seminário e a situação de pastor de congregação. As idéias que circulam no seminário, e que permitem a avaliação tanto de professores quanto de alunos, não têm absolutamente nada a ver com as idéias que circulam nas paróquias. É isto que explica, em grande parte, a recaída conservadora, pietista, carismática e até mesmo milagreira de indivíduos que foram pelo menos liberais em seus dias de estudantes de teologia.

Apesar disto tudo, a maioria daqueles que passaram por um seminário guarda boas lembranças do período em que lá passou. Outro dado importante a ser mencionado é que no correr dos anos o perfil dos alunos tem mudado bastante. Se antes a maioria vinha de cidades pequenas do interior do Brasil, hoje, com a crescente urbanização e o inchaço das grandes cidades, a maioria vem da própria cidade onde está instalada a instituição. Os internatos diminuíram e a figura do aluno que só estuda está cada vez mais rara, porque com o corte dos subsídios e a elevação dos custos de ensino, a maioria dos alunos trabalha durante o dia e estuda à noite, diz SAPSEZIAN (1968, p. 68), com a experiência de quem foi o fundador da ASTE e seu secretário geral por nove anos, o que lhe possibilitou conhecer a maioria das instituições teológicas protestantes espalhadas pelo Brasil.

Outra mudança no perfil do corpo discente é que muitos deles vão fazer o curso teológico depois de terem concluído um outro curso superior, o que pressupõe alunos

mais maduros intelectualmente, permitindo um maior aprofundamento das discussões teológicas.

Atualmente a média é de 196 alunos matriculados no bacharelado em teologia nas instituições pesquisadas.³⁵

3.4 Os dirigentes e as entidades mantenedoras

Como foi visto no primeiro capítulo, o modelo que formatou as instituições teológicas foi importado. A bem da verdade, não só o modelo das instituições, mas muito mais, como se pode constatar pelas palavras de ALVES (1982, p. 236), ao afirmar que

O Protestantismo brasileiro foi um fruto do movimento missionário norte-americano, do século XIX. De lá vieram os primeiros missionários, de lá vieram os recursos econômicos para que a incipiente Igreja Protestante pudesse sobreviver, de lá vieram os livros-texto de que se serviram os estudantes nos seminários, de lá vieram tanto as músicas quanto as letras dos hinos que as comunidades protestantes aprenderam a cantar.

Também foi visto que no início, a maioria dos administradores das instituições protestantes de ensino teológico era composta por missionários estrangeiros, norte-americanos, com exceção dos luteranos.

A figura do dirigente de uma instituição teológica se reveste de grande importância dentro da confissão, seja porque, via de regra, trata-se de uma pessoa bem preparada academicamente, seja porque o cargo proporciona uma grande projeção na comunidade eclesial.

Se os primeiros dirigentes eram missionários estrangeiros, os sucessores continuaram sendo, e as principais razões para isto, provavelmente eram: o melhor preparo teológico que eles possuíam, o controle que as missões fundadoras da confissão e da instituição podiam ter do investimento financeiro feito ao longo dos

³⁵ Eis os números de alunos matriculados em 2000: Escola Superior de Teologia (EST) 218; Seminário Concórdia 147; Faculdade de Teologia da Igreja Metodista 223; Seminário Presbiteriano do Sul 121; Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil 291; Faculdade Teológica Batista de São Paulo 172. Fonte: Informativo da ASTE e relatório da ABIBET.

anos e a econômica, pois sendo missionários, recebiam da missão e as instituições não precisavam lhes pagar os salários.

Acontece que com o crescimento das igrejas e com o preparo teológico dos brasileiros que iam fazer pós-graduação no exterior (na maioria das vezes com bolsas concedidas pela Missão), em meados da década de 20 e início da de 30 começou a haver uma pressão para que os líderes nacionais assumissem a direção das instituições, alcançando a autonomia, bastante desejada pela maioria.

Em algumas confissões este processo foi resolvido sem muitos problemas. Foi o caso da Igreja Metodista, que se emancipou da Igreja Metodista Americana em 1930. Livre para escolher sua liderança, curiosamente escolhe para seu primeiro bispo, não um brasileiro, mas o veterano missionário norte-americano John William Tarboux. Comentando esta decisão, REILY (1990, p. 86) pondera que "a escolha de J. W. Tarboux, missionário já aposentado, simbolizou o desejo de manter relações estreitas com a chamada 'Igreja Mãe', relações estas que incluíram a continuação da vinda de missionários e mesmo de recursos, mas de acordo com as conveniências e necessidades da Igreja Metodista do Brasil".

Foi somente em 1934 que os metodistas do Brasil elegeram um bispo³⁶ brasileiro: César Dacorso Filho, que exerceu o episcopado por 25 anos, constituindo-se em uma figura de destaque no metodismo brasileiro, com participação decisiva na criação da Faculdade de Teologia em 1946 (REILY, 1993, p. 192).

Desde a fundação, as principais instituições de ensino teológico dos batistas tiveram missionários norte-americanos na direção. No início da década de 20 um sentimento nacionalista começou a aflorar entre os pastores brasileiros, cujo foco principal da insatisfação estava no Nordeste, e que ficou conhecida como a *Questão Radical*. A principal reclamação era a do monopólio dos missionários na direção dos seminários e o uso das verbas financeiras oriundas dos Estados Unidos.

Os missionários não queriam entregar os cargos, o espaço ocupado e nem o direito de aplicarem o dinheiro segundo seus critérios. Foi então criado um impasse.

³⁶ Os Metodistas adotam o sistema episcopal de administração, em que seus principais líderes são eleitos e chamados de bispos.

Depois de muita polêmica, em 1925, na Assembléia da Convenção Batista Brasileira foi aprovado um documento chamado de *Bases de Cooperação*,³⁷ que atendia em parte os nacionalistas ao propiciar uma maior participação a eles na direção das instituições (PEREIRA, 1982, p. 115).

Mas o problema não estava totalmente resolvido. Ficou adormecido por alguns anos, até que na década de 40 o assunto voltou a ser discutido, quando novas bases de cooperação entre brasileiros e missionários foram estabelecidas. Nelas, acabava a percentagem antes estabelecida para brasileiros e missionários nas juntas administrativas da Convenção Batista Brasileira (MESQUITA, 1940, p. 353).

A questão da autonomia sempre foi um problema para a igreja protestante brasileira, seja de que confissão for. Os presbiterianos o enfrentaram logo cedo, em 1903, com o já citado movimento liderado pelo pastor Eduardo Carlos Pereira, que defendia, entre outras idéias, uma maior participação dos brasileiros nos cargos de direção das instituições, principalmente dos seminários (FERREIRA, 1951, p. 26).

Com os luteranos da IECLB a questão foi um pouco diferente, porque diferente foi a sua inserção e crescimento no Brasil. Enquanto Presbiterianos, Metodistas e Batistas cresceram através do que se convencionou chamar de *Protestantismo de missão*, procurando alcançar os brasileiros, os Luteranos foram inseridos através do *Protestantismo de imigração*, procurando conservar sua etnia alemã em solo brasileiro.

Desde 1888 estava em discussão entre os luteranos da IECLB a criação de um seminário para formar um ministério autóctone no Brasil. Tal anseio encontrava resistência. Isto pode ser comprovado pelo teor da carta do Cônsul alemão de Porto Alegre, enviada em 1892 ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Nela, ele dizia que a criação de um seminário no Brasil "significaria um duro revés para a germanidade dessas bandas. Os alemães aqui nascidos não têm mais patriotismo alemão; pastores nascidos, educados e formados aqui, conseqüentemente, nada podem contribuir para a preservação da germanidade dessas bandas (DREHER, 1986, p. 40).

Era o temor de que a Igreja Luterana perdesse suas raízes. Tal previsão não

³⁷Uma das cláusulas dizia que na composição das Juntas Administrativas das instituições, um terço seria composto por brasileiros e os outros dois por missionários (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

chegou a acontecer. Demorou muito tempo para que a Escola de Teologia fosse aberta, o que só veio a ocorrer em 1946, depois da Segunda Guerra Mundial. Como o luteranismo foi implantado no Brasil através da imigração, a ingerência de missionários na direção de suas instituições não se constituiu em um problema, como nas confissões já aludidas.

Atualmente, quase todas as instituições teológicas protestantes são dirigidas por um *conselho*, ou órgão similar (junta, colegiado), eleito pela confissão mantenedora. Este conselho é quem elege os dirigentes e toma as principais decisões. Esta maneira de administrar tem os seus problemas. Embora esteja falando de instituições batistas, muito do que MACHADO (1999, p. 95) diz se aplica às demais, porque, "como instituições confessionais batistas e do que se observa dos seus estatutos e programas, todas possuem suas juntas de educação ou conselhos, que as administram e com as quais têm de conviver. Trata-se de um universo formado por igrejas, associações, convenções, para cujos segmentos têm de prestar contas. Em muitas ocasiões, essas relações tornam-se desgastantes e antagônicas".

Grande parte destas relações antagônicas e desgastantes acima citadas tem a ver com os recursos financeiros. Via de regra, as instituições são deficitárias, necessitando de subsídios institucionais para fazer frente a seus gastos. O problema é que os missionários foram se retirando da direção das instituições, mas acabaram levando também os recursos, cabendo às igrejas brasileiras o sustento das mesmas.

O problema se agrava pela falta de recursos financeiros por parte das confissões e quando os possuem, as instituições não conseguem alcançar a autonomia que gostariam de ter.

Quanto às razões para a crônica insuficiência financeira das instituições teológicas, SAPSEZIAN (1974, p. 26) apresenta o seguinte argumento: "Estamos operando com estruturas alienígenas, concebidas em sociedades e contextos de afluência econômica, transplantadas ao nosso meio a-criticamente e aqui perpetuadas a despeito de sua comprovada inadequação às exigências da Missão em nosso continente e das condições sócio-econômico-culturais de nosso contexto".

A queixa mais freqüente que se ouve por parte dos dirigentes das instituições de ensino teológico é que as igrejas (legítimas donas das instituições) pouco valorizam a educação teológica, fruto certo da herança paternalista das missões estrangeiras, que no passado construíram grandes patrimônios e os mantinham com verbas do exterior.

Por ocasião da construção dos edifícios da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, o responsável pelas obras assim se expressou: "A igreja praticamente deixou a Faculdade por conta do auxílio estrangeiro, de forma que não se projetava nada aqui. A Faculdade era uma filha órfã. O dinheiro tinha que vir dos EUA, se eles não aprovassem, nem se falava no assunto" (SILVA, 1998, p. 16).

Assim, a realidade é que a maioria dos administradores de instituições teológicas protestantes no Brasil enfrenta desafios financeiros. Há exceções, como a Faculdade Metodista, que é subsidiada pelos outros cursos oferecidos pela UMESP, em São Bernardo do Campo,³⁸ e a Escola Superior de Teologia (EST), que durante muito tempo recebeu da sua mantenedora, a IECLB, a maior parte de seu orçamento (LONGUINI NETO, 1991, p. 38).

Isto não quer dizer que a EST não enfrente problemas de outra natureza. Muitas vezes é confrontada pela liderança da IECLB por posturas assumidas e tem resistido e também cedido, procurando não perder os laços com a comunidade e nem a sua relativa autonomia (IBID., p. 39).

A respeito desta questão, a da dependência financeira e a ingerência externa, SAPSEZIAN (1968, p. 64) expõe que,

Uma perversão da educação teológica é considera-la um investimento da igreja institucional do qual ela possa auferir vantagens próprias (sua perpetuação, seu crescimento numérico, sua influência, etc.). Ela não é do **interesse**³⁹ da Igreja, e sim de sua **obediência**. A partir da distinção bem protestante entre Igreja e Palavra de Deus, pode-se afirmar que a educação teológica não é para a proteção da Igreja e sim para sua crítica, para seu julgamento à luz da Palavra, para aguilhoa-la rumo a maior fidelidade. Como tal, ela não pode subordinar-se à perpetuação das formas sociológicas da Igreja, antes deve visar a sua transformação e aperfeiçoamento. Toda verdadeira educação teológica será um risco insuportável por uma igreja enrijecida e cativa de seus modelos tradicionais.

³⁸ Os outros cursos foram criados para, dentre outros objetivos, sustentar a Faculdade de Teologia, que sofria com a crônica falta de recursos (BITTENCOURT, 1999, p. 29).

³⁹ Grifos do autor.

A concluir este tópico, pode-se dizer que esta é a realidade que, via de regra, existe nas instituições teológicas protestantes e que certamente vai mudar com a vigência do reconhecimento do bacharelado em teologia pelo Ministério da Educação. O Parecer CES/CNE 241/99, e toda a regulamentação do ensino superior que tira muito poder das entidades mantenedoras, impedindo-as de intervir no dia-a-dia das instituições, o que será tratado com mais profundidade no próximo capítulo.

3.5 O corpo docente

Segundo SAPSEZIAN (1974, p. 26), desde a implantação das instituições de ensino teológico no Brasil, a formação do corpo docente foi um desafio a ser vencido. No início, a maioria absoluta dos professores era composta pelos missionários estrangeiros, notadamente, aqueles que eram pós-graduados em Teologia.

Eram homens preparados, que escreviam ou traduziam os livros que os alunos utilizavam nas aulas. Por várias razões, provavelmente sendo a financeira a principal, não havia condições para preparar um corpo docente composto de brasileiros. Quando um missionário-professor voltava para sua terra, um outro era enviado em seu lugar para a continuação do trabalho. Era mais prático e econômico.

Algum tempo depois, quando um aluno se destacava, ofereciam-lhe uma bolsa de estudos para a continuação de seu preparo, geralmente nos EUA. O problema era que ao voltar ao Brasil, nem sempre havia uma perfeita readaptação cultural. Muitos acabavam voltando ao exterior, por percebiam que não conseguiriam sobreviver apenas como professores de Teologia. Alguns conciliavam o pastoreio de igrejas com a docência ou iam lecionar em faculdades seculares. A frustração e o desencanto eram enormes. A dependência dos missionários também (REGA, 2000, p. 177).

Com o passar do tempo esta realidade foi mudando lentamente, pois como as agências missionárias diminuíram o envio de missionários-professores, as instituições tiveram que priorizar os brasileiros, convidando-os a lecionar, mas sem condições de pagar-lhes um salário digno. Era comum os professores não receberem nada pelas aulas, ou recebiam um salário simbólico, que via de regra, era devolvido à instituição.

Aliás, o grande desafio da docência teológica protestante no Brasil é a questão do sustento. Ainda hoje são poucos os professores de tempo integral nos seminários confessionais. Por isso é que AZEVEDO (1996, p. 284) afirma que "no caso brasileiro, não há teólogos, no sentido de que não há pessoas que vivam para pensar/escrever teologia ou que faça da reflexão teológica o fulcro do seu labor. Os formuladores são geralmente pastores de igrejas no exercício da função docente nos seminários".

A exceção neste aspecto fica com a Escola Superior de Teologia, da IECLB, que no final da década de 50 sentiu a necessidade de preparar um corpo docente nativo. Para tanto, foram escolhidos e enviados alguns brasileiros para se pós-graduarem na Alemanha e que, ao retornarem, tornaram-se professores de tempo integral. Em pouco tempo o corpo docente da instituição se abasileirou bastante. Convém mencionar que uma das razões que forçou essa mudança foi a aprovação de um documento que previa que para cada professor estrangeiro deveria haver, no mínimo, dois brasileiros (FISCHER, 1986, p. 29).

Outro problema que envolve a docência teológica é a formação do próprio professor. Como os cursos de pós-graduação em geral têm custos elevados, e o de Teologia não foge à regra, existem poucas instituições que os oferecem no Brasil. A maioria deles é oferecido pelos grandes seminários, porém, sem valor oficial, pois não são reconhecidos pelo Ministério da Educação. Só recentemente é que alguns foram homologados pela CAPES. Neste aspecto, os metodistas e os luteranos levam vantagens sobre as demais confissões, pois por possuírem cursos reconhecidos de Mestrado e Doutorado em Ciências da Religião, podem qualificar com mais facilidade o seu corpo docente.

Quanto aos outros, a distância entre a residência do aluno (que nem sempre mora perto da escola) e a instituição, aliada ao custo, dificultam o aperfeiçoamento do corpo docente. É um desafio, como foi dito no início.

Não obstante ser importante a titulação docente para a maioria das instituições, embora desejável, ela não é o requisito mais exigido. Valoriza-se mais a confessionalidade do docente, sua identificação com os objetivos da instituição, sua posição diante das principais doutrinas e uma vida ilibada (de acordo com os padrões

da confissão). Isto é confirmado em parte pela seguinte afirmação: "não há conflito entre erudição e caráter. Mas se houvesse incompatibilidade entre erudição e caráter, teríamos que escolher um professor com caráter" (MACHADO, 1999, p. 89).

Uma das exigências do MEC, para que as instituições tenham os seus cursos de bacharelado reconhecidos é ter no seu corpo docente um bom número de professores com dedicação exclusiva. Isto certamente levará tais instituições a um grande dilema.

O problema é que as confissões ao longo do tempo sempre enfatizaram que o professor de Teologia não pode ser apenas um teórico debruçado sobre livros. Deve ter experiência pastoral prática, pastoreando uma igreja. Para um líder batista, é ruim a "atuação de muitos professores sem compromisso com igrejas ou inexperientes nos Ministérios da Igreja, e, assim, despreparados para formar adequadamente novas gerações de obreiros que amem a igreja e compreendam a excelência do Ministério Evangélico" (AZEVEDO, 1998, p. 28). Nestas palavras nota-se uma certa desconfiança no teólogo pesquisador e escritor. A ênfase é a experiência prática.

Outro dado a ser levado em conta é a questão da confessionalidade. Em uma pesquisa realizada pela Faculdade Metodista de Teologia com aproximadamente 150 pastores e 100 líderes leigos metodistas no final de 1969, colheu-se a informação de que a maioria dos entrevistados preferia que o corpo docente da instituição fosse composto exclusivamente por metodistas (WOFFORD, 1970, p. 68).

Isto vem esclarecer uma prática que é comum nas instituições confessionais: corpo docente quase que integralmente composto por membros daquela mesma confissão. Embora atualmente haja uma maior abertura para a contratação de professores de outras confissões, as instituições confessionais dão preferência àqueles em seus quadros, seja para melhor atender o objetivo do curso, que é preparar obreiros para as igrejas, seja pela pressão confessional, como ficou demonstrado na pesquisa.

As instituições que constituem o universo de pesquisa, cujas histórias foram apresentadas no primeiro capítulo, possuíam em 2000, em média 24 professores em seus cursos de bacharelado em Teologia.⁴⁰

⁴⁰ Dados fornecidos em documento estatístico da ASTE, de 1999.

Depois de tudo o que foi apresentado, pode-se concluir que neste aspecto, o da docência, as instituições teológicas protestantes no Brasil ainda têm um longo caminho a percorrer pelos desafios que a referida regulamentação oficial trouxe ao bacharelado em teologia. Sobre tais desafios se falará mais no próximo capítulo.

Como se pode ver, as instituições protestantes de ensino teológico possuem muitas características idênticas a outras instituições de ensino em geral. Porém, suas peculiaridades saltam aos olhos, pois seu objetivo é bastante específico: servir à confissão que a fundou, mantém e dirige. Assim, quase tudo (do currículo aos professores) é dirigido para atingir seu objetivo maior: preparar quadros qualificados para as igrejas.

O problema com esta visão é que se o ensino tomar um rumo utilitarista em demasia, pode se tornar obsoleto em pouco tempo, visto que a sociedade está em constante mudança e o ensino não. Ou seja: corre-se o risco de preparar obreiros para as igrejas de ontem.

Se por um lado, havia um hermetismo confessional na formação dos alunos das instituições teológicas protestantes, havia um anseio de ver esta formação teológica sendo reconhecida pelos órgãos oficiais da educação superior brasileira. Os esforços, tanto individuais quanto institucionais para o reconhecimento formal do bacharelado em teologia pelo MEC serão discutidos no próximo capítulo.

4 ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...:

OS ESFORÇOS PROTESTANTES PARA O RECONHECIMENTO FORMAL DA GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

Mas eu não queria falar de Deus nos limites, na fronteira, mas no centro; não nas fraquezas, mas na força, não na morte e na culpa, mas na vida e na bondade dos seres humanos. Nas margens parece-me que é melhor permanecer em silêncio e deixar que o insolúvel continue sem solução.

(Dietrich Bonhoeffer, *Resistência e submissão*, p. 132)

Como foi visto no primeiro capítulo, a teologia protestante está presente em solo brasileiro há mais de um século, sempre vivendo à margem da academia, tentando, mais recentemente, adquirir o devido conceito que suas co-irmãs das ciências humanas usufruem. Naturalmente que existiam dificuldades, tanto externas às instituições de ensino teológico, quanto internas, dentro das instituições e suas entidades mantenedoras. Entender estas dificuldades é um grande passo para compreender a razão do longo período de marginalização acadêmica da teologia no Brasil.

Além disto, será importante conhecer as três principais agências do reconhecimento teológico criadas pelos protestantes para que, na ausência do Ministério da Educação, pudessem estabelecer padrões de qualidade para as instituições teológicas brasileiras, constituindo-se em um fórum regulador e fomentador de discussões e ações que visavam a melhoria da educação teológica protestante brasileira.

Ver-se-á ainda neste capítulo que muitas foram as tentativas de se aproveitar a graduação teológica para a formação secular, culminando com o Decreto-Lei nº 1.051/69, que previa o aproveitamento de disciplinas cursadas em Seminários Maiores,

Institutos Superiores e Faculdades Teológicas nas licenciaturas em Filosofia, o que acabou gerando alguns abusos e irregularidades.

Depois de algumas tentativas isoladas de luteranos e metodistas, que solicitaram do MEC autorização para seus cursos de Bacharel em Teologia, o Ministério da Educação aprova o Parecer CES/CNE 241/99, abrindo as portas da graduação em Teologia ao universo formal dos cursos, já que a pós-graduação já estava autorizada há mais de uma década. A análise deste Parecer se fará necessária para compreender a nova realidade com que a graduação teológica terá de conviver. Por fim, serão analisadas as novas perspectivas que se abriram diante das instituições teológicas protestantes, tanto as otimistas, quanto as pessimistas. Há os que estão eufóricos e há os que estão apreensivos, pelas mais variadas razões.

A pergunta principal que este capítulo tentará responder é: Por que, em 1999, foi reconhecido o curso Bacharel em Teologia como um curso superior?

4.1 As dificuldades internas e externas para o reconhecimento da graduação em Teologia.

A primeira dificuldade é que diferentemente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, onde a Teologia sempre esteve presente nas universidades, sendo aceita como um campo válido de estudo, aqui no Brasil ela se estruturou longe da academia, ficando restrita às instituições confessionais. Ocorre que,

A Universidade no Brasil nasceu em um contexto particular de nossa história. Obedecendo à inspiração da Revolução Francesa, a idéia de Universidade na França, a partir de Napoleão, foi concebida como uma República das Ciências e das Letras, sem interferências dogmáticas do Estado ou da Igreja. A idéia foi reforçada pelo positivismo. Este modelo inspirou a Universidade no Brasil. Não negamos o mérito dessa concepção. Mas o remédio trouxe como efeito a exclusão de conhecimentos e investigações importantes. A própria França não perdeu inteiramente a investigação teológica na Universidade (por razões históricas, Strasbourg conservou sua Faculdade de Teologia) e os estudos religiosos e teológicos retornaram, de um modo ou de outro, às suas instituições mais prestigiosas. O Prof. Darcy Ribeiro, no planejamento original da Universidade de Brasília, incluiu uma Faculdade de Teologia, com inspiração ecumênica (DAGHLIAN; CASTRO, 1998, p. 2).

Assim persistiu durante muito tempo a idéia de que o lugar do estudo da religião e até mesmo da teologia é próprio do âmbito privado das igrejas, nunca em um centro de pesquisa ou numa instituição universitária, pois faltaria à Teologia a cientificidade existente em outras áreas devido a sua subjetividade (OLIVEIRA, 1998, p. 21). Só recentemente esta realidade começou a mudar, como se verá mais adiante.

Por isso, uma das providências para vencer tal barreira foi trazer à luz todo o esforço teológico, tanto de católicos como de protestantes, ressaltando as produções, os intercâmbios, as discussões, seus encontros e organizações, sinalizando que a teologia no Brasil é uma ciência⁴¹ em busca de sua afirmação (OLIVEIRA, 1996, p. 100).

Porém faz-se necessário explicar a que tipo de ciência a Teologia está ligada. Segundo BERKHOF (1981, p. 36-37), “Foi especialmente em fins do século XVIII que se começou a discutir o direito da Teologia ser considerada ciência, até que ele foi negado explicitamente. Isso foi devido em parte à crítica de Kant quanto à faculdade do conhecimento teórico acerca de Deus e do sobrenatural em geral, e em parte à demanda presunçosa das ciências naturais de serem as únicas dignas do nome.”

Convém salientar que teologia é uma ciência interligada com as outras ciências sociais. Ela possui a sua singularidade que é o falar de Deus a partir da Bíblia, a revelação escrita para os cristãos. Ao comunicar-se com seus ouvintes, inevitavelmente a teologia acaba relacionando-se com outras ciências, sem o que seria impossível atingir seus objetivos. Por outro lado, outras ciências, como a sociologia, a filosofia e a antropologia se utilizam da teologia em seus estudos.

Para concluir este tópico, se faz necessário evocar as palavras de Hans Küng, citado por ROLDÁN (2000, p. 129): “Somente uma teologia que se move no horizonte real da experiência, uma teologia rigorosamente científica e aberta ao mundo do presente, pode justificar seu lugar na universidade ao lado de outras ciências.”

Com exceção dos metodistas, que possuem um curso de graduação em teologia dentro de sua universidade em São Bernardo do Campo, os demais cursos ligados às confissões protestantes eram oferecidos por instituições isoladas, distantes das

⁴¹ O autor entende o termo ciência "como um saber sistemático e organizado e que, a partir de pressupostos (a priori) e disciplina intelectual rigorosa debruça-se sobre o mundo a fim de entendê-lo, explicá-lo e modificá-lo no sentido da felicidade humana" (MENDONÇA, 1997, p. 20).

universidades, de caráter confessional, cujo objetivo primário era a formação de quadros para a sua confissão. A preocupação maior das lideranças das Confissões não era a formação de teólogos, mas de pastores. Tal preocupação, na visão de MENDONÇA (1997, p. 30) acaba predispondo os futuros pastores para uma antiteologia, que inibe e até mesmo afasta os jovens da reflexão teológica.

Alguns, como o líder batista Irland Pereira de Azevedo (1985, p.8) , tentam harmonizar o científico e o prático dizendo que os seminários não devem almejar nem *um gigantismo do intelecto* e nem um *nanismo do coração*, devendo sim, desenvolver de forma equilibrada o intelecto, as emoções e a vontade, formando homens de Deus com conhecimento sólido das Escrituras Sagradas, da reflexão teológica, estando apto a comunicar o Evangelho, contextualizando sua mensagem.

Porém, o que se conclui é que, pelo fato de serem confessionais, num dilema de escolha entre a erudição e a piedade, a liderança tende a pender para a segunda (REGA, 2001, p.134). Isto é devido à visão prática que muitos líderes possuem do curso teológico. Pensam que no dia a dia da prática ministerial, a piedade tem mais valia que a erudição.

É digno de nota também que uma outra dificuldade para o reconhecimento formal da graduação em teologia é o temor das instituições serem obrigadas a receber alunos que não sejam provenientes das igrejas protestantes, gerando uma secularização da teologia. Sobre isto MOHLER JR. (1996, p. 279-280) alerta que

estamos diante de um panorama onde são visíveis duas culturas opostas de educação teológica. A cultura confessional entende que devemos ser fiéis às igrejas. A cultura não confessional volta-se para a academia. Perguntamos, então: quem estabelece as normas e a lealdade final? As instituições evangélicas devem estar prontas para declarar suas convicções teológicas e manter sem escusas a fidelidade devida às confissões e igrejas [...] quando a educação teológica distancia-se da responsabilidade confessional torna-se imediatamente vulnerável às pressões condescendentes da cultura secular moderna.

Embora o autor, reitor de um dos maiores seminários batistas dos Estados Unidos esteja falando da realidade de seu país, sua preocupação é semelhante à de muitos líderes protestantes brasileiros.

Exemplo disto: em correspondência ao diretor executivo do Jornal Batista, Esequias Santana, um pastor de Joinvile, Santa Catarina, manifestou sua preocupação quanto ao reconhecimento dos cursos teológicos e as conseqüências que tal decisão trará. Eis um trecho de seu relato:

Quando em 1974 colei grau como Bacharel em Teologia, queria apenas ser um pastor capacitado a exercer a vocação e o chamado do Mestre. O meu diploma até hoje está guardado e não usei para nenhuma função denominacional. Agradeço sim e muito às vidas dos professores que me ajudaram a compreender as Escrituras. A mim me parece que hoje corremos atrás do reconhecimento dos homens, com a conseqüente ingerência destes como ocorreu com Uzias, um homem extremamente capacitado, talentoso e bem sucedido, como são muitos em nosso Brasil, mas foi severamente repreendido quando entrou num terreno sagrado, de acordo com o livro de 2 Crônicas 26.16-23⁴² (2000, p. 3).

Nas palavras do pastor catarinense nota-se um outro temor: a questão da ingerência externa sobre as instituições teológicas, ou seja: que técnicos do Ministério da Educação venham a interferir nos objetivos, currículos e administração das instituições. Juntamente com a secularização da teologia, a questão da ingerência externa talvez seja o principal motivo do atraso das tentativas de se fazer pressão junto ao Ministério da Educação visando o reconhecimento do curso. Vê-se tal preocupação na Filosofia Batista de Educação Teológica quando diz que "para levar a efeito esta tarefa distinta e de caráter divino, a Educação teológica quanto ao seu conteúdo, não depende, nem pode orientar-se ou limitar-se a qualquer tipo de educação secular ou profissional. Antes, em face da sua própria natureza, deve orientar-se pela revelação de Deus e orientar todas as atividades dos homens para finalidades cristãs" (KEIDANN, 1988, p. 112).

Tal temor é justificado pelo fato de que a maioria das estruturas curriculares dos cursos teológicos, além de obedecerem a um certo padrão do que existe em outros países, possuem características próprias, atendendo aos anseios da Confissão Mantenedora da instituição. Provavelmente, esta era uma das dificuldades encontradas pelo MEC: como formular um currículo que atendesse a todas as confissões em suas particularidades? A solução encontrada no Parecer CES/CNE 241/99 que reconhece o

⁴² No texto citado, o rei de Israel, Uzias, entrou no templo de Jerusalém para queimar incenso a Deus, privilégio reservado apenas aos sacerdotes. Como castigo, foi acometido de lepra.

bacharelado em teologia no Brasil (que analisaremos com mais profundidade mais adiante) foi deixar a composição curricular de forma livre, a cargo da instituição, obedecendo a alguns critérios técnicos.

Uma outra razão para a dificuldade em se procurar o reconhecimento do bacharel em teologia partia das próprias confissões, que segundo ALVES, em seu livro *Dogmatismo e tolerância* (1982, p.102), não tinham interesse em que seus ministros tivessem seus cursos reconhecidos e nem que prosseguissem os estudos superiores em outras áreas do conhecimento. A razão, segundo ele, é que tendo cursado apenas o bacharel em teologia, o ministro não possuía outra opção de sobrevivência a não ser trabalhar para a igreja de forma mais dócil e subserviente, pois somente no âmbito eclesiástico o seu saber podia se transformar em salário.

Embora Alves esteja se referindo à realidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, da qual saiu de forma tumultuada, não deixa de ter uma certa razão, pois o discurso das igrejas protestantes, de modo geral, privilegia o obreiro de tempo integral, de dedicação exclusiva. Este é tido como mais espiritual que aquele que exerce uma outra profissão, como transparece nas palavras de um veterano pastor batista: "o próprio crescimento do trabalho exige um ministério consagrado integral ao seu serviço [...] não é mais possível depender dos restinhos de tempo e de energia para a promoção dos interesses da causa de Cristo" (REGA, 2001, p. 107).

Enquanto havia dificuldade de ver seus cursos de bacharelado em Teologia reconhecidos formalmente pelo MEC, como as instituições de educação teológica se relacionavam umas com as outras? Como separar as instituições de qualidade das deficientes? Estas e outras questões serão respondidas a seguir.

4.2 O papel de agências de reconhecimento interno: ASTE, AETAL E ABIBET

Com a proliferação de seminários teológicos pelo Brasil afora, os protestantes sentiram a necessidade de criar instituições que os congregassem, estabelecendo alguns critérios que garantissem um padrão mínimo de qualidade, além de se constituírem em um fórum de debates e discussões sobre os problemas da educação

teológica, comuns às instituições. Assim nasceu a ASTE, Associação de Seminários Teológicos Evangélicos.

Esta Associação nasceu como parte de um amplo projeto, fruto da Assembléia do Conselho Missionário Internacional (IMC)⁴³, reunida em Acra, Ghana, na África, no final de dezembro de 1957. Ali foi criado o Fundo de Educação Teológica (FET) com quatro milhões de dólares, doados por John D. Rockefeller e mais oito sociedades missionárias americanas, que objetivava fomentar e fortalecer a educação teológica na América Latina, Ásia e África, regiões carentes de recursos para investir nesta área, através de várias ações, como a publicação de obras clássicas do pensamento teológico, o incentivo à publicação de obras nativas, suprimindo uma lacuna existente (LONGUINI NETO, 1991, p. 84).

A liderança do FET entrou em contato com os principais seminários protestantes brasileiros e em reunião com os seus representantes criaram uma Comissão de Literatura, elegendo como secretário executivo Aharon Sapsezian. Depois de várias reuniões entre a liderança dos seminários e a Comissão de Literatura, chegou-se à conclusão de que havia necessidade de se criar uma associação dos seminários evangélicos no Brasil, até então inexistente. A ASTE foi criada no dia 19 de dezembro de 1961, com 12 seminários,⁴⁴ com as seguintes finalidades expressas em seu estatuto:

- Estimular a cooperação mútua entre os seminários filiados.
- Realizar esforços para a execução de ideais comuns.
- Preparar o critério de reconhecimento dos seminários teológicos e de suas habilitações para conferir títulos, aplicando-os aos seminários interessados.
- Promover a obtenção e oferecimento de bolsas de estudos a professores e alunos.
- Publicar literatura teológica.

⁴³ Este Conselho é composto por igrejas protestantes da Europa e dos Estados Unidos.

⁴⁴ Foram membros fundadores da ASTE: Seminário Presbiteriano do Norte, Recife, PE; Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Recife, PE; Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário, Vitória, ES; Seminário Teológico Congregacional do Rio de Janeiro, Pedra da Guaratiba, RJ; Seminário Teológico Batista do Sul, Rio de Janeiro, RJ; Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente, São Paulo, SP; Faculdade de Teologia da Igreja Metodista Livre, São Paulo, SP; Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Bernardo do Campo, SP; Seminário Presbiteriano de Campinas, Campinas, SP; Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana, Porto Alegre, RS; Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, São Leopoldo, RS (LONGUINI NETO, 1991, p. 52).

- Promover estudos de temas de interesse geral da Igreja ou dos seminários em particular, sob perspectiva teológica.

Em uma reforma efetuada no ano de 1970 mais duas finalidades foram arroladas:

- Fazer um levantamento estatístico das instituições de ensino teológico existentes no Brasil.
- Publicar periodicamente um diretório das instituições evangélicas de ensino teológico existentes no Brasil (LONGUINI NETO, 1991, p. 89).

Durante esses quase quarenta anos de existência, a ASTE procurou cumprir seus objetivos, formulando critérios e padrões para credenciamento das instituições e reconhecimento de seus cursos, conforme anexo. Procurando suprir uma grande lacuna na área da literatura teológica, a ASTE traduziu e publicou, sozinha ou em parceria com outras editoras confessionais, inúmeras obras teológicas clássicas, principalmente de autores europeus. Além disto, desde 1968, ela publica sua revista teológica, chamada *Simpósio*, em que defende, entre outras coisas, uma maior contextualização da teologia no Brasil (MARASCHIN, 1985, p. 45).

Anualmente são realizados simpósios com participação das instituições filiadas, em que se discutem estratégias, planos para melhorar a educação teológica no Brasil. Em 1999 contava com 27 instituições filiadas, conforme anexo.

Um fato que parece contraditório é que a ASTE, embora se esforce para fortalecer a teologia protestante brasileira, rompendo a hegemonia estrangeira, desde o início de sua fundação dependeu de verbas externas para sua subsistência, como as oriundas do Conselho Mundial de Igrejas⁴⁵, através de seus organismos, como o Conselho Missionário Internacional e do Fundo de Educação Teológica e outros. O problema já foi detectado há algum tempo, a solução é que demora (MARASCHIN, 1985, p. 50).

O objetivo da ASTE de congregar todos os seminários protestantes não obteve a resposta esperada. Fundada com 12 membros, como foi visto, enfrentou em sua história várias crises, com o abandono de vários membros por discordarem do rumo um tanto liberal que a instituição tomou. Foi o caso de três seminários batistas, em 1986, e dois

⁴⁵ O Conselho Mundial de Igrejas, é uma organização ecumênica, fundada em 1948, com sede em Genebra, na Suíça e tem como objetivo a união das igrejas cristãs em todo o mundo (WALKER, 1981, p. 309).

seminários presbiterianos⁴⁶ (MATEUS, 1989, p. 129). Recentemente estes seminários resolveram voltar a fazer parte da ASTE.

Talvez por temer as tendências *modernistas* da ASTE, muitas instituições teológicas de menor porte e de perfil mais conservador acabaram se unindo à AETTE – Associação Evangélica para Treinamento Teológico, que surgiu em 1968 em São Paulo, tendo como objetivos iniciais ser uma agência de serviços, com a função de promover reuniões especiais e simpósios, coleccionar e oferecer informações úteis aos membros, publicar notícias de interesse das instituições teológicas do Brasil, principalmente aquelas que ministravam cursos por extensão. Logo começou a aglutinar as instituições de ensino presencial e em 1987 passa a ser uma agência de reconhecimento teológico, visando impor um certo padrão de qualidade aos cursos oferecidos, em vista do aumento do número de instituições teológicas, algumas sem as mínimas condições de funcionamento. O reconhecimento visava diminuir o descrédito que a falta de qualidade de algumas instituições trazia para todas. Outra necessidade constatada pela AETTE foi a implantação de bons programas de pós-graduação teológica no Brasil, que permitia aos professores das instituições se qualificarem sem ter de ir estudar no exterior (AETAL, 199-, p. 1-2).

Sentindo que era necessário um maior intercâmbio entre as instituições teológicas brasileiras e as latino-americanas, em 1992 a AETTE reformulou seus estatutos, seus padrões de reconhecimento e foi criada uma nova sigla, AETAL – Associação Evangélica de Educação Teológica na América Latina, tendo três objetivos principais:

- Promover associação entre centros de educação teológica na América Latina;
- Assessorar o desenvolvimento das escolas afiliadas e promover níveis de excelência entre os programas de educação teológica visando uma educação integral e comprometida com a igreja;
- Reconhecer, através de sua Comissão Permanente de Reconhecimento, escolas bíblicas e teológicas na América Latina, enquadradas nos padrões por ela estabelecidos, ad-referendum da Diretoria. (AETAL, art. 3º.)

Por exigir pouco das instituições filiadas, a AETAL reúne um grande número de

⁴⁶ Não foi possível localizar a data em que estes seminários desligaram-se da ASTE.

escolas teológicas. Em seu boletim informativo de junho de 2000, ela contabilizava 134 escolas teológicas filiadas, sendo 91 só no Brasil. Quanto ao seu trabalho, a AETAL talvez seja a instituição que mais auxilia diretamente as bibliotecas, os professores e alunos das escolas teológicas com a doação direta ou através de convênios com as editoras, concedendo grandes descontos na aquisição de livros. Publica desde 1995, com algumas interrupções, a Revista Teológica *Vox Scripturae*.

Apesar do trabalho feito, há críticas, como a feita por LONGUINI NETO (1991, p.123) ao dizer que a “Associação Evangélica para Treinamento Teológico, que no princípio foi criada para fazer educação teológica por extensão, e que hoje agrupa um bom número de instituições teológicas afinadas com a ideologia norte-americana do “treinamento pastoral” e do crescimento da Igreja”. Ou seja, ele está dizendo que a AETAL é conservadora e preocupada com a prática eclesiástica, sem muita profundidade acadêmica.

Apesar das críticas, o que se nota, através das temáticas de seus encontros e da escolha dos preletores é que a AETAL se preocupa mais com a contextualização teológica na América Latina, dando amplo espaço em seus encontros a pensadores latino-americanos como Samuel Escobar, René Padilha e pensadores brasileiros, ao passo que a ASTE parece possuir um vínculo maior com a Europa e seus teólogos.

A terceira instituição, a ABIBET – Associação Brasileira de Instituições Batistas de Ensino Teológico, é a mais confessional de todas, congregando apenas as instituições pertencentes aos batistas. Devido à própria natureza das igrejas batistas que estabelecem a autonomia e a congregacionalidade para si próprias, não há limites para a abertura de escolas teológicas, aumentando muito o seu número, principalmente a partir dos anos sessenta. Assim, há seminários nacionais (3) , estaduais, regionais e locais, pertencentes a igrejas ou a pessoas físicas. Tal proliferação de escolas teológicas sempre foi uma preocupação para a liderança batista, pois em muitas delas as condições básicas, como espaço físico adequado, biblioteca e corpo docente, deixava muito a desejar (SANTOS, 1991, p. 26)

Para discutir este e outros problemas da educação teológica no âmbito batista, foi realizada em Salvador-BA, em 1967 a Primeira Conferência de Educação

Teológica, com a participação de representantes dos principais seminários batistas do Brasil. Na ocasião foi aprovada a criação de uma instituição que congregasse as escolas teológicas batistas, formulando padrões de reconhecimento e buscando melhorar o nível acadêmico. Apesar desta aprovação, somente em 13 de abril de 1970 é que nasceu a ABIBET, procurando alcançar os objetivos propostos (FERREIRA, 1997, p.20).

Segundo FERREIRA, na ABIBET há duas categorias de membros: as instituições reconhecidas que preenchem todos os requisitos exigidos⁴⁷ e as que apenas são filiadas, não preenchendo os requisitos, mas em processo para atingir tal objetivo. Em 1997 a ABIBET possuía trinta e cinco instituições filiadas, com 6.626 alunos matriculados em seus diversos cursos (REGA, 2001, p.239).

Embora tenham trabalhado um tanto distantes umas das outras, nos últimos tempos, em razão do reconhecimento dos cursos de bacharelado em teologia pelo Ministério da Educação, a ASTE, a AETAL e a ABIBET, através de seus líderes têm mantido encontros visando fazer gestão junto às autoridades educacionais, procurando mostrar a seriedade da educação teológica feita pela maioria de suas filiadas. Segundo boletim informativo da AETAL (julho de 2000, p.8) “o programa conjunto das três entidades prevê a publicação de documentos que rendam esse esforço comum no campo da Educação Teológica e visem auxiliar administradores, professores e alunos nas áreas em que atuam. Se necessário, essas entidades, em conjunto, estarão mantendo contato junto aos órgãos governamentais procurando favorecer as escolas teológicas filiadas a elas.”

Tal entrelaçamento é possível porque a maioria dos seminários teológicos são filiados a mais de uma Associação. É difícil avaliar cientificamente a importância

⁴⁷ Sinteticamente, estas são as principais exigências para a ABIBET reconhecer um curso de Bacharel em Teologia:

1. Duração mínima de quatro anos, cada ano com um mínimo de 30 semanas letivas e cada semana com 16 aulas, no mínimo.
2. Currículo equilibrado, distribuindo as matérias pelas seguintes áreas: bíblica, histórica, sistemática (teológica e filosófica) e prática. Oferecimento de matérias obrigatórias e optativas.
3. Corpo docente constituído, em sua totalidade, de professores que sejam portadores de curso superior de graduação. Existência, em cada uma das áreas do currículo, de pelo menos um professor que tenha feito ou esteja fazendo curso de pós-graduação.
4. Biblioteca, além de adequada ao curso, possuindo no mínimo, 5.000 volumes.
5. Matrícula da alunos sob apresentação de certificado de conclusão do segundo grau.

dessas associações de credenciamento de escolas teológicas. O que se pode perceber é que sem elas seria muito pior, apesar das dúvidas, como as levantadas por LONGUINI NETO (1991, p.125) que embora falando sobre a ASTE, seu conteúdo pode muito bem ser aplicado à AETAL e à ABIBET. Diz ele: “A ASTE faz o reconhecimento do curso de teologia para quê? Perante o governo brasileiro ela não tem função. O curso não é reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura. Perante as igrejas o valor do curso é extremamente relativizado. O curso de bacharel em teologia nem sempre é exigido como pré-requisito para ordenação ao sagrado ministério”.

A conclusão a que ele chega é que a ASTE deve continuar sendo um espaço de debate teológico ecumênico, em que o diálogo entre as diversas instituições possa trazer proveito para todas.

Agora, com o reconhecimento formal do MEC é possível que ocorra uma mudança na ASTE, AETAL e ABIBET, pelo menos no que tange ao reconhecimento dos cursos. Mas esta é uma discussão para o futuro, pois quanto a esta questão há mais perguntas que respostas. Pelo menos por enquanto.

Porém, a conclusão a que se chega a respeito destas instituições (ASTE, AETAL e ABIBET) é que, apesar das limitações, elas têm sido úteis à educação teológica brasileira, pois além de fomentar discussões (teológicas, curriculares, pedagógicas, administrativas e outras) que interessam às escolas filiadas, elas proporcionam uma certa credibilidade às instituições através da exigência de seus padrões de reconhecimento. Há também a questão da publicação de livros teológicos clássicos e concessão de bolsas de estudo para a pós-graduação, que é o caso da ASTE, da doação de livros e incentivo para a ampliação das bibliotecas institucionais, docentes e discentes feitos pela AETAL. Além disto, elas acabam inserindo de uma ou de outra forma as instituições a elas filiadas no contexto teológico internacional e isto é positivo, por romper o perigo do isolacionismo que a confessionalidade sempre traz.

6. Método de ensino que inclua atividades extraclasse (FERREIRA, 1996, p. 14).

4.3. As tentativas de aproveitamento dos cursos teológicos para a formação secular: O Decreto-Lei nº 1.051/69

Várias foram as tentativas dos portadores de diplomas de bacharel em teologia de aproveitarem o curso, seja para a continuação dos estudos em outras áreas, seja para aproveitamento de disciplinas em outro curso superior. Porém, segundo BARREIRA JÚNIOR (1991, p.13), “até o ano de 1969 o Conselho Federal de Educação recusava qualquer tentativa de aproveitamento de estudos feitos em seminários maiores ou Faculdades teológicas”.

A situação começa a mudar com a Indicação feita em 11 de julho de 1969, pelo Conselheiro Dom Luciano José Cabral Duarte e acolhida pelo Conselho Federal de Educação. A indicação foi feita nos seguintes termos:

Os portadores de diploma de Curso de Filosofia em Seminário, de qualquer confissão religiosa, com duração mínima de dois anos, serão autorizados a prestar exames, em Faculdade de Filosofia, exclusivamente, no Curso de Filosofia, das disciplinas que, sendo parte do currículo do curso de Licenciatura em Filosofia, tenham sido estudadas no citado curso de Seminário [...] Se aprovados nesses exames, que serão aplicados preliminarmente, os interessados poderão matricular-se no curso de Filosofia da Faculdade, havendo vagas, independentemente de concurso vestibular, para concluir o curso de Filosofia, cursando regularmente as disciplinas restantes no currículo de disciplinas adotadas pela Faculdade (DOCUMENTA nº 105, p. 212).

Tendo sido aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, os ministros militares expediram o decreto-lei nº 1051/69, que vai além do recomendado ao declarar que:

Art. 1º - Os portadores de diploma de cursos realizados, com duração mínima de dois anos, em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa, são autorizados a requerer e prestar exames, em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, das disciplinas que, constituindo parte do currículo de curso de licenciatura, tenham sido estudadas para a obtenção dos referidos diplomas.

Art. 2º - Em caso de aprovação nos exames preliminares de que trata o artigo anterior, os interessados poderão matricular-se na Faculdade, desde que haja vaga, independentemente de concurso vestibular, para concluir o curso, nas demais disciplinas do respectivo currículo.⁴⁸

⁴⁸ Publicado no Diário Oficial da União de 21.10.1969.

O problema que o referido decreto trouxe era o de ser muito genérico, o que acabou gerando distorções, confusões e irregularidades. Diante disso, o pastor metodista Benedito P. Bittencourt, que era membro do Conselho Federal de Educação, apresentou a Indicação nº 48, de 30 de abril de 1974, em que expunha o problema e concluía levantando as seguintes questões:

Não seria o caso deste Conselho estabelecer normas que permitissem às universidades ou institutos isolados de ensino superior conhecer se o certificado ou diploma que recebem permitem ao candidato realizar ou ter direito de realizar a complementação de estudos pretendida? Não seria o caso de se dizer, como se faz com os currículos mínimos que este Conselho estabelece, que eles devem ser realizados num determinado número de horas-aula? Por que não se fixar também, outros requisitos que permitam aos estabelecimentos de ensino superior onde se realizam os estudos de complementação, avaliar os pré-requisitos do candidato que se apresenta com um diploma ou certificado para a matrícula? (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1974)

Motivado por essa indicação, o CFE emitiu o Parecer nº 1.064/75 relatado pela professora Esther de Figueiredo Ferraz, que procurava regulamentar o Decreto-Lei nº 1.051/69 e que preconizava o seguinte:

1. As universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior que ministrem cursos de licenciatura, só poderão submeter aos exames preliminares de que trata o Decreto-Lei nº 1.051, de 21 de outubro de 1969, os concluintes de cursos superiores feitos em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes, de qualquer confissão religiosa, quando, no ato da inscrição, demonstrem eles:
 - a) que o ingresso nos cursos mantidos por essas instituições se deu após a conclusão de 2º grau ou estudos equivalentes;
 - b) que tais cursos tiveram a duração de dois anos, no mínimo;
 - c) que os interessados os concluíram, exibindo para tanto os competentes diplomas;
 - d) que nesses cursos estudaram pelo menos, duas disciplinas específicas do curso de licenciatura que pretendem freqüentar;
2. Os "exames preliminares" a que se refere o mencionado diploma legal terão como objeto a disciplina ou disciplinas indicadas na alínea d do número anterior e deverão:
 - a) serem realizados no mesmo nível em que efetuam para os que concluem o estudo dessas disciplinas, ou seja, ao nível de licenciatura;
 - b) cobrir a mesma área de conhecimento e o mesmo conteúdo programático adotado pela instituição responsável pelos exames.
3. O estudo das demais disciplinas do currículo pleno dos cursos far-se-á de acordo com a carga horária de praxe na instituição em que o interessado se matricular, sendo vedado qualquer aproveitamento de estudos dessas disciplinas.

4. Não terão validade os diplomas expedidos sem o cumprimento total das exigências acima enumeradas (Parecer CFE nº 1.064/75, 1975).

Tendo este parecer definido a questão do aproveitamento das disciplinas filosóficas cursadas em seminários maiores ou faculdades teológicas no curso de licenciatura em filosofia, inúmeros padres e pastores trataram de aproveitar a oportunidade de terem um diploma reconhecido pelo Ministério da Educação. Situação nova só vai surgir em 1981, quando João Moreira Coelho, que cursou o bacharelado em teologia no Seminário Teológico Presbiteriano em Campinas, tendo se formado em 1958 vai para os Estados Unidos e matricula-se no Mestrado em Lingüística na Universidade de Georgetown, sendo aceito por ter um diploma de bacharel em teologia, curso no qual estudou latim, grego e hebraico, tendo se formado em 1974. Voltando ao Brasil, ele entra com um pedido de revalidação de seu mestrado junto à Universidade de Brasília que indefere o pedido, alegando que seu curso de pós-graduação lingüística não se achava regularizado perante o Ministério da Educação e por que seu diploma de graduação em teologia não fora registrado na forma da lei, o que impossibilitava a revalidação do diploma expedido no exterior.

Não se conformando com a decisão, o requerente entra com um requerimento ao Conselho Federal de Educação, onde pede duas coisas: a) declarar, para fins de inscrição em prova ou concurso, que os estudos feitos pelo requerente e comprovados no processo equivaleriam a habilitação de nível superior; b) Indicar universidade que registre o diploma de Mestre em Lingüística (BARREIRA JÚNIOR, 1991, p. 14-15).

O processo é entregue à conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, que após um longo histórico do assunto, apresenta o Parecer nº 345/81, que foi aprovado pelo CFE com o seguinte texto:

Pelo que vem de ser exposto, conclui-se que os cursos de Seminários Maiores (ou instituições equivalentes), com a duração de dois anos no mínimo, ministrados após a conclusão de estudos de 2º grau (ou equivalente) são tidos e havidos pelo Decreto-Lei 1.051/69 como cursos superiores. Embora cursos livres, cujos diplomas não podem ser registrados no órgão competente do MEC, os estudos realizados pelos que os concluem são passíveis de aproveitamento em curso de licenciatura na medida em que se ajustem às exigências fixadas pelo referido Decreto-Lei.

Ora, se é assim, se o curso de bacharelado em Teologia, cumprido pelo interessado no Brasil, é considerado pela lei brasileira um curso superior, nada impede que ele sirva de suporte a um

curso de pós-graduação ministrado seja no Brasil, seja no estrangeiro. E pouco importa para esse efeito, não possa o diploma expedido em favor do postulante ser registrado no órgão competente do MEC, pois os diplomas correspondentes a cursos "livres" são insuscetíveis de registro na forma da mesma lei brasileira, e é conhecido o brocardo jurídico segundo o qual *ad impossibilia nemo tenetur*.

Entendemos, assim, que o postulante tem direito a pleitear a revalidação do seu diploma de mestre em Lingüística, fazendo-o de acordo com as normas insertas na Resolução-CFE 44/75. Revalidado que seja o título em questão, poderá este – agora sim – merecer as honras do registro, passando a ter validade nacional de acordo com o artigo 27 da Lei 5.540/86.

A revalidação poderá ser feita, aplicados os critérios fixados na Resolução nº 44/75, artigo 13 e parágrafo único, numa das seguintes instituições que oferecem curso credenciado de pós-graduação em Letras, área de concentração em Lingüística, ao nível pelo menos de Mestrado.

Area de Concentração Lingüística

1. Univ. Fed. de Santa Catarina
2. PUC/PR
3. UFMG
4. PUC/Campinas
5. UFPe
6. Lingüística Mestrado e Doutorado
Universidade Est. de Campinas

Este o nosso parecer (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1981).

Tal decisão acabou gerando jurisprudência, ao menos para Miguel Castilhos, que diplomando-se bacharel em Música Sacra no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil em 1980, cursou um Mestrado em Educação Musical pela University South of Carolina, Colúmbia-SC, USA. Voltando ao Brasil, ele fez em 1988 uma solicitação ao Conselho Federal de Educação para que autorizasse a revalidação de seu diploma de Mestre em Educação Musical. Seu processo foi entregue ao Conselheiro Caio Tácito, que citando a decisão do Conselho tomada em 1981 no caso do Mestrado em Lingüística, citado anteriormente, apresenta o seu parecer dizendo: "A mesma decisão, crê o relator, deve ser dada no presente caso, devendo o requerente providenciar, preliminarmente, a revalidação de seu diploma obtido em Colúmbia, U.S.A, junto a universidade brasileira que ministre curso de mestrado em Música, nos termos da Resolução-CFE 3/85" (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1988).

Se estas duas decisões foram favoráveis aos graduados em Seminários Maiores, outros dados comprovam que nem sempre foi assim, como se pode verificar pelas palavras do reitor da Universidade Metodista de São Paulo, que em correspondência ao presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação assim se expressou:

Sempre se enfrentou uma dificuldade de relacionamento acadêmico formal no contexto nacional e internacional. Em sociedades científicas, projetos de pesquisa e congressos internacionais, o teólogo brasileiro participa sem representação oficial da Universidade no Brasil. A falta desse reconhecimento, no mesmo nível de pesquisadores de outros países, cria situações que podem ser constrangedoras. O descompasso se torna visível quando, por exemplo, o governo brasileiro reconhece o diploma de mestre ou doutor em Teologia de universidades européias (Strasbourg, Berlim ou Cambridge) ou americanas (Yale, Harvard ou Emory) ou outras, mas não reconhece a graduação em Teologia dessas mesmas universidades. Por outro lado, aqui no Brasil, se reconhece a pós-graduação em Teologia (casos de cursos da PUC/SP, da PUC/RJ, da UMESP e da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, cursos que contam inclusive com apoio da CAPES e CNPQ), mas, para registro do diploma, a graduação em Teologia não é aceita. Se o candidato quiser registrar oficialmente sua Pós-graduação, precisa documentar-se com outro diploma de curso superior (DAGLIAN; CASTRO, 1998, P.3).

O que este texto supra indica é que aqueles que conseguiam fazer pós-graduação no exterior, tendo por base a graduação feita em Seminários Maiores ou Faculdades Teológicas levavam vantagem sobre os que aqui ficavam, pois aqueles podiam reconhecer os seus diplomas e estes não.

Para piorar a situação do graduado em teologia no Brasil com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, um dado novo se inseriu na questão teológica: a supressão do Decreto-Lei nº 1.051/69, que permitia o aproveitamento de parte do curso de bacharelado em Teologia em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Este foi o entendimento do Conselho Nacional de Educação ao aprovar o parecer nº 765/99, atendendo a uma solicitação do Instituto Educacional Evangélico Brasileiro, de Brasília, que reivindicava para os seus ex-alunos os benefícios do citado decreto para o ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, que se recusava a aceitá-los.

O relator do processo, conselheiro Yugo Okida, após uma explanação histórica, apresenta o seguinte parecer:

Diante de todo o exposto, voto no sentido de que o ingresso de portadores de cursos realizados em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas e instituições congêneres, deve atender à regra geral contida na nova LDB (Lei 9394/96), ou seja, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos: que os candidatos tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo. Quanto ao aproveitamento de estudos, entende o relator, que tal aproveitamento somente era possível na vigência do Decreto-Lei 1.051/69, isto

é, até a data da promulgação da nova LDB (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1999, p.3)

O que o conselheiro Okida interpretou é que a partir da nova LDB as poucas concessões feitas aos cursos de teologia não existiam mais. Não tinham mais o status de cursos superiores. Diante dessa nova realidade, tornou-se maior ainda a necessidade das instituições de ensino teológico de verem seus cursos de bacharelado reconhecidos. Para que isso acontecesse, algumas iniciativas são tomadas em várias frentes, em ações que forçassem o Conselho Nacional de Educação a tomar uma posição definitiva em favor do reconhecimento. Estas ações tiveram êxito com a promulgação do Parecer CES/CNE 241/99, cujo histórico será discutido mais detalhadamente a seguir.

4.4 Análise histórica dos esforços institucionais que culminaram na Lei que reconheceu o bacharelado em teologia no Brasil: Parecer CES/CNE nº. 241/99

O primeiro passo concreto em direção do reconhecimento da graduação em teologia foi dado pelos luteranos através da Escola Superior de Teologia, EST, com sede em São Leopoldo-RS e mantida pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que encaminhou ao MEC em 31 de maio de 1996, um pedido formal de reconhecimento de seu curso (EST, 1996, p.1).

Em 1997, a Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil solicitou ao MEC o reconhecimento do curso de licenciatura em Teologia e do curso de bacharelado em Diaconia Social. O processo só veio a ter um desfecho em 17 de março de 1999, quando a solicitação foi negada pelo relator, Conselheiro Jacques Velloso, no que foi seguido pelos demais membros da Câmara de Educação Superior. A razão para a negativa, segundo o relator, é que "a formação de professores para o ensino religioso é matéria que compete exclusivamente às igrejas e comunidades religiosas, nela não devendo intervir o Estado. Pelo mesmo motivo, tampouco, aplicam-se aqueles procedimentos a cursos de formação de clérigos, como

os diáconos, ainda que socialmente orientados". A instituição é orientada então a entrar com um pedido de reconhecimento de um curso de bacharelado em teologia. (CNE, Parecer nº. 296, 1999).

Enquanto os luteranos entravam com seus pedidos formais junto ao Ministério da Educação, os metodistas procuravam desde novembro de 1997 sensibilizar o Conselho Nacional de Educação procurando obter dados quanto ao reconhecimento de seu curso de bacharelado em teologia, a muitos anos ministrado em sua universidade, em São Bernardo do Campo. Em 19 de novembro de 1997, a instituição enviou correspondências ao Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza e ao Secretário de Ensino Superior do MEC, Dr. Abílio Afonso Baeta Neves solicitando orientação para o já referido reconhecimento (DAGHLIAN, 1997).

Como não havia ainda nenhuma norma a embasar a solicitação, as cartas não foram respondidas. No ano seguinte, em correspondência datada de 12 de fevereiro, enviada ao presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão, é feita uma consulta formal de como encaminhar o pedido de reconhecimento do bacharelado em teologia oferecido pela Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo. Eis o preâmbulo da carta:

Esta carta objetiva iniciar encaminhamentos para um processo muito importante para nós: o reconhecimento do Curso de Bacharel em Teologia em nível de 3º grau. Antes de formalizarmos um processo, e por se tratar de um curso sobre o qual os procedimentos ainda não estão claramente definidos, gostaríamos de ouvir do Conselho Nacional de Educação sobre a forma mais adequada de prosseguirmos (DAGHLIAN; CASTRO, 1998).

A seguir é feita uma exposição de quem são os metodistas, a fundamentação para o pedido de reconhecimento e finalmente, o pedido formal, que é acolhido pelo Conselho Nacional de Educação, abrindo-se o protocolo nº 23001.000061/98-11.

Tendo os luteranos e os metodistas suscitado a discussão do assunto dentro do CNE com os seus pedidos formais, um outro documento veio fortalecê-los. Foi a Indicação nº 1.103/98, de autoria do Deputado Federal Aldir Cabral, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 1998 e que solicitava ao Poder Executivo o reconhecimento dos cursos superiores de teologia, usando a seguinte argumentação:

A existência de cursos de formação em Teologia é uma realidade dentro da sociedade brasileira. Muitos destes cursos, oferecidos inclusive por instituições de ensino superior, apresentam duração, profundidade e exigências acadêmicas similares aos cursos superiores das áreas das ciências humanas e sociais. Tais cursos de Teologia, contudo, não são oficialmente reconhecidos como cursos superiores, privando seus estudantes – ministros religiosos ou não, dos direitos e privilégios concedidos legalmente aos profissionais formados em outras áreas. É portanto, de todo recomendável que esta situação discriminatória seja corrigida (CABRAL, 1998).

Segundo Pedro Sancho da Silva,

a Indicação foi encaminhada à Presidência da República, cuja Subchefia para assuntos parlamentares encaminhou a Indicação ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto em 11/02/98, o qual, comunicou ao Ministro Chefe da Casa Civil, ter sido a matéria encaminhada em caráter de urgência ao Conselho Nacional de Educação para seu pronunciamento, constando do processo vasta fundamentação com inúmeros pareceres do Conselho Federal de Educação, além das Leis, Decretos e Portarias pertinentes (SILVA, 1998, p. 4).

O documento em questão é analisado por uma técnica do CNE, Márcia Bonfim, que faz um arrazoado em que destaca os constantes transtornos interpretativos que o Decreto-Lei 1.051/69 causou. Para comprovar, cita inúmeros casos de irregularidades cometidas e a sua revogação pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que causou uma lacuna legal sobre o assunto. Cita ainda o fato de que o próprio CNE, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior autorizou cursos de pós-graduação em teologia⁴⁹, dando o seguinte parecer:

Uma análise criteriosa da situação dos cursos de Teologia, à luz da legislação vigente, poderia resultar no acolhimento daquela proposição, tornando regular o curso superior de Teologia, com diretrizes curriculares fixadas, equiparando-o, em todos os aspectos, aos cursos superiores abrangidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Decreto 2.306/97 e normas pertinentes. Em consequência, a validade acadêmica dos cursos dessa natureza estaria condicionada ao atendimento das mesmas determinações legais previstas para as instituições que pretendam ministrar cursos superiores de graduação, condição essencial para que se conceda aos diplomados nesses cursos as prerrogativas do artigo 48 da Lei 9.394/96 (MEC/CNE, 1998, p.8).

⁴⁹ Atualmente existem 8 cursos de mestrado e 4 de doutorado em Ciências da Religião e Teologia reconhecidos pela CAPES (<http://www.capes.gov.br>).

Tal encaminhamento foi referendado pelo Secretário-Executivo do CNE, Raimundo Miranda, que o enviou à Câmara de Educação Superior, para pronunciamento.

Toda esta gestão fez com que o próprio CNE abrisse um processo interno para tratar do reconhecimento dos cursos superiores de Teologia. A conclusão deste processo foi o Parecer nº 241/99, de 15 de março de 1999, homologado pelo Ministro da Educação no dia 1º de julho do mesmo ano. Com esta decisão estava aberta a porta do reconhecimento formal da graduação em teologia no Brasil, depois de mais de um século de marginalidade acadêmica oficial. Como é um documento vital para o assunto estudado, o pesquisador optou por transcreve-lo na íntegra, pois as considerações ajudarão a entender a exposição que virá a seguir.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO/MANTENEDORA: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Cursos Superiores de Teologia		
RELATOR(A) CONSELHEIRO(A): Eunice R. Durham, Lauro Ribas Zimmer, Jacques Velloso e José Carlos Almeida da Silva		
PROCESSO Nº: 23001.000081/99-00		
PARECER Nº: CES 241/99	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 15/03/99

I - RELATÓRIO

O ensino da Teologia nas universidades tem uma longa tradição que remonta à própria origem destas instituições.

Na origem, a Teologia, constituída como uma análise efetuada pela razão sobre os preceitos da fé, estava estreitamente subordinada a uma única orientação religiosa - de início, o catolicismo. Depois da Reforma, as universidades protestantes desenvolveram seus próprios cursos teológicos. De uma forma ou de outra, os cursos estavam ligados à religião oficial do Estado.

A separação entre a Igreja e Estado, estabelecida pela grande maioria dos regimes republicanos e pelas monarquias constitucionais, alterou esta situação permitindo a pluralidade de orientações teológicas. Isto, entretanto, não criou nenhum conflito com o Estado ou entre as diversas orientações religiosas, por não haver, na organização dos sistemas de ensino da quase totalidade desses países, a instituição de currículos mínimos ou de diretrizes curriculares. Estabeleceu-se, desta forma, uma pluralidade de orientações.

No Brasil, a tradição de currículos mínimos ou, mais recentemente, de diretrizes curriculares nacionais, associada à questão da validade dos diplomas de ensino superior para fins de exercício profissional pode interferir no pluralismo religioso.

De fato, o estabelecimento de um currículo mínimo ou de diretrizes curriculares oficiais nacionais pode constituir uma ingerência do Estado em questões de fé e ferir o princípio da separação entre Igreja e Estado. Talvez, inclusive, seja esta a razão pela qual os cursos de Teologia não se generalizaram nas universidades brasileiras, mas se localizaram preferencialmente nos seminários.

Em termos da autonomia acadêmica que a constituição assegura, não pode o Estado impedir ou cercear a criação destes cursos. Por outro lado, devemos reconhecer que, em não se tratando de uma profissão regulamentada não há, de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizem o ensino desta área de conhecimento. Pode o Estado, portanto, evitando a regulamentação do conteúdo do ensino, respeitar plenamente os princípios da liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado, permitindo a diversidade de orientações.

II – VOTO DOS RELATORES

Tendo em vista estas considerações, votamos no sentido de que:

- a) Os cursos de bacharelado em Teologia sejam de composição curricular livre, a critério de cada instituição, podendo obedecer a diferentes tradições religiosas.
- b) Ressalvada a autonomia das Universidades e Centro Universitários para a criação de cursos, os processos de autorização e reconhecimento obedçam a

critérios que considerem exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação do corpo docente e às condições de infra-estrutura oferecidas.

- c) o ingresso seja feito através de processo seletivo próprio da instituição, sendo pré condição necessária para admissão a conclusão do ensino médio ou equivalente.
- d) Os cursos de pós-graduação *strictu* ou *lato senso* obedeçam as normas gerais para este nível de ensino, respeitada a liberdade curricular.

Brasília-DF, 15 de março de 1999

Eunice R. Durham

Lauro Ribas Zimmer

Jacques Velloso

José Carlos de Almeida da Silva

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto dos Relatores.

Sala das Sessões, 15 de março de 1999.

Conselheiros Hésio de Albuquerque Cordeiro - Presidente

Roberto Cláudio Frotta Bezerra - Vice-Presidente

Justificando o conteúdo e o teor de aspectos do Parecer aprovado, o conselheiro Lauro Ribas Zimmer (2000, p. 27), em palestra proferida no Simpósio da ASTE, realizado no Seminário Adventista Latino Americano de Teologia em dezembro de 1999, assim se expressou:

A teologia foi muito fácil de resolver. Nós éramos uma comissão de quatro pessoas: dois agnósticos, um reitor de universidade católica e eu, que tenho formação presbiteriana. Mas, foi muito fácil resolver, pois partiu-se do princípio da separação entre Estado e Igreja e verificou-se a impossibilidade de indicar conteúdos, pois para mim parece absurdo dizer para um pastor presbiteriano ensinar os dogmas da Igreja Católica. Acho que podemos ter um caráter interconfessional em torno de algumas coisas que são comuns. O Conselho resolveu dizer:

façam como quiserem, estructurem como quiserem. Eu mesmo relatei o primeiro curso, foi o curso do Pastor Nelson,⁵⁰ que ficou comigo muito tempo, pois eu não queria indeferir e não podia relatar enquanto não houvesse uma regra. Após sair o Parecer 241, no dia seguinte pudemos relatar. [...] Eu acho que o Conselho chegou no ponto de Confiança nas instituições. O caso da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo eu examinei bem porque foi um processo no rito antigo; o primeiro parecer eu dei para o prosseguimento do processo. Atuou uma comissão de verificação de excelente nível e deu um parecer excelente. Trata-se de uma instituição que tem uma situação privilegiada: tem um curso de pós-graduação com a melhor conceituação que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) dá. Entendo que a questão da teologia ficou resolvida com ampla liberdade.

Além da Escola Superior de Teologia, outras instituições entraram com seus pedidos de autorização, sendo que a Faculdade Metodista de Teologia entrou com um pedido de reconhecimento para o seu curso, entendendo que não estava criando um curso novo, mas adequando um já existente às novas leis, principalmente ao Parecer CES/CNE 241/99 (CASTRO, 1999).

A aprovação do supracitado Parecer, além de coroar com êxito um esforço desenvolvido em diversas frentes, introduz uma nova realidade no universo da educação teológica protestante brasileira, que permite às instituições existentes pleitearem o reconhecimento formal e o surgimento de outras instituições funcionando dentro das novas regras.

Como tal fato afeta as instituições existentes é o assunto que será abordado a seguir.

4.5 Novas perspectivas com o reconhecimento formal: euforia e temor

Com o reconhecimento, aqueles que trabalham com a educação teológica protestante vêm abrir-se um horizonte de novas perspectivas, muito embora existam também, muitas preocupações misturadas à euforia. De imediato, o reconhecimento será um incentivo a que muitos bacharéis em teologia prossigam sua carreira teológica, na docência e na pesquisa, visto que a curto e a médio prazo as instituições necessitarão de professores e pesquisadores pós-graduados de forma a atenderem as

⁵⁰ Aqui, ele se refere à Escola Superior de Teologia, de São Leopoldo, que teve o seu processo aprovado pelo CNE e homologado pelo Ministro da Educação e do Desporto em 1/10/1999, constituindo-se a primeira instituição a ter o seu curso de bacharelado em Teologia autorizado no Brasil.

exigências legais. Além disto, pode ser que se abra um novo campo para o trabalho do teólogo: a educação religiosa nas escolas de ensino fundamental, ainda que este seja um problema que ainda gera muita discussão, tanto que o Conselho Nacional de Educação o remeteu aos Estados para que cada um decida a questão de quem serão os docentes (ZIMMER, op. cit. p. 26).

A lembrança da docência está ligada ao fato de que a maioria dos pastores brasileiros está insatisfeita com o que ganha no exercício do ministério pastoral. Embora creiam que o ideal é a dedicação exclusiva às igrejas, estas, em sua grande maioria, não possuem condições de oferecer um sustento digno (CERQUEIRA, 1999, p. 22).

Em pesquisa realizada no final de 1969 com cerca de 150 pastores e 100 leigos⁵¹ da Igreja Metodista do Brasil, constatou-se, dentre outras coisas, que 55% dos pastores e 37% dos leigos afirmam que os pastores podem dividir seu tempo racionalmente e exercer, com eficiência, seu pastorado e outra função (WOFFORD, 1970, p. 65).

Naturalmente que as instituições que tiverem seus cursos reconhecidos e bem avaliados pelo MEC, terão um diferencial a apresentar às igrejas, que de maneira geral, são quem enviam os estudantes, futuros obreiros. Entre uma faculdade teológica reconhecida pelo MEC e uma instituição sem reconhecimento, certamente a escolha recairá sobre a primeira⁵². Assim, o reconhecimento do curso oferecido será, no linguajar bíblico, *a separação do joio e do trigo*.⁵³

Outro ponto que se vislumbra positivo é que diante da nova realidade, as instituições teológicas confessionais se verão, de uma forma ou de outra, obrigadas a abrirem-se mais para o diálogo ecumênico e a terem uma aproximação maior com as demais ciências, notadamente as sociais e com a academia, que, conhecendo mais o ensino teológico ministrado pelos protestantes, permitirão o abrandamento de muitos preconceitos, de ambas as partes, com proveito mútuo (ZEUCH e SEIFERT, 1985, p. 69).

⁵¹ O termo "leigo" no meio evangélico significa aquele que não foi "consagrado" formalmente para o ministério.

⁵² Embora hoje existam inúmeras faculdades teológicas, tais instituições usam o termo "faculdade" indevidamente, visto que não foram credenciadas junto ao Ministério da Educação. Além disto, instituição não autorizada pelo MEC não pode oferecer curso de bacharel em teologia.

⁵³ Mateus 13.30

Quanto à profissionalização do teólogo, a dificuldade é estabelecer um campo de trabalho que ultrapasse as esferas do ministério pastoral dentro de uma determinada confissão e do magistério. Mas esta é uma discussão que está apenas começando a tomar corpo.

Para que a teologia saia deste espaço limitado em que está inserido atualmente, será preciso vencer três desafios, na visão de BARTOLI (1996, p. 61):

O primeiro desafio é mostrar que a busca de respostas espirituais não pode acontecer só no nível emocional, mas deve envolver a inteligência. [...] O segundo desafio é mostrar que o processo de busca de algumas respostas não se confunde com o processo de busca de segurança que pode estar na raiz dessa corrida desenfreada atrás de gurus. O teólogo precisa desvencilhar-se daqueles que lhe farão esta proposta tentadora: aplaque meus medos e seguirei cegamente todos os seus ensinamentos! Convidar para a dúvida e o risco é inseparável de qualquer reflexão. [...] O terceiro desafio é acreditar no potencial de mudança contido num discurso teológico e mostrar como isso pode acontecer concretamente.

Porém, nem tudo são *flores* e boas expectativas no meio teológico protestante. Há apreensão e temor, principalmente nos grupos mais conservadores. O temor atinge os desinformados, que temem a descaracterização das instituições e dos cursos pela interferência direta do MEC e a impossibilidade de se aceitar somente os alunos *vocacionados*, enviados e recomendados pelas igrejas evangélicas. Ainda que esteja falando da realidade norte-americana e européia, ESCOBAR (1996, p. 73) alerta para o perigo da secularização da teologia ao expor que:

A sociedade está mudando, as igrejas também estão mudando, porém as instituições teológicas têm de satisfazer as exigências das autoridades universitárias ou das agências de credenciamento, cuja preocupação é fundamentalmente acadêmica, não missionária. Assim pois, as instituições teológicas não podem ir adequando seus programas e métodos às novas situações de missão em que vivem as igrejas. O reconhecimento lhes dá prestígio e um certo grau de profissionalismo, mas acaba impossibilitando a importante tarefa de preparar seus estudantes para os novos tempos.

A perspectiva de mudanças atinge até os que estão envolvidos diretamente com a educação teológica, como os administradores e os professores. Tais líderes pressentem que algumas mudanças fatalmente hão de ocorrer com o reconhecimento dos cursos e por isso temem não estarem preparados para elas. (SOUZA, 2000, p. 4).

Um dos problemas a serem resolvidos é a do antigo conflito entre razão e sentimento, entre ciência e fé. É que a maioria dos líderes das confissões protestantes conservadoras, ainda que tenham passado por um seminário, acabam valorizando mais a espiritualidade que o saber acadêmico. Pior: além de valorizar, acabam querendo impor às instituições esta visão de formação teológica, calcada mais na piedade que no conhecimento (MENDONÇA, 1994, p. 107).

Embora seja um texto do século XVII, as palavras de Philipp Jacob Spener, guardadas as devidas proporções, encontram concordância entre muitos líderes protestantes conservadores quando diz que "os professores devem demonstrar que os alunos preferidos são aqueles que, embora não tirando boas notas, levam vida de piedade. Os alunos piedosos deverão ser classificados como os primeiros e os únicos a serem aprovados" (1985, p. 70-71).

A solução para este conflito, na visão de MENDONÇA (1994., p. 111):

O princípio que deve reger o encaminhamento da questão deve ser o da totalidade da vida e tradição da igreja, para o que é necessário superar a dicotomia entre o espiritual e o intelectual. A tradição cristã se compõe desses dois aspectos da vida religiosa, isto é, do sentir e do conhecer, da reflexão e da prática. Ambos não podem entrar em conflito e nem se excluem mutuamente, mas as barreiras entre eles devem ser superadas pelo princípio de totalidade. O princípio de totalidade deve incidir, entre outras coisas, sobre o conceito de que a teologia é um todo composto pela biografia do teólogo, as circunstâncias do seu tempo e os elementos de universalidade presentes no seu pensamento.

Outra inquietação que já se vislumbra na educação teológica protestante é a adaptação das instituições às novas regras impostas pelo MEC, principalmente na área docente e de infra-estrutura, que acabam tocando em aspectos financeiros. Em artigo recente, REGA (2000, p. 1) falando sobre a nova realidade diz que:

O atendimento dessas exigências legais é fruto de investimento ao longo do tempo em formação qualificada do corpo docente, em um programa de capacitação contínua, da biblioteca com obras pertinentes ao campo do saber teológico e ciências correlatas, em busca de instalações físicas adequadas para o atendimento do processo educacional. Este investimento não se faz numa "canetada", num processo com palavras mágicas e técnicas. É fruto de visão, de um pensar e agir estratégico, considerando também estratégica a função da formação teológica e ministerial em relação ao futuro de nossas igrejas e denominação. [...] Precisamos reconquistar o tempo passado o mais rápido possível para conquistar mais este espaço que agora temos na educação brasileira.

Nesta mesma direção vai NUNES (2001, p. 6), enfocando que sem uma mudança de visão, de planejamento e de investimentos, muitas instituições não conseguirão o reconhecimento e podem comprometer sua continuidade.

A conclusão a que se chega é que o reconhecimento da graduação teológica trouxe um horizonte novo para quem faz teologia no Brasil, seja de que confissão for. E como tudo o que é novo (assim nos ensina a psicologia e a sociologia) traz apreensão, neste caso não seria diferente (KOENIG, 1982, p. 346). Por outro lado, além da apreensão, a nova realidade trouxe um grande desafio: fazer uma teologia que não seja subjetiva, sectária, hermética e estereotipada e nem puramente acadêmica, teórica, distanciada das igrejas e da realidade social onde o povo exercita a teologia e conseqüentemente, a fé. É nesta linha tênue que as instituições haverão de caminhar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa até o presente momento revelaram que desde o início de sua história, passando por sua chegada ao Brasil, os protestantes possuíam uma grande preocupação com a educação em geral (como meio estratégico de ser aceito pela sociedade brasileira) e com a educação teológica, preparando obreiros para suas confissões, desde os meados do século XIX.

Nota-se pelas informações obtidas que a maioria das instituições brevemente historiadas começaram de forma precária, com poucos alunos, poucos recursos e muita disposição, tendo crescido e granjeado respeito no correr dos anos. Outro dado que se destaca é que os objetivos da educação teológica eram de natureza prática, imediatista, funcionalista, buscando prover as igrejas de liderança, de *mão-de-obra* qualificada.

Além disto, vê-se também que, com exceção das instituições luteranas, que tiveram em sua formação o modelo alemão, as demais foram organizadas sob o modelo norte-americano. Porém, todas elas começaram com um currículo importado, tendo os missionários como seus primeiros professores e dependendo financeiramente para sua sobrevivência, situação que só vai mudar muitos anos depois da implantação das instituições.

Viu-se que as instituições protestantes de educação teológica foram fundadas tendo em vista como objetivo principal a formação de obreiros para assumirem as novas igrejas que estavam sendo organizadas. Constatou-se que tal objetivo ainda continua sendo a razão da existência da maioria delas, embora já se vislumbre mudanças em algumas delas, até mesmo devido à legislação do ensino superior, no qual a Teologia agora está inserida.

Foi apresentada também, a discussão acerca das disciplinas básicas de um currículo teológico, bem como as sugestões para a composição de um currículo que atenda melhor as necessidades dos alunos e da sociedade onde eles estão inseridos.

Foi possível ter uma visão, ainda que parcial, do típico corpo discente de uma instituição teológica protestante, com suas carências, expectativas e campo de trabalho.

Viu-se que os dirigentes das instituições pesquisadas ocupam um lugar de destaque em suas confissões, sendo escolhidos principalmente pela formação acadêmica que possuem. As entidades mantenedoras são as próprias confissões, que através de um grupo (chamado geralmente de junta administrativa ou conselho administrativo) por elas eleito, administram as instituições, com todas as dificuldades que esse tipo de administração provoca.

Percebeu-se ainda, que o corpo docente, que inicialmente era composto quase que exclusivamente por missionários estrangeiros, foi se abasileirando com o passar dos anos, com todos os desafios que tal mudança implicou, como a falta de cursos de pós-graduação em teologia no Brasil; a falta de recursos para estudos no exterior e o problema daqueles que conseguiam estudar fora, mas que não conseguiam se readaptar à realidade brasileira ao voltarem.

Ainda que superficialmente, foi possível observar que o ensino teológico protestante no Brasil se fechou em torno das instituições das diversas confissões, sem muito diálogo entre si e quase sem contato nenhum com o mundo acadêmico oficializado, situação que vai mudar um pouco com a criação de agências de credenciamento teológico (ASTE, AETAL e ABIBET) que criaram um fórum de debates dos problemas teológicos brasileiros, publicaram inúmeros livros, incluindo obras clássicas do pensamento teológico, além dos periódicos e que com seus programas de reconhecimento, tentavam suprir a lacuna do reconhecimento oficial e assim ajudaram um pouco a dar credibilidade às instituições que procuravam oferecer um ensino teológico sério e de qualidade.

Constatou-se, porém, que efetivamente, estas agências detinham uma influência relativa, restrita ao mundo das instituições, sem muita penetração nas bases do protestantismo, que são as igrejas locais.

Viu-se ainda que o reconhecimento formal do bacharelado em teologia, conquanto fosse um anseio de muitos, tinha muitas barreiras a enfrentar, desde as

externas, no Conselho Nacional de Educação, que temia entrar numa área melindrosa, que é a questão religiosa, tendo sempre em mente o princípio constitucional de separação entre Igreja e Estado e as razões internas às próprias instituições e suas confissões mantenedoras, como o medo da ingerência governamental em suas escolas, a secularização da teologia e a falta de controle sobre a seleção dos alunos.

Viu-se que desde 1969 o assunto reconhecimento da graduação em teologia incomoda o Ministério da Educação, que aprovou leis e pareceres que concediam algumas aberturas que possibilitavam o aproveitamento de parte do curso, notadamente nas licenciaturas das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Tendo tais leis sido revogadas, criou-se, como foi visto, um vácuo legal em relação à teologia, o que levou algumas instituições e um parlamentar a fazerem com que o Conselho Nacional de Educação tomasse uma decisão a respeito do reconhecimento da graduação em Teologia. E ele tomou, aprovando o Parecer 241/99.

A história da gestação deste Parecer foi vista, tendo inclusive o depoimento de um de seus relatores. Além disto analisou-se a abrangência da lei, sua aplicabilidade e as implicações para as instituições de ensino teológico.

Por fim, constatou-se que apesar da euforia de muitos, pois agora certamente haverá uma separação entre as instituições de boa qualidade e as deficientes, verificada pela avaliação do MEC, há apreensões por parte de muitos líderes e administradores de instituições teológicas devido às mudanças que o reconhecimento fatalmente exigirá, desde qualificação do corpo docente, acervo bibliográfico compatível com a natureza do curso e instalações físicas adequadas a um ensino de qualidade. Tudo isto exigirá investimentos através de recursos que muitas instituições não possuem ou não querem disponibilizar.

A principal conclusão a que se chega ao final da pesquisa, respondendo a principal pergunta inicial é que a educação teológica superior protestante no Brasil, através de algumas instituições e também de iniciativas isoladas, construiu uma trajetória de luta em prol do reconhecimento formal da Teologia e que é possível contá-la.

FONTES

AETAL. **Notas históricas**. São Paulo: 199-, documento não publicado. 2 f.

CABRAL, Aldir. Indicação nº 1.103, de 12 de fevereiro de 1998. Sugere ao Poder Executivo o reconhecimento dos cursos superiores de Teologia. **Câmara dos Deputados**, Brasília.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer n. 1.177 de 8 de abril de 1996. Trata da validação de estudos em Seminários Maiores. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília.

_____. Parecer n. 765 de 10 de agosto de 1999. Dispõe sobre a forma de ingresso dos alunos provenientes de instituições teológicas em instituições de educação superior. Relator: Yugo Okida. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília.

CASTRO, Clóvis Pinto de. **Carta ao Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da Universidade Metodista de São Paulo, Dr. Davi Ferreira Barros**. São Bernardo do Campo, 11 de novembro de 1999.

CHRISTIAN, John T. **A history of the Baptists**. Nashville: Southern Baptist Convention, 1922.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Indicação n. 48, de 30 de abril de 1974. Dispõe sobre a regulamentação do Decreto-Lei n. 1.051/69. Autor: B. P. Bittencourt. **Ministério da Educação**. Brasília, 1974.

_____. Parecer n. 1.064 de 7 de abril de 1975. Dispõe sobre normas regulamentando o Decreto-Lei n. 1.051/69. Relatora: Esther de Figueiredo Ferraz. **Ministério da Educação**. Brasília, 9 abr. 1975.

_____. Parecer n. 345 de 9 de abril de 1981. Trata da revalidação de diploma estrangeiro de Mestre em Lingüística expedido em favor de Bacharel em Teologia. Relatora: Esther de Figueiredo Ferraz. **Ministério da Educação**. Brasília, 9 abr. 1981.

_____. Parecer n. 734 de 3 de agosto de 1988. Trata da revalidação de diploma estrangeiro de Mestre em Educação Musical expedido em favor de Bacharel em Música Sacra. Relator: Caio Tácito. **Ministério da Educação**. Brasília, 3 ago. 1988.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 241 de 15 de março de 1999. Dispõe sobre o reconhecimento dos cursos de Teologia. Relatores: Eunice R. Durham,

Lauro Ribas Zimmer, Jacques Velloso e José Carlos Almeida da Silva. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1999. Sec. 1, p. 12.

_____. Indicação parlamentar n. 1.103 de 6 de abril de 1998, de autoria do Deputado Aldir Cabral, que propõe o reconhecimento dos cursos superiores de Teologia. **Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, 6 abr. 1998.

_____. Parecer n. 274 de 16 de março de 1999. Trata da autorização para funcionamento do curso Bacharelado em Teologia, ministrado pela Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Relator: Lauro Ribas Zimmer. **Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, 16 mar. 1999.

_____. Parecer n. 296 de 17 de março de 1999. Trata do pedido de reconhecimento do curso de licenciatura em Teologia e do curso de bacharelado em Diaconia Social, ministrados pela Universidade Luterana do Brasil. Relator: Jacques Velloso. **Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, 17 mar. 1999.

_____. Parecer n. 765 de 10 de agosto de 1999. Trata de solicitação para normatização da forma de ingresso dos alunos provenientes de Instituições Teológicas em Instituições de Educação Superior. Relator: Yugo Okida. **Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, 10 ago. 1999.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Anais da 80 Assembléia. Rio de Janeiro: Conselho Geral de Planejamento e Coordenação, 1999.

_____. Anais da 81 Assembléia. Rio de Janeiro: Conselho Geral de Planejamento e Coordenação, 2000.

CRABTREE, Asa R. **História dos Baptistas do Brasil até o ano de 1906**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista do Rio de Janeiro, 1937.

DAGHLIAN, Jacob. **Carta ao Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza**. São Bernardo do Campo, 19 de novembro de 1997 a. 2 f.

_____. **Carta ao Secretário de Ensino Superior do MEC, Dr. Abílio Afonso Baeta Neves**. São Bernardo do Campo, 19 de novembro de 1997 b. 2 f.

DAGHLIAN, Jacob; CASTRO, Clovis Pinto de. **Carta ao Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**. São Bernardo do Campo, 12 de fevereiro de 1998. 5 f.

DECRETO-LEI. Decreto n. 1.051 de 21 de outubro de 1969. Provê sobre o aproveitamento em cursos de licenciatura, de estudos realizados em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 1969.

DOCUMENTA. Indicação parlamentar feita por Dom Luciano José Cabral Duarte. Brasília: **Revista n. 105**, p. 212.

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA. **Histórico do pedido de autorização do curso de bacharelado em teologia**. São Leopoldo: 1996.

JOSEFO, Flávio. **História dos judeus**. São Paulo: Editora das Américas, v 1, 1958.

IGREJA METODISTA. Ata do 3º. Concílio Geral. São Paulo: 1938.

ISAEC – INSTITUTO SINODAL DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA. **Esboço do projeto do bacharelado em Teologia**. São Leopoldo: 1996. 7 f.

KENNEDY, James L. **Cincoenta anos de Methodismo no Brasil**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Informação SE n. 001 de 6 de abril de 1998. Dispõe sobre parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a Indicação 1.103/98 de autoria do Deputado Aldir Cabral, que propõe o reconhecimento dos cursos superiores de Teologia. Brasília, 6 abr. 8 f.

SILVA, Pedro Sancho da. **Estudo sobre a graduação em Teologia**. Palestra proferida no Simpósio da ASTE, Recife, 30 set. 1998.

TORBERT, Robert G. **Esboço da história dos Baptistas**. Leiria: Edições Vida Nova, 1959.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Correspondência oficial ao Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão, presidente da Câmara de Educação Superior solicitando o reconhecimento do Curso de Bacharel em Teologia da UMESP. São Bernardo do Campo, 12 fev. 1998.

VEDDER, Henry C. **Breve história dos Baptistas**. Recife: Prelo da Faculdade Teológica Baptista do Recife, 1934.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA BATISTA MUNDIAL. **Anais do décimo oitavo Congresso Mundial Batista**. Assunción: Unión Bautista Latinoamericana, 2000.
- ALVES, Rubem Azevedo. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- _____. **Protestantismo e repressão**. São Paulo : Ática, 1982.
- _____. **Variações sobre a vida e a morte**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ASSUMPÇÃO, Xavier. **Pequena história dos batistas no Paraná**. Curitiba : Ed. Littero-Técnica, 1976.
- ANJOS, Márcio Fabri dos. Introdução a uma pauta sobre a teologia como profissão. In: **Teologia: profissão**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 13-22.
- AZEVEDO, Irland Pereira de. O que a denominação espera do Seminário. **Revista Teológica**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-11, jun. 1985.
- _____. Repensando a educação teológica e ministerial da CBB neste fim de século. In: **Repensando a denominação batista brasileira**. Rio de Janeiro: ABIBET, 1998. p. 19-33.
- AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo – A formação do pensamento batista brasileiro**. Piracicaba : Editora Unimep, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARREIRA JÚNIOR., Edilson Baltazar. **A legislação do ensino teológico**. In: **Revista Teológica**. Rio de Janeiro : STBSB, ano VI, n. 10, 1991.
- BARTOLI, Jean. Teologia e profissionalização: o teólogo como profissional. In: **Teologia: profissão**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 59-72.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Ide por todo o mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892.** Campinas-SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática.** Grand Rapids: Tell, 1981.

BITTENCOURT, B. P. **As origens da UMESP: Universidade Metodista de São Paulo.** São Bernardo do Campo: Umesp, 1999

BOISSET, Jean. **História do protestantismo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs). **Passados recompostos.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Robert Reid Kalley: Médico, missionário e profeta.** São Paulo: Ed. do autor, 2001.

CARNEIRO, David. **História esquemática da educação e das universidades do mundo. Surto da primeira universidade do Brasil.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.

CAVALCANTI, Robinson. A educação teológica pastoral no Brasil. In: **Teológico.** São Paulo: Sociedade dos Estudantes de Teologia Evangélica (SETE), v. 9, abr., p. 14-16. 1988.

CERQUEIRA, Jair Garcia de. Sustento Pastoral – Assunto sempre atual. In: **Revista Administração Eclesiástica,** Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 22-24, jul./set. 1999.

CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da evangelização do Brasil; dos jesuítas aos neopentecostais.** Viçosa: Editora Ultimato, 2000.

CHAVES, Odilon Massolar. A igreja e a educação teológica. In: **Livro de atas e documentos do 16º. Concílio Geral da Igreja Metodista.** São Paulo : Associação Religiosa Imprensa da Fé, 1999.

COELHO FILHO, Isaltino Gomes. Repensando o conceito de vocação e os critérios atuais de encaminhamento de candidatos aos seminários batistas do Brasil. In: **Repensando a denominação batista brasileira.** Rio de Janeiro: ABIBET, 1998, p. 85-97.

CONGRESSO BATISTA BRASILEIRO. **Com os olhos no futuro**. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.

CORRÊA, Adolpho Machado. **Eduardo Carlos Pereira – Seu apostolado no Brasil**. São Paulo : Ed. Pendão Real, 1983.

DILLENBERGER, John; WELCH, Claude. **El cristianismo protestante**. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1971.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo; Caxias do Sul: Ed. Sinodal e Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____, O papel de Hermann G. Dohms na criação e consolidação da Faculdade de Teologia. In: **Formação teológica em terra brasileira**. São Leopoldo: 1986. p. 40-50.

DUNSTAN, J. Leslie. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

ESCOBAR, Samuel. Fundamento e finalidade da educação teológica na América Latina. In: **Revista Vox Scripturae**. São Paulo: Ed. Vida Nova, v. VI, n. 1, p. 49-78 mar.1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Editores Associados, p. 101-116. 2000.

FEBVRE, Lucien. A Alemanha de 1517 e Lutero. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **História**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Ebenézer Soares. **A história da ABIBET**. Rio de Janeiro: Ed. ABIBET, 1997.

_____. Repensando a vocação e o preparo teológico do ministério batista e a sua missão para esta época. In: **Repensando a Denominação Batista Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. ABIBET, p. 141-168. 1998.

FERREIRA, Júlio Andrade. **Galeria Evangélica – Uma contribuição à campanha do centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952.

_____. **Historia da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

_____. **Seminário Presbiteriano de Campinas: um século de experiência.** Campinas: Casa Editora Presbiteriana, [1984?].

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões.** São Paulo: Paulus, 1999.

FISCHER, Joachim. Breve história da Faculdade de Teologia. In: HOCH, Lothar (Org.) **Formação teológica em terra brasileira.** São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 18-32.

FRAGA, Marcelo José Pimenta. **A Faculdade de Teologia da Igreja Metodista e a crise de 1968: o contexto teológico.** São Bernardo do Campo, 1998. 130 f. Monografia (Bacharel em Teologia) – Setor de Teologia, Universidade Metodista de São Paulo.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1998.

GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Burckhardt.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

GINSBURG, Salomão apud OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Perfil histórico da educação teológica Batista no Brasil.** Recife: Editora STBNB, 2000.

HALLOCK, Edgar Francis; FERREIRA, Ebenézer Soares. **A história do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil: 1908 a 1998.** Rio de Janeiro : Edição do autor, 1998.

HASTENTEUFEL, Zeno. **História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

HEITZENRATER, Richard P. **Wesley e o povo chamado metodista.** São Bernardo do Campo: Editeo; Rio de Janeiro: Pastoral Bennett, 1996.

HOBSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOCH, Lothar. Formação teológica entre teoria e prática. In: **Formação teológica em terra brasileira.** São Leopoldo : Sinodal, 1986. p. 104-113.

KAUFFMAN, Joseph F. **A educação nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1966.

KEIDANN, Daltro Miguel. **Os papéis dos administradores de instituições batistas de ensino teológico localizadas na área do Grande Rio.** Rio de Janeiro, 1988. 161 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KELLY, Albert Victor. **O currículo – teoria e prática**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

KEY, Jerry Stanley. **The development of Baptist theological education in Brazil (1881-1963). A historical and interpretative survey**. Fort Worth, 1976. Tese (Doutorado em teologia) – Southwestern Baptist Theological Seminary.

KILPP, Nelson. **A interdisciplinaridade entre a teologia e as várias ciências**. São Leopoldo : Escola Superior de Teologia, 1996.

KIRST, Nelson. A reforma do estudo-Marca registrada da última década. In: **Formação teológica em terra brasileira**. São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 51-60.

KOENIG, Samuel. **Elementos de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KÜNG, Hans *Apud* ROLDÁN, A. Fernando. **Para que serve a teologia? Método, história, pós-modernidade**. Curitiba: Descoberta Editora, 2000.

LABARTHE, Margarita. **Legislação do ensino superior**. Porto Alegre : Sagra. 1988.

LACY, G. H. **Introducción a la teologia sistemática**. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1979.

LANDERS, John. **Teologia dos Princípios Batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

LATOURETTE, Kenneth Scott. **História del Cristianismo**. Tomo II. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1967.

LAU, Franz. **Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 1982.

LEHNEN, Doraci. Escola Superior de Teologia da IECLB. In: HASTENTEUFEL, Zeno. **História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 46-76.

LÉONARD, Émile-Guillaume **O protestantismo Brasileiro**. Rio de Janeiro : JUERP, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Roberto Vicente Themudo. **Um passado tão presente**. São Paulo : Editora Pendão Real, 1983.

LONGUINI NETO, Luiz. **Educação teológica contextualizada: análise e interpretação da presença da ASTE no Brasil.** São Paulo : ASTE, 1991.

MACHADO, José Nemésio. **Educação Batista no Brasil: uma análise complexa.** São Paulo: Ed. do Colégio Batista Brasileiro, 1999.

MALSCHITZKY, Harald. A comunidade como meio e fim da formação teológica. In: **Formação teológica em terra brasileira.** São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1986. p. 97-103.

MARASCHIN, Jaci C. Que é teologia no Brasil?. **Revista Simpósio**, São Paulo, ASTE, v. 12, p. 3-10, 1974.

_____. (Ed.). **Tendências da teologia no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1977.

_____. A presença teológica da ASTE no Brasil. In: MATEUS, Odair Pedroso (Org.). **Teologia no Brasil: teoria e prática.** São Paulo: ASTE, 1985. p. 41-50.

MARROU, Henri-Irenée. **Teologia da História – O sentido da caminhada da humanidade através da temporalidade.** Petrópolis: Vozes, 1989.

MATEUS, Odair Pedroso. **Situação da educação teológica.** São Leopoldo : Ed. Sinodal, 1989.

MEIN, David. **Esboço histórico do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil: 1902.-1977.** Recife: [s.n.], 1977.

_____. **O que Deus tem feito.** Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir – A inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo : Ed. Paulinas, 1984.

_____. **Protestantes, pentecostais & ecumênicos.** São Bernardo do Campo: UMESP, 1997.

_____. Currículo Teológico Básico. In: **Teologia: profissão.** São Paulo: Loyola, 1996, p. 123-147.

_____. Teologia e espiritualidade. **Revista Simpósio**, São Paulo, n. 37, p. 98-113. 1994.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao protestantismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora : EDUFJF ; São Bernardo do Campo : Editeo, 1994.

MESQUITA, Antonio Neves de. **História dos Batistas do Brasil – de 1907 até 1935**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

MOHLER JÚNIOR, Albert R. Thinking of the future. In: **Theological Education in the evangelical tradition**. Grand Rapids: Baker Book House, 1996.

NAUMANN, Hans Günther. O início da Escola Superior de Teologia da IECLB. In: **Revista Estudos Teológicos**. São Leopoldo : ano 36, número especial, 1996, p. 9-12.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de história, 1.500-2.000**. São Paulo : Melhoramentos, 1989.

NUNES, Élton de Oliveira. Os cursos de Teologia e o reconhecimento oficial do MEC: "Necessidade e mudanças". **Informativo AETAL**, São Paulo, jul. 2001.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. **Centelha em restolho seco – Uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho Batista no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da autora, 1985.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. Teologia e ciências da religião: uma área acadêmica. In: ANJOS, Márcio Fabri dos (Org.). **Teologia: profissão**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 95-109.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Estudos de religião no Brasil: um dilema entre academia e instituições religiosas. In: SOUZA, B. M.; GOUVEIA, E. H.; JARDILINO, J. R. L. (Org.). **Sociologia da Religião no Brasil**. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1998. p. 13-24.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Perfil histórico da educação teológica Batista no Brasil**. Recife: Editora STBNB, 2000.

PADILLA, René. **Nuevas alternativas de educación teológica**. Buenos Aires/Grand Rapids: Eardmans Publ., 1986.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil**. São Paulo: Livraria Almenara Editora, 1965.

PEREIRA, José dos Reis. **Breve história dos Batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 1979.

_____. **História dos Batistas no Brasil – 1882-1982**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1982.

PERSH, Ivo. A teologia luterana do Brasil (1900-1993). In: HASTENTEUFEL, Zeno. **História dos cursos de teologia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 77-92.

PILA, Osbel Gutierrez. A educação teológica e a missão da igreja. In: **Revista Brasileira de Teologia**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Teologia do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, n. 1, 2000, p. 75-83.

RAHNER, Karl. **Teologia e bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1972.

RANKE, Leopold von *apud* Gay, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

REGA, Lourenço Stélio. **A educação teológica Batista no Brasil**: uma análise histórica de seu ideário no gênese e a sua transformação no período de 1972 a 1984. São Paulo, 2001. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo.

_____. Educação teológica também se faz com investimentos. **Boletim da ABIBET**, São Paulo, maio-junho. 2000.

REILY, Duncan Alexander. (Org.) **Ensaio: História, metodismo, libertações**. São Bernardo do Campo: Editeo, 1990.

_____. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo : ASTE, 1993.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e "utópica" da história pela reconstrução do tempo histórico. In: In: SAVIANI, D. ; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.) **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 25-49.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RODRIGUES, Héleron Bastos. Manuscrito sem título, não publicado. 1995.

ROLDÁN, Alberto Fernando. **Para que serve a teologia?** Método, história, pós-modernidade. Curitiba: Descoberta, 2000.

SANTANA, Esequias. Preocupações quanto o reconhecimento do curso de Teologia pelo MEC. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 26 mar. 2000.

SANTOS, João Ferreira. Com os olhos no futuro da educação teológica no Brasil. In: **Com os olhos no futuro – Teses do Congresso Batista Brasileiro**. Rio de Janeiro: JUERP, 1991, p. 23-27.

SANTOS, Messias Amaral dos. **Granbery: sua mística, sua história**. Juiz de Fora: Ed. do autor, 1990.

SAPSEZIAN, Aharon. Tendências na educação teológica – Brasil, 1968. In: **Revista Simpósio**, São Paulo, , n. 2, p. 57-71. 1968.

_____. Viabilidade da educação teológica. In: **Revista Simpósio**, São Paulo, 1974, n. 12, p. 24-29.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. Campinas : Ed. Autores Associados, 1997.

_____. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D. ; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.) **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 7-15.

SEMINÁRIO PRESBITERIANO DO SUL. **Regulamento do internato**. Campinas: 199-, 36 p.

SHEDD, Russel Philip. O fundamento e finalidade última da educação teológica. In: **Revista Vox Scripturae**. São Paulo : Ed. Vida Nova, dezembro, v. VI, n. 2, p. 285-303. 1996.

SILVA, Maria Angélica Gripp Faria da. **Faculdade de Teologia e UMESP – Sonhos e realidades**. São Bernardo do Campo, 1998. Monografia (Bacharel em Teologia) – Setor de Teologia, Universidade Metodista de São Paulo.

SILVA, Pedro Sancho da. **Estudo sobre a graduação em teologia**. Palestra proferida na V reunião anual da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), Recife, 2 de nov. 1998.

SOUZA, Roberto Alves de. O atraso da teologia. **Revista Brasileira de Teologia**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-6. 2000.

SOUZA, Silas Luiz de. **Seminário Presbiteriano do Sul**. Notas Históricas, Campinas, 1998.

SPENER, Philipp Jacob. **Pia Desidéria**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo**. Porto Alegre : Silgulart, 1999.

STRECK, Danilo R. **Educação e igrejas no Brasil – um ensaio ecumênico**. São Leopoldo : Sinodal, 1995.

STURZ, Richard Julius. A educação teológica evangélica no Brasil. In : **Revista Vox Scripturae**. São Paulo : Ed. Vida Nova, set., v. 1, n. 2, p. 41-57. 1991.

TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da história da educação. In: SAVIANI, D; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 79-87.

TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. 2. ed. São Paulo: ASTE, 2000.

_____. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Paulinas, 1983.

THOMPSON, Paul *apud* BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs). **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

ULMANN, Reinhold Aloysio; BOHNEN, Aloysio. **A universidade: das origens à Renascença**. São Leopoldo : UNISINOS, 1994.

ZEUCH, M. K.; SEIFERT, P.. Que é teologia? Para que serve?. In: MATEUS, O. P. (Ed.). **Teologia no Brasil: teoria e prática**. São Paulo: ASTE, 1985. p. 59-70.

ZIMMER, Lauro Ribas. **O ensino Superior no Brasil – a Teologia e o Ensino Religioso**. Revista Simpósio. São Paulo, n. 42, p. 23-31. 2000

WALKER, Williston. **História da igreja cristã**. Rio de Janeiro: JUERP, 1981.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. v.1.

WOFFORD, Warren Candler. (org.) **Estudo das instituições de ensino da Igreja Metodista**. São Bernardo do Campo: COGEIME, 1970.

WOOD, Charles M. **Educação Teológica: confessional e pública**. Palestra proferida na VI Conferência anual da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), Campinas, 15 dez. 1999.

ANEXOS

- 1. Padrão de Credenciamento da ASTE para as instituições que conferem o grau de bacharel em Teologia.**
- 2. Relação das instituições teológicas filiadas à ASTE**
- 3. Relação das instituições filiadas à ABIBET**
- 4. Padrão da ABIBET para o reconhecimento dos cursos de bacharel em Teologia**

ANEXO 1

Padrão de Credenciamento da ASTE para as instituições que conferem o grau de bacharel em Teologia



ASSOCIAÇÃO DE SEMINÁRIOS TEOLÓGICOS EVANGÉLICOS

Telefone (011) 257-5462, fax +55-11-256-9896, Rua Rego Freitas 530, F-13, 01220-010, São Paulo, SP, Brasil

aste@uol.com.br

Padrão de Credenciamento das Instituições
que Conferem o Grau de Bacharel em Teologia

Questionário prévio à
visita da comissão de avaliação

1. A Instituição solicitante conta com o aval da(s) Igreja(s) a que está ligada ao solicitar o credenciamento?

2. A Instituição solicitante publica regularmente prospecto(s) contendo informações gerais sobre a instituição, seus cursos e seus objetivos? Em caso afirmativo, favor anexá-lo(s) ao dossiê de resposta a este questionário.

3. O curso de bacharel em teologia da solicitante atende às exigências a seguir?

a) duração mínima de 4 anos, com 160 créditos ou 2400 horas-aula, excluídas as horas de trabalho e/ou pesquisa; ano escolar de pelo menos 30 semanas ou 180 dias;

b) currículo contendo principalmente as seguintes disciplinas e/ou matérias: teologia, ética, história eclesiástica, Antigo Testamento (inclusive hebraico), Novo Testamento (inclusive grego), correntes religiosas e filosóficas, problemas sociais contemporâneos e teologia prática; matérias eletivas e/ou optativas; aulas suplementadas por trabalhos orientados e seminários;

c) condições de ingresso incluindo curso médio completo; possibilidade de obtenção de créditos de disciplinas cursadas em instituições credenciadas em caso de transferência;

4. O corpo docente da solicitante atende às exigências a seguir:

a) pelo menos 5 professores/as de tempo integral (que têm na docência a principal atividade e a ela dedicam a maior parte do tempo de trabalho); b) docentes com grau acadêmico teológico superior ao de bacharel sendo pelo menos um/a deles/as o de doutorado em teologia; c) pelo menos 30% com produção científica comprovada (publicações e/ou participação em eventos científicos)

5. A biblioteca da solicitante atende às exigências a seguir?

a) pessoal com formação em biblioteconomia; b) instalações, equipamentos e sistema eficiente de empréstimo; c) verba anual de pelo menos 25 salários mínimos para aquisição de livros e periódicos; d) estatística de consultas; mínimo de 8000 volumes que reflitam a universalidade do pensamento teológico; e) obras clássicas e contemporâneas permitindo a compreensão do ethos cultural do contexto e da época.

6) A administração da instituição solicitante atende às exigências a seguir:

a) instalações e equipamento adequados; organograma implementado; congregação de docentes com participação discente em funcionamento (indicar atribuições).

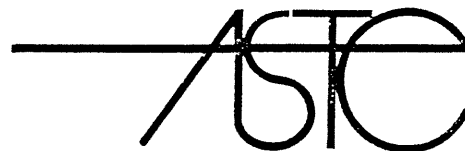
g) vida comunitária: indicar participação de docentes e discentes na vida devocional da instituição.

P.S. Sempre que julgar possível e conveniente, anexar evidências documentais das respostas dadas.

Dr. Odair Pedroso Mateus
Secretário Geral

ANEXO 2

Relação das instituições teológicas filiadas à ASTE



ASSOCIAÇÃO DE SEMINÁRIOS TEOLÓGICOS EVANGÉLICOS

Telefone: (011) 257-5462, fax: +55-11-256-9896, Rua Rego Freitas 530, F-13, 01220-010, São Paulo, SP, Brasil

aste@uol.com.br

Instituições filiadas à Aste
(lista atualizada em janeiro de 2000)

- 1. Seminário Teológico Batista Equatorial**
Caixa Postal 5072
66601-970 Belém PA
Tel. (0xx91)235-1605 fax 345-1174
stbe@amazon.com.br
www.listron.com.br/stbe
- 2. Seminário Teológico de Fortaleza (IPI do Brasil)**
Av. João Pessoa 5570
60435-682 Fortaleza CE
Tel./fax (0xx85)225-9894
stf@ipib.org
- 3. Instituto Teológico Batista de Ensino Superior (Itebes)**
Rua Aderbal Piragibe, 311 – Jaguaribe
58015-000 João Pessoa PB
Tel./fax (0xx83)221-7670
itebes@jampa.com.br
- 4. Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil**
Rua Padre Inglês 243
50050-230 Recife PE
Tel. (0xx81)-423-3277 fax 423-1212
stbnb@elogica.com.br
www.seminariodonorte-stbnb.br
- 5. Seminário Teológico Congregacional do Nordeste**
Rua Arealva 19 - Tejipió
50930-190 Recife PE
Tel./fax (0xx81)251-1486
stcn@elogica.com.br
www.mbsnet.com.br/stcn
- 6. Seminário Anglicano de Estudos Teológicos do Recife**
Rua Henrique Capitulino 560 - Boa Viagem
51111-210 Recife PE
Tel. (0xx81)325-3586 fax 325-2089
ieabrecife@uol.com.br

7. **Seminário Teológico Batista do Nordeste**
Rua Bartolomeu de Gusmão 714 Sobradinho
44020-240 Feira de Santana BA
Tel. (0xx75)624-5657
stbn@gd.com.br
www.seminariobatista.org.br
8. **Instituto de Educação Teológica da Bahia (Iteba)**
Av. Leovigildo Filgueiras 85
40100-000 Salvador BA
Tel. (0xx71)235-0261 fax 245-4178
9. **Centro Evangélico Unificado - Seminário Maior**
Av. Antônio C. Magalhães, s/n (em frente ao HiperBahia)
41850-000 Salvador BA
Tel. (0xx71)359-2873 fax 358-5891
10. **Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia (Sede Iaene)**
Caixa Postal 18
44300-000 Cachoeira BA
Tel. (0xx75)725-8035 fax 725-8106
salt@iaene.br
11. **Seminário Teológico Congregacional do Rio de Janeiro**
Rua Belchior da Fonseca 151 - Pedra de Guaratiba
23027-260 Rio de Janeiro RJ
Tel./fax (0xx21)417-1843
prismag@netfly.com.br
12. **Centro de Filosofia e Ciências da Religião – Instituto Metodista Bennett**
Rua Marquês de Abrantes 55 - Flamengo
22230-060 Rio de Janeiro RJ
Tel. (0xx21)577-1001 - ramais 118 / 169
13. **Escola Superior de Teologia do Instituto Concórdia de São Paulo**
Rua Raul dos Santos Machado 25 – Campo Limpo (cep: 05794-370)
Caixa Postal 60.754 (cep: 05786-990)
São Paulo SP
Tel. (0xx11)5841-7652 tel/fax 5841-7529
icspest@uol.com.br
14. **Instituto Anglicano de Estudos Teológicos**
Rua Com. Elias Zarzur 1239
04736-002 São Paulo SP
Tel. (0xx11)246-2180 fax 246-0383
dasp@dialdata.com.br
15. **Seminário Teológico de São Paulo (IPI do Brasil)**
Rua Nestor Pestana 136
01303-010 São Paulo SP
Tel. (011)257-3327 fax 256-2028
sts@ipib.org

16. **Instituto Betel de Ensino Superior**
Parque D. Pedro II, 992 - Centro
01015-070 São Paulo SP
Tel. (0xx11)3107-0561 e Tel./fax 3105-9211
ibes@ibes.br
17. **Faculdade de Teologia da Igreja Metodista**
Rua do Sacramento 230 - Rudge Ramos (cep: 09735-460)
Caixa Postal 5151 (cep: 09731-970)
São Bernardo do Campo SP
Tel. (0xx11)4366-5971 fax 455-4899
umteologia@umesp.com.br
18. **Inst. Ecum. de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Umesp**
Rua do Sacramento 230 - Rudge Ramos (cep: 09735-460)
Caixa Postal 5150 (cep: 09731-970)
São Bernardo do Campo SP
Tel./fax (0xx11)4366-5808
posreligiao@umesp.com.br / iepg@uol.com.br
19. **Seminário Teológico Jovens da Verdade**
Estrada dos Fernandes km. 4
Caixa Postal 66
07400-970 Arujá SP
Tel. (0xx11)4655-2920
stjv@netmogi.com.br
20. **Seminário Teológico Batista do Paraná**
Av. Silva Jardim 1859 – Água Verde
80250-200 Curitiba PR
Tel (0xx41)223-8965 - Tel/fax 224-8042
stbp@bbs2.sul.com.br
www.stbp.com.br
21. **Faculdade Teológica Batista de São Paulo**
Rua João Ramalho 466 - Perdizes
05008-001 São Paulo SP
Tel (0xx11) 3865-3255 fax 263-4148
fateobat@uninet.com.br
www.teologica.br
22. **Seminário Teológico Batista Independente**
Rua José Lins do Rêgo 65 - Taquaral
13087-080 Campinas SP
Tel. (0xx19)256-0708 fax 256-1346
23. **Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia**
Rodovia SP 332, km 160
Caixa Postal 11
13165-970 Engenheiro Coelho SP
Tel. (0xx19)858-9000 fax 858-1212
iaect@correionet.com.br

24. **Seminário Teológico Rev. Antonio de Godoy Sobrinho - Londrina (IPI do Brasil)**
Av. Madre Leônia Milito, 1549
86050-180 Londrina PR
Tel./fax (0xx43)339-0276
semito@inbrapenet.com.br
25. **Centro de Ensino Teológico - CETEOL**
Rua Wally Malchytsky 164 - Mato Preto
Caixa Postal 329
89290-000 São Bento do Sul SC
Tel. (0xx47)635-1108 ramal 233 fax 635-1108 ramal 240
ceteol@fastlan.com.br
26. **Instituto Teológico João Wesley**
Rua Casemiro de Abreu, 1121
90420-001 Porto Alegre RS
Tel. (0xx51)330-5739
itjw@hotmail.net
27. **Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke**
Caixa Postal 11535
90841-970 Porto Alegre RS
Tel. (0xx51)318-6200
ieab@conex.com.br
28. **Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**
Av. Getúlio Vargas 4388
Caixa Postal 202
93001-970 São Leopoldo RS
Tel. (0xx51)592-9035
29. **Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**
Rua Martim Lutero 291
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo RS
Tel. (0xx51)590-1455 fax 590-1603
est@est.com.br
www.est.com.br

ANEXO 3

Relação das instituições filiadas à ABIBET

**INSTITUIÇÕES TEOLÓGICAS
FILIADAS À ABIBET**

a) Entidades pertencentes à CBB

STB do Norte do Brasil

Rua Padre Inglês, 243 - Boa Vista
50050-230 - Recife, PE
Fone: (81) 423-3277
Reitor: Dr. Zaqueu Moreira de
Oliveira
Organização: 1902

STB do Sul do Brasil

Rua José Higino, 416 - Tijuca
20520-200 - Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 268-1833
Reitor: Dr. Roberto Alves de Souza
Organização: 1908

STB Equatorial

BR 316, Km 01 - Entroncamento
66017-970 - Belém, PA
Fone: (91) 235-1605
Diretora: Profa. Ceni R. de Almeida
Organização: 1955

b) Entidades dirigidas pela UFMBB

IBER

Rua Uruguai, 514 - Tijuca
20510-060 - Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 576-6793
Diretora: Profa. Diana Maria B. Minho
Organização: 1922

SEC

Rua Padre Inglês, 143 - Boa Vista
50050-230 - Recife, PE
Fone: (81) 423-3396
Diretora: Profa. Iracy de Araújo Leite
Organização: 1917

c) Entidades dirigidas por
Convenções Estaduais

FTB de Brasília

SGAN - 611 - Módulo B
70084-970 - Brasília, DF
Fone: (61) 272-1136
Diretor: Dr. Jilton Moraes de Castro
Organização: 1976

FTB de Campinas

Rua Eduardo Lane, 270
13070-050 - Campinas, SP
Fone: (19) 213-6344
Diretor: Pr. Natanael Gabriel da Silva
Organização: 1977

FTB de São Paulo

Rua João Ramalho, 466 - Perdizes
05008-001 - São Paulo, SP
Fone: (11) 3865-3255
Diretor: Prof. Lourenço Stelio Rega
Organização: 1957

FTB do Amazonas

Rua Teresina, 80 - Adrianópolis
69057-020 - Manaus, AM
Fone: (92) 234-7626, 635-6070
Diretor: Prof. Aurindo Oliveira Folha
Organização: 1982

FTB d'Oeste do Brasil

Rua das Garças, 224
79010-020 - Campo Grande, MS
Fone: (67) 721-2749
Diretor: Pr. Paulo Fontaneta
Organização: 1979

STB de Ijuí

R. Dr. Pestana, 1021 - Centro
S. 98700-000 - Ijuí, RS
Fone: (55) 332-2205
Diretor: Martin Landerberg
Organização: 1967

STB do Ceará

Av. Pe Antônio Tomas, 2083
Aldeota
60140-160 - Fortaleza, CE
Fone: (85) 272-5606
Diretor: Pr. Frederick W. John Clark
Organização: 1990

STB do Espírito Santo

Rua Loren Reno, 17
29015-570 - Vitória, ES
Fone: (27) 223-3117
Diretor: Pr. Gênesis Ferreira Bezerra
Organização: 1979

STB do Mato Grosso

Rua Castro Alves, 230 - Areão
78091-970 - Cuiabá, MT
Fone: (65) 623-8363, 623-1989
Diretor: Pr. Walter Mellecho
Organização: 1987

STB do Nordeste

Rua Bartolomeu de Gusmão, 714
Sobradinho
44020-240 - Feira de Santana, BA
Fone: (75) 624-5657
Diretor: Dr. Ágabo Borges de Souza
Organização: 1960

STB do Paraná

Av. Silva Jardim, 1859
80250-200 - Curitiba, PR
Fone: (41) 224-8042
Diretor: Pr. Edson Martins
Organização: 1974

STB Rio Grande do Sul

Rua Conde de Porto Alegre, 136
90230-002 - Porto Alegre, RS
Fone: (051) 222-1254
Diretor: Pr. Samuel Esperandio
Organização: 1979

STB do Tocantins

Rua Souza Porto, 410
77804-970 - Araguaína, TO
Fone: (63) 421-1805
Diretor: Pr. Josué Moura Santana
Organização: 1984

STB Fluminense

Av. Dr. Alberto Torres, 249
28035-580 - Campos, RJ
Fone: (247) 22-9438
Diretor: Pr. Josélio Gomes de Souza
Organização: 1963

STB Goiano

Rua 230, 168 – S. Leste Universitário
74605-110 - Goiânia, GO
Fones: (62) 212-0607
Diretor: Pr. Abelardo R. de Almeida
Organização: 1981

STB Mineiro

Rua Ponte Nova, 605 - Floresta
31110-150 - Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 429-7382
Diretor: Pr. Roldão A. Arruda

Organização: 1969

d) Entidades dirigidas
por Associações

FTB de Bauru

Rua Rio Branco, 9-54 - 2^o. andar
17015-220 - Bauru, SP
Fone: (14) 234-8600
Diretor: Pr. Jasson de Abreu Louzada
Organização: 1949

FTB de Itaperuna

Av. Cardoso Moreira, 691
28300-000 - Itaperuna, RJ
Fones: (24) 824-2030
Diretor: Pr. Paulo Zarro de Freitas
Organização: 1985

FTB do Grande ABC

Rua São Vicente, 38
09090-410 - Santo André, SP
Fone: (11) 444-6836
Diretor: Pr. Fernando Cintra
Organização: 1981

Seminário Batista Bereiano

Av. Alexandre de Alencar, 1630
59015-350 - Natal, RN
Fone: (84) 221-2520
Diretor: Pr. Charles Smith
Organização: 1950

Seminário Batista do Cariri

Caixa Postal 51
63011-970 - Juazeiro do Norte, CE
Fone: (88) 523-1643/ Fax: 523-1644
Diretor: Pr. Jaime Leonardo
Organização: 1946

STB "Ana Wollerman"

R. D. João VI, 2850 - Jardim Aydê
79831-340 - Dourados, MS
Fone: (67) 424-3560
Diretor: Pr. Sérgio Nogueira
Organização: 1975

STB Betel

Av. Marechal Rondon, 1020 - Rocha
20950-000 - Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 281-0760
Dir.: Profa. Tabita K. de Miranda
Pinto
Organização: 1939

STB de São Luís

Tv. Clóvis Beviláqua, 105
65053 -320 - São Luís, MA
Fone: (98) 245-2229
Diretor: Pr. Wilson Brito
Organização: 1987

STB de Teresina

Rua Deputado Sebastião Leal, 3794
64049-350 - Teresina, PI
Fone: (86) 235-2329
Diretor: Pr. Enemésio Lima Souto
Organização: 1986

STB em Osasco

Rua Vítor Brecheret, 92 - Vila Yara
06020-000 - Osasco, SP
Fone: (11) 708-0651
Diretor: Pr. Vicente F. de Almeida
Organização:

e) Entidades dirigidas por Igrejas

STB de Duque de Caxias

Rua Deputado Soares Filho, 218

25010-180 – Duque de Caxias, RJ

Fone: (21)

Diretor: Pr. Jaly Chaves Menezes

Organização:

STB de Niterói

Rua Marquês do Paraná, 229

24030-210 - Niterói, RJ

Fone: (21) 717-9895

Diretor: Dr. Nilson do Amaral Fanini

Organização: 1984

STB do Oeste Carioca

Av. Cesário de Melo, 11001

23585-127 – Paciência, RJ

Fone: (21) 409-6640

Diretor: Pr. Rômulo Vieira Telles

Organização:

STB do Rio de Janeiro

Av. Meriti, 2470 - Vila da Penha

21220-201 - Rio de Janeiro, RJ

Fone: (21) 351-3070

Diretor: Dr. Sebastião Ferreira

Organização: 1980

DIRETORIA DA ABIBET**Presidente:**

Prof. Lourenço Stelio Rega

Fone: (11) 3865-3255

Vice-Presidente:

Pr. Luís Roberto dos Santos

Fone: (21) 288-5386

1ª Secretária:

Profª Iracy de Araújo Leite

Fone: (81) 423-3396

2º Secretário:

Pr. Jésus da Silva Gonçalves

Fone: (27) 339-4732

Secretário-Executivo:

Dr. Ebenézer Soares Ferreira

Fone: (21) 872-5206

ANEXO 4

**Padrão da ABIBET para o reconhecimento dos cursos
de bacharel em Teologia**

PADRÃO DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS DE BACHAREL EM TEOLOGIA

01 - Objetivo

O Curso de Bacharel em Teologia visa à formação de vocacionados para o serviço específico na Causa de Deus, a fim de servirem como pastores, missionários, líderes evangélicos ou denominacionais, executivos e professores de Bíblia ou outras disciplinas na área ministerial.

02 - Duração

2.1 - O Curso terá a duração mínima de quatro (4) anos ou oito (8) semestres, tendo cada semestre pelo menos 17 semanas letivas.

2.2 - O Curso deverá ter o mínimo de 160 créditos ou 2400 horas/aula. Entende-se por crédito o equivalente a uma hora de aula por semana ao longo de um semestre de 16 semanas letivas.

2.3 - O Curso a ser reconhecido deverá ter o mínimo de cinco (5) anos de funcionamento, e ter formado pelo menos uma turma.

03 - Currículo

3.1 - O currículo será equilibrado, distribuindo-se as matérias pelas seguintes áreas: conhecimento geral, bíblica, histórica, sistemática (filosófica e teológica) e prática.

3.2 - Haverá no currículo disciplinas obrigatórias e optativas.

04 - Matrícula

Será requisito para a matrícula a apresentação de certificado de conclusão de segundo grau ao seu equivalente.

05 - Corpo Docente

5.1 - O Corpo Docente será constituído, em sua totalidade, de professores que tenham curso superior de graduação (Bacharel, Licenciatura ou equivalente).

5.2 - Deverá haver para cada 100 alunos pelo menos dois (2) professores de tempo integral, a saber, que fazem da docência na Instituição sua principal atividade.

5.3 - Quatro (4) professores, no mínimo, deverão ter grau de Mestre, e pelo menos um deverá ter o título de Doutor em Teologia ou seu equivalente, conferido por instituição reconhecida. Para este efeito não serão considerados os graus honorários

06 - Biblioteca

6.1 - A Biblioteca será adequada ao Curso, com 80% dos livros em língua portuguesa e 50% em assuntos religiosos.

6.2 - Deverá ter o mínimo de 8.000 (oito mil) volumes, com os livros e outros materiais devidamente classificados e catalogados.

6.3 - Pelo menos um colaborador da Biblioteca terá formação específica ou prática comprovada, na área de biblioteconomia.

6.4 - Deverá haver dispositivo pelo qual seja possível avaliar o grau de utilização da Biblioteca, que contará com uma verba mensal equivalente a 2% do total da folha de pagamento da Instituição, destinada a novas aquisições.

07 - Ensino

7.1 - O ensino será ministrado de acordo com os procedimentos didáticos da pedagogia moderna, incluindo atividades extra-classe.

7.2 - O aluno será acompanhado e orientado segundo as normas acadêmicas e específicas da Instituição, devendo ser-lhe oferecido estágio supervisionado.

7.3 - Deverá haver pelo menos um encontro pedagógico durante o ano, com a participação da maioria dos professores, visando à atualização do ensino.

08 - Administração

8.1 - Haverá plano de administração claramente definido em regimento, devendo o curso estar vinculado a Instituição que tenha personalidade jurídica.

8.2 - Funcionará em edifício com instalações e equipamentos adequados para o ensino.

8.3 - Administradores, assim como professores e alunos, deverão participar das atividades religiosas promovidas pela Instituição, além de estarem devidamente integrados em uma igreja evangélica.

09 - Validade

O reconhecimento, de acordo com este padrão, terá a validade de cinco (5) anos, quando nova comissão de avaliação será designada para renovar ou não o reconhecimento por igual período.